


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

Ettore Dias Medina

Vozes de trabalhadores na ditadura civil-militar:
ensaios sobre literatura, memória e testemunho

Araraquara – SP
2015

Ettore Dias Medina

Vozes de trabalhadores na ditadura civil-militar:
ensaios sobre literatura, memória e testemunho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientadora: Professora Doutora Eliana Maria de Melo Souza

Bolsa: CAPES

Araraquara – SP
2015

Ettore Dias Medina**Vozes de trabalhadores na ditadura civil-militar:**
ensaios sobre literatura, memória e testemunho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientador: Professora Doutora Eliana Maria de Melo Souza

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 02/07/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professora Doutora Eliana Maria de Melo Souza
Universidade Estadual Paulista – Unesp Araraquara

Membro Titular: Professora Doutora Natália Aparecida Morato Fernandes
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Membro Titular: Professora Doutora Renata Medeiros Paoliello
Universidade Estadual Paulista – Unesp Araraquara

Membro Titular: Professor Doutor Marco Aurelio Gaspar Fernandes
Uniesp

Membro Titular: Professora Doutora Silvia Beatriz Adoue
Universidade Estadual Paulista – Unesp Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos trabalhadores e trabalhadoras
que criaram táticas de resistência
e de ajuda mútua.
As pessoas que sucumbiram não
serão esquecidas.
A vida insiste.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Denise Helena de Moura Dias e a meu pai Antonio Carlos Medina. Respeito e gratidão pela oportunidade. Prosperem.

À minha irmã Danyele Dias Medina pela compreensão e amizade. Estamos juntos.

À professora doutora Eliana Maria de Melo Souza pela confiança em ter me acolhido como orientando, pelas excelentes sugestões, pela liberdade de pesquisa e por ter respeitado minha maneira de lidar com a produção intelectual.

Ao professor doutor Murilo Leal por ter me presenteado com um livro que muito me ajudou, e por ter participado do exame de qualificação, trazendo importantes contribuições.

À professora Natália Aparecida Morato Fernandes e ao professor Marco Aurelio Gaspar Fernandes por terem aceitado o convite para a defesa com prontidão, pela leitura atenciosa e pelos comentários.

À professora Renata Medeiros Paoliello por sua importante presença em minha formação e pelos excelentes apontamentos no exame de defesa.

À amiga Silvia Beatriz Adoue por ter contribuído em minha formação, pelas excelentes disciplinas apresentadas, pela presença, camaradagem e amizade sincera. Fico muito feliz por ter participado dos exames de qualificação e defesa, e pelos textos apresentados terem levado você a realizar intervenções que trouxeram aprendizado para todos que participaram. Gracias!

A todos os professores e professoras que me ensinaram em minha trajetória escolar. A todos os colegas com quem convivi em meu processo de formação.

Aos amigos e amigas, velhos e novos, pelo carinho, apoio e paciência.

À Luciana Aparecida dos Santos pelo companheirismo, presença e compreensão. Gratidão a ti, querida.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa na modalidade bolsa.

Paz na Terra. Que todos os seres prosperem.

RESUMO

Esta pesquisa de doutorado busca contribuir com o trabalho de elaboração da violência causada pela ditadura civil-militar (1964-1985), e tem como foco de análise as condições de vida da classe trabalhadora nesse momento histórico. Para sua realização investiguei a presença dos trabalhadores em narrativas publicadas no período da ditadura civil-militar. Especificamente, voltei minha atenção para narrativas que retrataram o período, procedimento que faz da pesquisa também uma investigação sobre as formas narrativas utilizadas para figurar o modo de vida dos trabalhadores durante a ditadura civil-militar no Brasil. Trabalhei com narrativas e depoimentos publicados pelos escritores Murilo Carvalho, Roniwalter Jatobá e Antônio Possidônio Sampaio. Defendo que os três escritores se valeram da literatura de testemunho para realizar suas obras. A literatura de testemunho surge da necessidade literária ou extraliterária de encontrar formas para narrar a violência. As obras que trazem em sua forma traços do testemunho estão situadas em um ponto de convergência entre literatura, narrativa, história e política, característica que estabelece vínculos específicos entre narrativa e realidade. A escolha do objeto se embasa em questões que articulam o campo dos estudos literários no Brasil, o campo de estudos das ciências sociais voltados para a classe trabalhadora e a necessidade de entender como foram as condições de vida dos trabalhadores na ditadura civil-militar. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa se aproximou de uma demanda social existente em nossa sociedade: a necessidade de trazer à tona a repressão e os crimes cometidos contra a classe trabalhadora cujos responsáveis são o Estado brasileiro e agentes civis a ele articulados.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, trabalho de elaboração do passado, classe trabalhadora, literatura de testemunho, memória

ABSTRACT

This doctoral research intends to contribute to the work of comprehension of violence in the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985) and focuses on the living conditions of the working class during those times. In order to obtain information, I looked for evidence of the working class in narratives published in this epoch. I primarily considered texts which portrayed this period, while paying special attention to narrative forms which were used to describe the way of living of the workers during the civil-military dictatorship. I worked with narratives and testimonies published by the writers Murilo Carvalho, Roniwalter Jatobá and Antônio Possidônio Sampaio. In my understanding did the three authors have used testimonial literature to accomplish their own work. Testimony literature emerges from the literary or extra-literary need to find a means of narrating violence. These written pieces that include some traces of testimony are situated in between literature, narrative, history and politics and establish hereby specific bonds between narrative and reality. The choice of this topic was based on the articulation of issues between the field of Brazilian literature, the area of social sciences which is focused on the working class and the need for understanding what the living conditions of the working class were like during the civil-military dictatorship. In this sense, the research is based on the following demand which exists nowadays in our society: the need of raising awareness of around the repression and the crimes committed against the working class, for which the Brazilian state and civil agents involved in it are responsible.

Keywords: civil-military dictatorship, work of elaborating the past, working class, testimonial literature, memory

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 – A figuração do trabalhador bóia-fria na literatura de Murilo Carvalho e Carlos Rodrigues Brandão.....	24
Capítulo 2 – A figuração do operário na literatura de Roniwalter Jatobá.....	59
Capítulo 3 – Acidentes de trabalho em relatos de operários na obra de Antonio Possidonio Sampaio.....	101
Considerações Finais	129
Referências.....	133

Introdução

No ano de 1989, Eduardo Galeano publicou “O livro dos abraços”. A obra é composta por uma série de textos curtos que transitam entre a crônica e a reflexão histórica, característica que está presente em outras obras do autor. As personagens e situações retratadas pelo escritor uruguaio instauram a surpresa e a reflexão no leitor, desautomatizando seu conhecimento acerca do presente e do passado das Américas. Em alguns momentos, suas narrativas se aproximam daquilo que o filósofo alemão Walter Benjamin entendeu como a tarefa do historiador que vê a realidade a partir do materialismo histórico: “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p.225). Esta postura implica um olhar crítico e compromissado com aqueles que foram derrotados na longa história da luta de classes, os que foram vencidos e tiveram seus projetos, sonhos e anseios arruinados pelas vitórias das classes dominantes. A narrativa “Desmemória/4” exemplifica a relação de crítica e desvelamento estabelecida por Eduardo Galeano com o passado sobre o qual escreve. Esta postura está presente logo no título, através da menção ao tema da memória. A aproximação da partícula “des” à palavra memória cria um neologismo que faz pensar nos movimentos de desvirar e revolver, como se a relação com a memória demandasse uma procura, uma busca. O passado e a memória devem ser conquistados.

Na narrativa em questão, Galeano mobilizou seu trabalho estético para meditar sobre o passado da classe operária. O espaço onde a busca ocorreu foi a cidade estadunidense Chicago. “Chicago está cheia de fábricas. Existem fábricas até no centro da cidade, ao redor do edifício mais alto do mundo. Chicago está cheia de fábricas, Chicago está cheia de operários” (GALEANO, 2005, p.115). Ao chegar ao bairro de Heymarket, o narrador em primeira pessoa pede aos amigos para que lhe mostrem o local onde foram enforcados, no ano de 1886, os operários que o mundo inteiro saúda a cada primeiro de maio. “–*Deve ser por aqui* – me dizem. Mas ninguém sabe” (GALEANO, 2005, p.115). Ninguém sabe responder. Ninguém sabe porque nenhuma estátua, monolito ou placa foram erguidos em memória dos mártires de Chicago na própria cidade.

O primeiro de maio é o único dia verdadeiramente universal da humanidade inteira, o único dia no qual coincidem todas as histórias e todas as geografias, todas as línguas e as religiões e as culturas do mundo; mas nos Estados Unidos, o primeiro de maio é um dia como qualquer outro. Nesse dia, as pessoas trabalham normalmente, e ninguém, ou quase ninguém, recorda que os direitos da classe operária não brotaram do vento, ou da mão de Deus ou do amo (GALEANO, 2005, p.116).

O passado está em constante disputa, sendo permeado pelo jogo de forças que compõe a luta de classes. A passagem citada demonstra como o governo dos Estados Unidos da América, indo na contramão do restante do mundo, negou o reconhecimento da violência cometida contra os trabalhadores no ano de 1886. Esta estratégia dificulta o acesso ao passado de lutas da classe trabalhadora estadunidense, e tem por intuito impossibilitar a relação entre presente e passado. Em uma cidade tão cheia de fábricas e de operários não há nenhum marco simbólico que rememore o enforcamento dos trabalhadores. A história oficial ditada pelo Estado visa expulsar o acontecimento sórdido da memória da classe trabalhadora e esconder a violência dos patrões.

Voltemos à narrativa. Após a inútil exploração em Heymarket, os amigos do narrador o levam para conhecer a melhor livraria da cidade. Ali, “por pura curiosidade, por pura casualidade”, o narrador descobre um velho cartaz que reproduz um provérbio da África: “*Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador*” (GALEANO, 2005, p.116, grifos do autor). Este provérbio tem muitas interpretações possíveis. Pensando no contexto da crônica e retomando os apontamentos de Walter Benjamin sobre a tarefa do historiador que insiste em ver o mundo através do materialismo histórico, podemos dizer que os detentores do controle sobre a história oficial irão impor a sua versão da história, seja pela distorção dos fatos, ou mesmo através da negação da memória dos acontecimentos. No caso dos trabalhadores enforcados em 1886, os caçadores, aqueles que constroem a história oficial, optaram pela negação.

O ano de 2014 trouxe consigo a necessária reflexão sobre os 50 anos do golpe militar que impôs ao Brasil uma violenta ditadura que se manteve até o ano de 1985. Acontecimentos recentes e de grande gravidade apontam a existência de muitas semelhanças entre a violência ocorrida nos 21 anos de ditadura civil-militar e a violência existente no atual período de democracia. O psicanalista Tales Ab’Sáber chega a dizer que “o que restou da ditadura militar foi *simplesmente* tudo. Tudo, menos a própria ditadura” (AB’SÁBER, 2010, p.193, grifos do autor).

Para o autor, a ditadura colocou o Brasil no rumo atual de sua ordem de violências tradicionais e não reparadas. “No Brasil de hoje, a forma de nossa violência diz respeito à catástrofe de uma sociedade de mercado total, com a nação e o espaço público capturados no império de interesses particulares de máfias de Estado e de grandes fundos financeiros” (AB’SÁBER, 2010, p.189). Há uma imensa parcela da população que está alijada tanto do mercado quanto das garantias cidadãs, pessoas simplesmente vulneráveis a tudo. Ab’Sáber faz parte dos pensadores que entendem a violência e desigualdade existentes no Brasil atual como

uma consequência grave da recusa em se elaborar a violência gerada pela ditadura civil-militar. Tal situação se dá porque os acontecimentos violentos que não são devidamente elaborados no plano simbólico retornam com força no real. De certa forma, podemos dizer que a violência instaurada nos anos de chumbo é uma repetição dos acontecimentos violentos não elaborados que caracterizaram o processo de colonização no Brasil. No dizer do filósofo Renato Janine Ribeiro, o Brasil é um país traumatizado:

Ele jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura. A condição colonial significou viver na mais franca heteronomia, sem o autogoverno que nas partes inglesas do continente então se praticava, e na mais decidida ignorância, sem o ensino universitário, que nas regiões hispânicas da América se ministrava, e tudo isso como uma terra destinada ao esgotamento de sua natureza vegetal e à exaustão de sua natureza mineral: sofreu, pois, a predação do invasor português. Já a escravatura desdobrou ou completou a obra da colonização: o fisicídio, se assim podemos chamar o assassinato da natureza, e a heteronomia colonial exigiram também que o trabalho fosse praticado sob o modo do esgotamento e da destituição, no caso, do negro africano. Ora, nosso problema não é apenas que cenas primitivas como estas se tenham produzido, e reiterado, ao longo de nossa história; é que elas nunca tenham sido realmente elaboradas e extirpadas de nosso caráter. Daí que se repitam, compulsivamente, ainda hoje. Sabemos, é claro, que os pataxós hã-hã-hãe não eram os nativos que ocupavam a região de Porto Seguro quando aportaram as naus de Cabral, mas não deixa de ser altamente simbólico que pertencesse a essa tribo, que hoje ali reside, o índio que foi assassinado cruelmente quase na hora aniversária da invasão européia de 1500. Repetimos, assim, obsessivamente os traumas das mais radicais desigualdade e iniquidade. E continuaremos a repeti-los, até que ajustemos contas com eles (RIBEIRO, 1999, p.11-12).

Penso que as observações de Tales Ab'Sáber e Renato Janine Ribeiro demonstram como a violência é imanente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O projeto neodesenvolvimentista adotado pelo governo federal e também as posturas autoritárias dos governos estaduais¹ reeditam a violência não elaborada presente na história brasileira.

¹ O aumento do policiamento e da repressão militarizada tem sido a marca dos governos federal e estaduais nos últimos anos. A necessidade da desmilitarização e reformulação das polícias ganhou espaço de discussão após as “Jornadas de junho de 2013”, e também com a prisão, tortura e desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. Comentarei este caso na última seção do capítulo 2. A maneira como o governo brasileiro vem realizando as obras do “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC) exemplifica como os horrores do presente demandam uma busca e investigação críticas do passado. No início de 2013, e pelo terceiro ano consecutivo, “operários se rebelam exigindo direitos e se revoltam contra as péssimas condições de trabalho em um canteiro de obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do governo federal” (PAULA, 2013). As grandes empresas contratadas pelo governo federal são responsáveis pela criação e gerência de canteiros de obras onde acontecem diversas formas de desrespeito aos direitos trabalhistas e aos direitos humanos. Além do alto número de acidentes de trabalho e de mortes, operários e sindicalistas denunciam a existência de condições de trabalho análogas à escravidão. Em certos casos, os operários são expostos a alojamentos com péssimas condições de estrutura e higiene, sendo obrigados a comprar mantimentos, remédios e bens necessários para a reprodução de sua existência em barracões que cobram preços absurdos, endividando os trabalhadores. A presença de forte aparato policial constituído por um grande contingente de homens e viaturas da Força Nacional de Segurança e da Polícia Militar é marcante em alguns canteiros de obras (BENVENUTI, 2012), sinalizando que os operários estão sob cerco militar.

Minha intenção com esta pesquisa de doutorado foi a de contribuir para a reflexão sobre a elaboração da violência gerada pela ditadura civil-militar, e teve como foco de análise as condições de vida da classe trabalhadora naquele momento histórico. Para a realização da pesquisa investiguei a presença dos trabalhadores² em narrativas publicadas no período da ditadura civil-militar (1964-1985). Especificamente, interessam as narrativas que retratam o período. Assim, esta pesquisa também é uma investigação sobre as formas narrativas utilizadas para figurar o modo de vida dos trabalhadores durante ditadura civil-militar no Brasil. A construção do objeto se embasou em questões que articulam os estudos literários no Brasil, as reflexões das ciências sociais voltadas para a classe trabalhadora, e a necessidade de entender como foram as condições de vida dos trabalhadores no período. Neste sentido, o trabalho de pesquisa realizado se aproximou de uma demanda social existente em nossa sociedade: a necessidade de trazer à tona a repressão e os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil-militar.

Essa demanda social é percebida por iniciativas do Estado brasileiro e da sociedade civil em criar dispositivos de investigação e denúncia, sendo a instauração da “Comissão da Verdade” o exemplo de maior evidência. No que diz respeito à classe trabalhadora, cabe destacar a importante atuação do “Projeto Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo³”, que busca, entre outras ações, investigar como se deu a repressão aos trabalhadores nas fábricas. Acredito que a investigação das narrativas que retratam o período contribui para o entendimento das formas de repressão à classe trabalhadora ocorridas durante a ditadura civil-militar, uma repressão que é visível no espaço fabril, mas também nas mais diversas facetas do cotidiano do trabalhador, como sua moradia, seu bairro, o tipo de transporte utilizado no trajeto entre a casa e o trabalho, entre outros aspectos. Como veremos, as formas literárias escolhidas pelos escritores que serão investigados remetem a uma preocupação com o resgate histórico.

² Quando utilizo a palavra trabalhador, penso no trabalhador da fábrica, o operário, e também no trabalhador rural superexplorado, o bóia-fria.

³ A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo foi uma frente de trabalhadores centrada em um programa de defesa de um sindicalismo democrático e de massa (BATISTONI, 2010, p.15), que atuou na luta sindical durante as décadas de 1960 a 1980. Atualmente a OSM – SP, junto com militantes e intelectuais, é responsável pelo “Projeto Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo”, que busca investigar os casos de repressão aos trabalhadores por parte do governo militar. Seu trabalho tem se baseado na gravação em vídeo de depoimentos de trabalhadores que vivenciaram a repressão do governo militar. Meu trabalho buscou outra direção, pois a ênfase recaiu em narrativas produzidas na época, e que ainda não receberam o devido tratamento investigativo. Para mais informações sobre o projeto desenvolvida pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, acessar <http://www.iiep.org.br/index1.html>; <http://iiepmemoriaoperaria.wordpress.com/o-que-e-o-iiep/>, e <http://iiepmemoriaoperaria.wordpress.com/marcas-da-memoria/>.

De acordo com a investigação realizada por Zenir Campos Reis (2000) no artigo “O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária (Primeiras notas)” é ainda bastante pequeno o número de estudos sobre literatura brasileira voltados para a presença dos trabalhadores em obras literárias. Um exemplo desta situação é a coletânea de ensaios literários “Os pobres na literatura brasileira”, organizada por Roberto Schwarz no ano de 1983. Nesta obra é marcante a presença de toda espécie de párias, destituídos e enjeitados. No entanto, com exceção de casos isolados⁴, os operários estão ausentes:

Na coletânea, os ensaístas, na quase totalidade, debruçaram-se sobre autores que constituem a “grande literatura” no Brasil, a literatura de primeira linha. Nesta, parecem ausentes os operários, o mundo do trabalho, enquanto se manifestam seus avessos: o mundo, vasto mundo, da marginalidade social (REIS, 2000, p.42).

Os operários e o mundo do trabalho parecem não fazer parte da literatura que se voltou para as diversas situações que são condicionadas pela pobreza, aparecendo então como temáticas marginais, menores, de segunda linha. Esta situação levou Zenir Campos Reis a se perguntar se não haveria no Brasil um mundo encoberto, quase que clandestino, o mundo da literatura proletária, como aquele que vem sendo procurado por Michel Ragon em sua “*Histoire de la littérature prolétarienne en France*”, de 1974. Fez duas propostas: “de um lado, intensificar esforços de pesquisa no sentido de levantar uma possível literatura proletária ou de expressão popular” (REIS, 2000, p. 43). De outro, tentar uma revisão e uma recomposição da tradição literária e crítica no Brasil, “de um ângulo que se possa compreender, além da questão da literatura diante do colonialismo e do imperialismo, aquela da literatura diante das classes sociais” (REIS, 2000, p.44).

A pesquisa aqui apresentada pode ser pensada como um desdobramento da primeira proposta de Zenir Campos Reis. Quanto à sua segunda proposta, ela tem grande relevância metodológica, pois a ideia de se pensar a tradição crítica e literária brasileira diante das classes sociais abre espaço para uma leitura política que tem por consequências a reabilitação de obras deixadas de lado pela crítica, e também novas interpretações de obras já bastante estudadas⁵. O autor inicia o trabalho de revisão:

⁴ Uma das exceções é o ensaio de Antonio Arnoni Prado “Mutilados da Belle-Époque – Notas sobre as reportagens de João do Rio”, que debate a maneira como o escritor e cronista carioca abordava os trabalhadores e operários em suas crônicas. Outro ensaio no qual os operários têm presença é “Palavra de ouro, cidade de palha”, de autoria de Francisco Foot Hardman. Neste ensaio o autor discute as condições e possibilidades de se estudar a produção cultural e literária anarquista no período da Primeira República. Em outros ensaios, os operários chegam a ser mencionados, mas de forma oblíqua, sem ter centralidade.

⁵ Como exemplo temos o trabalho “Vozes da ficção: narrativas do mundo do trabalho” (2011), organizado por Zenir Campos Reis, Claudia de A. Campos, Enid Y. Frederico e Walnice Nogueira Galvão. Trata-se de uma

Quando falamos em trabalhador na literatura é preciso começar por distinguir: até aproximadamente o final do XIX trabalhador é quase exclusivamente o escravo, o negro e, secundariamente, o índio – a questão social mistura-se com a questão racial. Data praticamente do século XX a figura do trabalhador operário, no sentido do moderno modo de produção capitalista (REIS, 2000, p.52).

Na investigação sobre a presença do trabalhador na literatura brasileira desenvolvida pelo autor, são comentados escritores e estudos que servem como referência para a construção de um conjunto de obras representativas sobre o tema. As obras literárias e os estudos de literatura mencionados por Zenir Campos Reis caminham na mesma direção de estudos recentes⁶ ao enfatizarem a produção literária relativa à primeira metade do século XX.

Ainda segundo Zenir Campos Reis, em 1985, ano em que escreveu o artigo, foi possível notar certa florescência da literatura de fundo operário (REIS, 2000, p.54). O autor não só amplia as possibilidades de pesquisa sobre a presença dos operários na literatura brasileira, como aponta alguns dos escritores que seriam responsáveis por essa produção. Esses argumentos demandam uma exposição das principais linhas de força que permearam os estudos de literatura e cultura produzidos nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no Brasil, período de grandes transformações sociais e políticas que sofreu o impacto da política truculenta imposta pela ditadura civil-militar.

Trata-se de pesquisas que abordaram as relações entre os escritores e a ditadura civil-militar, a instauração da indústria cultural no Brasil, e também as consequências deste fenômeno para a produção cultural e literária. Têm importância as discussões acerca das estratégias dos escritores para lidar com a violência e desigualdade sociais decorrentes da nova configuração social e política imposta pelo projeto modernizante e conservador adotado pelo regime militar⁷.

coletânea que traz contos e capítulos de romances brasileiros publicados entre 1887 e 1945. As narrativas que compõem o volume abordam o homem no mundo do trabalho.

⁶ Em “Uma história do romance de trinta” (2006), Luiz Bueno realizou uma extensa pesquisa histórica e literária que apresenta discussões sobre o significado da chamada “literatura operária” da época, destacando-se as experimentações de Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz. Muitos escritores hoje desconhecidos foram retomados na pesquisa, aproximados da produção de sua época e reavaliados. Mesmo o tema da literatura operária é cotejado com outras vertentes literárias, como o romance psicológico. Cabe mencionar o trabalho fundamental de Francisco Foot Hardman, “Nem pátria, nem patrão!”, no qual o autor coligiu e investigou as práticas culturais, artísticas e literárias da primeira geração de uma classe urbano-industrial no Brasil, que abarca os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Uma publicação bastante recente é “Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil”, coletânea de artigos organizada por Marcelo Badaró Mattos. A maior parte dos estudos que fazem parte deste trabalho se voltam para a situação dos trabalhadores na produção literária do século XIX e primeira metade do século XX.

⁷ Exemplos são “Gavetas Vazias” (1996) e “A imagem e a letra” (1999), de Tânia Pellegrini, “O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro” (1996), de Regina Dalcastagnè e “A festa: o itinerário político do romance pós-64” (1998), de Renato Franco.

Um pouco diferentes são os escritos do crítico literário Fábio Lucas em “O caráter social da literatura brasileira” (1970) e “Vanguarda, História e Ideologia da Literatura” (1985). Nestes trabalhos o autor investiga as obras literárias em diálogo com seu contexto histórico e faz aparecer diversos momentos onde o pobre, e também o trabalhador do campo e da cidade tiveram presença na literatura brasileira.

Fabio Lucas foi um dos primeiros a investigar as relações entre literatura e política decorrentes do golpe militar de 1964, destacando a representação dos grandes centros urbanos no período e a série de novas personagens e estilos de vida que passam a fazer parte do imaginário da sociedade e dos escritores brasileiros. Nesse momento as obras literárias sofrem forte influência das relações de consumo trazidas pela modernização conservadora, o que pode ser percebido pelo surgimento de temas e situações relacionados à coisificação das relações sociais e afetivas. O autor também se atém às transformações sociais e econômicas que levaram ao surgimento da figuração desses temas na literatura, demonstrando como o mundo das mercadorias está relacionado às características da luta de classes naquele período:

A violenta concentração de renda ocorrida em nosso país, em decorrência do modelo de “modernização” de nossa economia, projetou densa camada populacional na marginalidade. E os árduos processos de subsistência dos diferentes grupos humanos foram sendo recolhidos pela sensibilidade dos ficcionistas, daí resultando um grande espectro de novas personagens, novas situações (LUCAS, 1985, p.142).

Os sujeitos que experimentaram as consequências da modernização conservadora do ponto de vista da exploração do trabalho e da precarização das condições de reprodução da existência passaram a ter presença na literatura do período. Fabio Lucas indica alguns representantes da marginalidade urbana, entre eles vagabundos, crianças, velhos, desempregados, e também os trabalhadores do campo e da cidade. Tem destaque a emergência de uma nova personagem oriunda do mundo rural, o bóia-fria, cujo modo de vida é objeto dos contos de “A cara engraçada do medo” (1978), de Murilo Carvalho, e também a representação literária da visão de mundo do trabalhador operário, de que “Crônicas da vida operária” (1978), de Roniwalter Jatobá é um exemplo (LUCAS, 1985, p.142). Embora Fabio Lucas não tenha realizado uma leitura aprofundada sobre a presença dos trabalhadores na literatura do período, argumenta sobre a necessidade de se estudar o tema. As considerações do autor vão ao encontro das preocupações de Zenir Campos Reis. Este, inclusive, menciona Murilo Carvalho e Roniwalter Jatobá em seu artigo.

A leitura de escritores indicados por Zenir Campos Reis me levou a investigar a presença dos trabalhadores na literatura produzida no período da ditadura civil-militar. Dentre

os mencionados, três deles foram incorporados no *corpus* da pesquisa⁸: Roniwalter Jatobá, Murilo Carvalho⁹ e Antonio Possidonio Sampaio. Suas obras revelam traços comuns. Eles iniciaram a produção literária no período da ditadura civil-militar, mais especificamente nos anos 1970. Além disso, trata-se de sujeitos que tiveram um envolvimento direto com a classe trabalhadora¹⁰. Roniwalter Jatobá migrou do estado da Bahia para a cidade de São Paulo no fim dos anos 1960, tornando-se operário desqualificado da indústria automobilística. Murilo Carvalho foi jornalista e publicou uma série de reportagens sobre trabalhadores do campo e da cidade nos anos 1970 e início dos anos 1980, a maioria delas publicadas no jornal “Movimento”. Já Antonio Possidonio Sampaio foi advogado de trabalhadores do ABC paulista, conhecendo de perto o cotidiano operário. Como jornalista, foi repórter dos jornais Gazeta Mercantil e Notícias Populares, e colaborou com jornais de entidades profissionais como a Tribuna Metalúrgica, publicada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. As proximidades entre os escritores perpassam suas trajetórias de vida e também se sustentam quando se têm em mente as soluções estéticas utilizadas nas obras literárias.

O leitor que tem em mãos o livro “Crônicas da vida operária” (1978), de Roniwalter Jatobá, vê em sua capa, em destaque, a seguinte nota: “Finalista do Prêmio Casa das Américas 1978”. Em sua introdução a “Crônicas da vida operária” o escritor Fernando Moraes, que estava em Havana no ano de 1978, afirma que o livro de Roniwalter Jatobá foi bem cotado, agradando a todos os jurados da categoria “Testemunho”. O fato de o livro de Roniwalter Jatobá ter angariado uma recepção favorável no Prêmio Casa das Américas não só possibilita aproximar “Crônicas da vida operária” do conjunto de produções culturais e discussões críticas que se relacionam com o testemunho, como leva também a pensar que o escritor conhecia esse tipo de produção cultural, percebendo semelhanças entre o testemunho e sua própria produção literária.

⁸Os outros nomes: o pesquisador Eduardo Maffei, o ex-operário e hoje professor universitário Adeldo Gonçalves, o metalúrgico Roberto Franco, e o militante comunista Gregório Bezerra. Optei por não incorporá-los no *corpus* da pesquisa, uma vez que seus livros não abordam o período da ditadura militar. O caso de Roberto Franco é uma exceção, pois não consegui ter acesso à sua coletânea de contos “Revolta do chiqueiro”, de 1983.

⁹Faz parte do *corpus* de escritores o antropólogo e poeta Carlos Rodrigues Brandão. Interpretei o poema “As mulheres do caminhão de turma (situações proletárias de corpo e de roupa)” em decorrência da proximidade temática existente entre ele e as narrativas de Murilo Carvalho. O livro de poemas “Diário de Campo: a antropologia como alegoria” (1982) é um exemplo das possíveis relações entre poesia, antropologia e testemunho. No entanto, em sua totalidade a obra foge do tema da pesquisa. O livro de Brandão demanda um estudo específico.

¹⁰Outras informações serão dadas nos capítulos dedicados a Roniwalter Jatobá, Murilo Carvalho e Antonio Possidonio Sampaio.

Fenômeno semelhante acontece com os livros “A cara engraçada do medo” (1978), de Murilo Carvalho, e “A capital do automóvel: na voz dos operários” (1979), de Antonio Possidonio Sampaio. Em relação ao primeiro, destaco a seguinte passagem de sua capa: “Os treze contos que constam de **A cara engraçada do medo** são fruto de trabalho de três meses junto aos bóias-frias em Minas, São Paulo e Paraná” (CARVALHO, 1978, grifos do autor). Esta passagem sugere um trânsito entre a atividade jornalística de Murilo Carvalho e sua obra literária. Quanto ao livro de Antonio Possidonio Sampaio, o trânsito entre vida e obra se dá de outra maneira. “A capital do automóvel (na voz dos operários)”, que é a sexta obra literária do autor, é um livro de depoimentos colhidos durante uma longa convivência do advogado e jornalista com os trabalhadores da região do ABC. Percebi a existência de afinidades entre os procedimentos formais utilizados nesses dois livros e aqueles presentes em produções culturais relacionadas com o testemunho. Por isso, optei em utilizar obras literárias e reflexões críticas voltadas ao universo do testemunho como parte do referencial teórico que servirá para a interpretação das obras de Roniwalter Jatobá, Murilo Carvalho e Antonio Possidonio Sampaio.

As afinidades entre as obras literárias em questão e a literatura de testemunho apontaram a necessidade de investigar as razões que levaram os escritores a escolherem essa forma narrativa. Neste sentido, a mediação entre literatura e realidade social se embasou na investigação das formas literárias utilizadas, uma vez que a escolha formal revela a solução estética encontrada pelos escritores para figurar simbolicamente certos aspectos da realidade, podendo assim transmiti-los, passá-los adiante: “a literatura é manifestação cultural e, por isso, histórica; a história é conflito, contradição, complexidade; na base do processo histórico está a atividade material dos homens; o estilo é uma síntese dessas forças, a forma que assumem” (REIS, 2000, p. 44).

A literatura está em contato com o mundo da cultura, faz parte dele, transforma-o e é por ele transformada. Acredito que as obras literárias escolhidas podem ser entendidas como exemplos de práticas culturais da classe trabalhadora, uma vez que os escritores partem do modo de vida e do cotidiano dos trabalhadores para selecionar os acontecimentos que serão literariamente figurados. Esta perspectiva permite entender as obras literárias como uma forma de conhecimento, um importante objeto de investigação que pode revelar traços do cotidiano e do modo de vida da classe trabalhadora, ou, em outras palavras, traços da condição de ser trabalhador:

Condição traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na

mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado (BOSI, 1998, p. 27, grifos do autor).

A condição de trabalhador determina um modo de vida específico. Quem vivencia essa condição está sujeito a relações sociais autoritárias e situações de grande periculosidade. Exemplos são a tocabilidade dos corpos (ENDO, 2005, p.107) dos trabalhadores, excessivamente expostos a uma série de perigos decorrentes do trabalho realizado, e também a grande possibilidade de serem alvo de diversas formas de humilhação social e repressão violenta, por estarem diretamente envolvidos com os espaços sociais onde se materializa a luta de classes.

No intuito de sustentar uma relação entre obra literária, cultura e modo de vida da classe trabalhadora trago à discussão algumas considerações de Alfredo Bosi e Raymond Williams. O primeiro nos propõe uma concepção de cultura que tem por centralidade os conceitos de ação e trabalho, possibilitando pensar a cultura como um processo que revela ações, afetos e formas de sociabilidade que são fundamentais para a compreensão da condição de ser trabalhador. Assim, a cultura não é algo fechado e acabado, mas um conjunto de práticas sociais conquistadas pelos sujeitos, logo abertas e atuais. Seu sentido é transformado todas as vezes em que os homens vivem seu cotidiano e pensam naquilo que viveram, produzindo, em outro momento, algo novo. Para Bosi, “*cultura é vida pensada*” (BOSI, 1987, p.38, grifos do autor). Algumas das contribuições de Raymond Williams vêm ao encontro da discussão, uma vez que ele entende a cultura como uma instância que abarca o modo de vida dos sujeitos e também as produções artísticas e culturais. Mais que isso, a cultura é a instância que aproxima e cria nexos de sentido entre a produção cultural e o modo de vida por ela formalizado:

a definição mais prosaica, de cultura como um modo de vida, e a mais elevada, de cultura como os produtos artísticos, não representam alternativas excludentes: o valor de uma obra de arte individual reside na integração particular da experiência que sua forma plasma. Essa integração é uma seleção e uma resposta ao modo de vida coletivo sem o qual a arte não pode ser compreendida e nem mesmo chegar a existir, uma vez que seu material e seu significado vêm deste coletivo (CEVASCO, 2001, p. 48).

Ao comentar as ideias de Raymond Williams, Maria Elisa Cevalco¹¹ se refere à forma artística como uma seleção e resposta a um modo de vida coletivo, ensaiando assim uma

¹¹ Optei por trazer ao debate a interpretação de Maria Elisa Cevalco sobre a obra de Raymond Williams. A autora é a maior estudiosa do pensador britânico no Brasil, e uma das grandes responsáveis pela divulgação de suas ideias. Minha opção se apoia no fato de o conceito de cultura sofrer muitas transformações no decorrer das

mediação entre a forma artística e a realidade social, que seria realizada através da noção de cultura. Não me parece forçado pensar que este modo de vida coletivo pode ser o modo de vida de uma classe social. No caso das produções literárias, pode-se dizer que o escritor parte de um contexto social que é figurado pela forma literária, sendo esta uma decantação de certos aspectos do modo de vida e condição de classe dos sujeitos. A forma literária é sempre forma de um conteúdo, e necessariamente dialoga com a experiência social que ela reapresenta no texto literário. Mais que isso, a forma literária é um posicionamento político do escritor frente a realidade.

Escrever é sempre alinhar-se, na medida em que este ato sempre estrutura, implícita ou explicitamente, uma seleção específica, feita a partir de um ponto de vista também específico. Nesse sentido, toda forma é uma tomada de posição, uma declaração de princípios, feitas em condições que não são, é claro, de nossa própria escolha (CEVASCO, 2001, p.21).

No ato de escolher uma forma literária, o escritor apresenta um ponto de vista sobre sua própria condição social, sobre o significado da obra literária, e também sobre os aspectos da realidade devem ser literariamente trabalhados. Tendo em vista a hipótese de que os escritores investigados se valeram de procedimentos utilizados na literatura de testemunho, é necessário realizar uma apresentação deste campo da produção cultural e literária.

O conceito de testemunho abarca produções culturais e artísticas como o cinema, a história em quadrinhos, os relatos de memórias e histórias de vida, a literatura em prosa e o poema, além de estar aberto a outras possibilidades. Também fazem parte do campo de estudos do testemunho as obras críticas e teóricas a ele voltadas. O surgimento de narrativas com traços do testemunho no século XX têm relação com as catástrofes e eventos de violência grave que marcaram este período da história¹². O caráter de urgência que envolveu os acontecimentos históricos de grandes proporções demandou novos usos políticos e sociais da literatura e da narrativa. “A literatura de testemunho surge da necessidade literária ou extraliterária de encontrar as formas adequadas para narrar a violência e remete-nos sempre a cruzamentos entre literatura e história, ou entre literatura e política” (ADOUE, 2008, p.53). As obras que trazem em sua forma traços do testemunho estão situadas em um ponto de

obras de Williams. O itinerário do conceito foi detalhadamente investigado por Maria Elisa Cevasco em seu livro “Para ler Raymond Williams” (2001).

¹² Muitas foram as ações de violência e extermínio no século XX, tão apropriadamente interpretado por Eric Hobsbawm como a “era da catástrofe”: “Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, ascensão do nazismo, Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial, guerras de independência colonial, Guerra Fria, Revolução Chinesa, Revolução Cubana, Guerra do Vietnã e as tantas guerras abertas pelas ditaduras militares na América Latina nos anos 60 e 70” (DE MARCO, 2004, p.49).

convergência entre literatura, narrativa, história e política, característica que leva ao surgimento de novos vínculos entre narrativa e realidade.

O testemunho é um conceito que tem sido reivindicado em tentativas de compreensão de fenômenos narrativos ocasionados por eventos violentos em muitas partes do mundo. No entanto, como nos mostra Valéria De Marco, duas grandes concepções de literatura de testemunho se destacam (DE MARCO, 2004, p. 45). Uma delas está diretamente relacionada com a criação da categoria “Testemunho” pelo concurso da editora cubana Casa das Américas no ano de 1970 e é conhecida como *testimonio* latino americano. Este tipo de produção remete aos relatos de sujeitos que vivenciaram formas de opressão causadas pelo imperialismo estadunidense e pelas ditaduras militares na América Latina. A outra concepção de literatura de testemunho remete aos relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas, conhecidos como estudos sobre a *shoah*¹³. Além das importantes discussões teóricas que gravitam em torno dessas vertentes, cabe destacar a riqueza e multiplicidade de soluções literárias e estéticas que compõem as produções literárias e culturais a elas relacionadas. As soluções formais utilizadas nas duas vertentes também são importantes por servirem de contraponto e referência teórica para a interpretação das produções culturais e literárias que dão voz e visibilidade ao modo de vida do trabalhador.

As produções literárias que fazem parte da vertente latino americana do testemunho afirmam um vínculo entre a produção literária e o resgate da história contemporânea (DE MARCO, 2004, p.45). Nas situações em que o sujeito que produz literatura de testemunho lida com sujeitos analfabetos ou incapazes de organizar a experiência através da escrita, cabe a ele o papel de transpor o relato oral da testemunha para o texto escrito. Nestes casos, o texto literário seria o resultado do encontro e do diálogo entre

um narrador “de ofício” e um narrador que não integra os espaços de produção de conhecimento considerados legítimos, mas cuja experiência, ao ser contada e registrada, constitui um novo saber que modifica o conhecimento sobre a sociedade até então produzido. Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História. O letrado – editor/organizador do texto – é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido (DE MARCO, 2004, p.46).

¹³ Palavra que significa catástrofe, em hebraico. A palavra *shoah* foi escolhida por alguns artistas e teóricos para substituir a palavra holocausto, pois esta remete a uma ideia de sacrifício religioso, algo que deve ser evitado para se pensar os campos de concentração.

Ainda segundo Valéria De Marco, o livro resultaria do convívio conflituoso entre os discursos do editor e da testemunha. Tal convívio se mostra nas tensões que se dariam entre o fictício e o factual, entre literariedade e literalidade, entre a linguagem poética e a prosa referencial (DE MARCO, 2004, p.47). A partir das combinações entre editor e testemunha se desdobrariam pelo menos duas formas de realizar o testemunho. No testemunho romanceado, seja ele de caráter jornalístico, etnográfico ou sócio-histórico, “o autor edita o depoimento da testemunha e cerca-o de prólogo e/ou notas, marcando, ao menos aparentemente, a separação entre ambos discursos” (DE MARCO, 2004, p.47). Já no romance-testemunho ou pseudo-testemunho “o autor mobiliza elementos de composição da ficção para recriar eventos violentos a partir de relatos de testemunhas e de vários tipos de documentos” (DE MARCO, 2004, p.47). As formas de proceder acima expostas não devem ser tomadas como algo fixo ou normatizador, mas como pontos de vista que auxiliarão nas interpretações. O mesmo pode ser dito em relação aos estudos sobre a *shoah*. Não se trata de fazer uma comparação entre os horrores perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial e o modo de vida dos trabalhadores no período da ditadura civil-militar no Brasil. No entanto, parece possível pensar que a leitura de obras pertencentes aos estudos sobre a *shoah* pode contribuir para o entendimento de outras situações que envolvam violência grave, devido às grandes proporções dos acontecimentos.

Se é verdade que os desastres da Segunda Guerra Mundial lançaram desafios para todas as áreas do conhecimento que tivessem compromisso com a preservação da vida e da “civilização”, deve-se reconhecer que o horror dos campos nazistas impôs urgência na necessidade de compreender aquele acontecimento. Como resposta a ela, a reflexão sobre a *shoah*, não só consolidou um campo de pesquisa, como vem estendendo seu alcance. Ela atravessa várias disciplinas, como a psicanálise, a história, a sociologia, a filosofia e os estudos literários, sendo que nestes formula uma perspectiva teórica sobre literatura de testemunho (DE MARCO, 2004, p.51).

Os estudos dos relatos de sujeitos que passaram pela experiência concentracionária demonstram a tensão existente entre a catástrofe vivenciada e as possibilidades de sua representação. É como se a linguagem não desse conta de abarcar o caráter excessivo dos acontecimentos. Assim, a testemunha tem que falar do que viu e do que se passou com ela, sem poder, entretanto, instalar-se no presente com a tranquilidade de referir-se a um passado. Isso acontece porque sua vivência não cabe no campo do finito, do acabado. A experiência escapa à compreensão do sujeito por estar irremediavelmente marcada pelo movimento do trauma (DE MARCO, 2004, p.55). Como será demonstrado no momento das análises e interpretações, o sujeito que passa pela experiência excessiva que caracteriza o trauma, no sentido pensado por Sigmund Freud, sente necessidade de falar. Colocar a experiência em

uma narrativa é uma forma de lhe dar um contorno simbólico. Trata-se de uma tentativa sempre difícil e problemática de abarcar algo que não pôde ser metabolizado pelo sistema psíquico no momento da recepção devido ao seu caráter excessivo, e que, por isso, retorna de maneira patológica e com grande riqueza de detalhes através da lembrança e do sonho.

A diversidade existente nas narrativas sobre trabalhadores investigadas nesta pesquisa demanda uma leitura do testemunho que o veja como um tipo de produção cultural aberto e maleável. Vêm ao encontro da questão as considerações de Jeanne Marie Gagnebin sobre a necessidade de se ampliar o conceito de testemunha. Para a filósofa, testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, a testemunha direta:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p.57).

No início desta introdução afirmei que a construção do objeto da pesquisa se embasou em questões que articularam o campo dos estudos literários no Brasil e o campo dos estudos das ciências sociais voltados para a classe trabalhadora. Defendo que as produções literárias investigadas podem ser situadas dentro do contexto de lutas políticas e sociais da classe trabalhadora que tomaram força na década de 1970, e que têm como grande marco a irrupção do movimento grevista na região do ABC paulista no ano de 1978, momento em que “novos personagens entram em cena” (SADER, 1988). Optei por não fazer aqui uma apresentação da bibliografia voltada para o mundo do trabalho no período da ditadura civil-militar, preferindo lançar mão desses estudos de acordo com as situações e problemas encontrados nas obras literárias. Assim, tais estudos farão parte do método de interpretação das obras literárias, em uma leitura que articula conceitos das ciências sociais, da história, da psicologia e da teoria literária.

Defendo a tese de que a violência e a repressão política sofridas pela classe trabalhadora no período da ditadura civil-militar podem ser conhecidas a partir de narrativas realizadas por trabalhadores e por intelectuais solidários à classe trabalhadora. Assim, o principal objetivo desta pesquisa foi dar visibilidade às formas de violência ocorridas contra os trabalhadores durante a ditadura civil-militar. Cada um dos casos tratados foi investigado em sua singularidade, mas devem ser compreendidos como exemplos de acontecimentos recorrentes naquele período. Minha aposta metodológica enfatizou aquilo que o historiador

Carlos Fico¹⁴ (2004) chamou de microanálise. As interpretações das narrativas deram destaque ao indivíduo em seu cotidiano, focalizando suas emoções, sua mentalidade e trajetória de vida (FICO, 2004, p.51). A abordagem foi escolhida por ser a que melhor trabalha a singularidade e radicalidade que perpassam narrativas marcadas pelo trauma.

O conjunto de obras literárias aqui investigado pode ser entendido como o primeiro esforço para a constituição de um campo de estudos ainda pouco trabalhado¹⁵. Meu trabalho de pesquisa se voltou para três casos de produções literárias que tem por centralidade o modo de vida da classe trabalhadora. A meu ver, eles trazem grandes afinidades com o universo de produção cultural relacionado ao campo de estudos do testemunho. Retomando o provérbio africano encontrado por Eduardo Galeano, penso que Murilo Carvalho, Roniwalter Jatobá e Antonio Possidonio Sampaio fizeram de suas obras um espaço onde os leões, aqueles que foram caçados, pudessem falar por si mesmos. Assim, escritor e trabalhador andam de “mãos dadas” (ANDRADE, 2007, p.59). Busco com este trabalho de pesquisa contribuir para o necessário trabalho de elaboração de nosso violento passado recente, para que suas causas sejam compreendidas e ele não mais se repita.

¹⁴ O historiador Carlos Fico é um dos maiores estudiosos da ditadura civil-militar da atualidade. Em seu livro, “Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar” (2004) realizou um exaustivo trabalho de descrição e análise de estudos sobre a ditadura. No livro é patente a necessidade de um aprofundamento dos estudos voltados para as condições de existência da classe trabalhadora no período, lacuna que abarca a questão da violência contra a classe trabalhadora.

¹⁵ Não encontrei estudos sobre Murilo Carvalho, Roniwalter Jatobá e Antonio Possidonio Sampaio. A exceção foi o artigo “Trabalho artesanal e trabalho industrial como elementos de sociabilidade, subjetividade e tragédia em “A mão esquerda”, de Roniwalter Jatobá” (2013), escrito por Angela Maria Rubel Fanini e Adriana Cabral dos Santos. Interpretei a narrativa “A mão esquerda” no capítulo 2, através de uma perspectiva diferente da escolhida pelas autoras.

Capítulo 1 – A figuração do trabalhador bóia-fria na literatura de Murilo Carvalho e Carlos Rodrigues Brandão

Este capítulo investiga a presença do trabalhador bóia-fria em algumas reportagens e narrativas do escritor e jornalista Murilo Carvalho, e em um poema do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. Em um primeiro momento, apresentarei o surgimento do trabalhador volante – também conhecido como bóia-fria – no mundo rural brasileiro, procedimento que será seguido da interpretação de reportagens e narrativas que tenham trabalhadores rurais como protagonistas. Depois, me voltarei para a investigação das condições de existência da mulher bóia-fria, interpretando a seguir narrativas que realizam sua figuração literária.

1.1. Da passagem do colonato para o trabalho precarizado surge o bóia-fria

Murilo Carvalho foi responsável por reportagens que retratavam a vida dos trabalhadores rurais nos anos 1970 e início dos anos 1980, a maioria delas publicadas no jornal “Movimento”. Em certos momentos seu trabalho como jornalista serviu de base para criação de suas narrativas, como no livro de contos “A cara engraçada do medo”, de 1978. Este livro foi um dos resultados de uma viagem de cerca de 90 dias na qual Murilo Carvalho percorreu lavouras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná realizando reportagens, colhendo relatos e conhecendo pessoalmente a vida difícil do trabalhador rural precarizado.

O trânsito entre jornalismo e literatura permite pensar as narrativas de Murilo Carvalho como exemplos de literatura de testemunho. Ele não só viu as condições de existência do trabalhador volante como ouviu as palavras dos trabalhadores. Assim, partiu daquilo que foi visto e escutado para escrever as narrativas. Como já dito, para Jeanne Marie Gagnebin uma das maneiras de ser testemunha tem por base o exercício de conseguir ouvir a narração insuportável do outro, fazendo de suas próprias palavras um meio para levar adiante a história escutada (2009, p.57). Trata-se de uma transmissão simbólica na qual a obra literária formata as experiências humanas vistas ou ouvidas pelo escritor. Neste sentido, as narrativas de Murilo Carvalho partem de experiências reais, mas as extrapolam. Ao formatar as experiências do outro, a obra literária realizada por Murilo Carvalho adiciona a elas o trabalho da imaginação, que é possibilitado pela posição da qual o escritor conta os fatos que quer transmitir.

Nas narrativas “Começar de novo”, “Consolar os aflitos” e “Às 10 a gente almoça” o narrador, entendido aqui como a figuração estética do escritor, fala do ponto de vista de quem

viu ou ouviu, mas não participou diretamente dos fatos. A posição do narrador implica um distanciamento estético do fato narrado que lhe permite conhecer os pensamentos, emoções e desejos das personagens, como se pudesse adentrar a subjetividade do outro, demonstrando-a. Estas características fazem das narrativas em questão um importante objeto para a investigação do modo de vida dos trabalhadores volantes, e também um meio de conhecer suas subjetividades. Neste momento, os temas das três narrativas em questão serão interpretados de maneira detalhada, sendo eles, respectivamente, a migração forçada, o suicídio e a alimentação.

Murilo Carvalho era um jornalista engajado e bastante minucioso. Ao fazer suas reportagens dialogava com a produção das ciências sociais, o que pode ser constatado na reportagem “Volantes”, publicada no jornal “Movimento” no ano de 1975. Nesta, o jornalista situa o surgimento do trabalhador volante no período pós-Segunda Guerra Mundial, entre os anos 1940. A principal causa para o surgimento dessa nova condição de trabalho seria a lenta penetração do desenvolvimento capitalista no campo (CARVALHO, 1975, p.12). Até o período da Segunda Guerra Mundial, e também com intensidades distintas nas décadas de 1950 e 1960, as fazendas viviam o regime de colonato.

O colonato criava entre o proprietário das terras e o trabalhador uma relação muito próxima à de senhor e escravo, onde a voz do patrão era a grande lei. Sem nenhum direito trabalhista assegurado, o trabalhador dependia em tudo do fazendeiro, trabalhando como, onde, e quando ele determinasse, recebendo um pequeno salário, quase simbólico, e morando na própria fazenda, em casas cedidas por ele. Geralmente, como uma liberalidade, o proprietário cedia ao colono um pequeno pedaço de terra onde ele podia plantar para o gasto. Mas era também bastante comum, dentro do colonato, o sistema de parceria, onde o trabalhador cuidava de uma determinada lavoura, preparando a terra, fazendo o plantio, as capinas e a colheita, para depois ceder ao proprietário das terras uma fração da produção que atingia às vezes 70% (CARVALHO, 1975, p.12).

Relações trabalhistas como o colonato e a parceria se constituíam de maneira bastante assimétrica, impondo ao trabalhador rural uma situação de fragilidade e dependência frente ao grande poderio do proprietário da terra. A ausência de direitos trabalhistas fazia do trabalhador um alvo fácil da exploração do trabalho, em espaços que não eram observados pela lei. Na verdade, esta era determinada pela voz e pela vontade do proprietário da terra, que por qualquer capricho poderia dispensar o trabalhador. O colonato e a parceria – além das outras relações de trabalho existentes no campo – iam à contramão do modelo de desenvolvimento capitalista rural cuja tendência era a formação de empresas rurais, a fazenda sendo vista como uma unidade de produção. Uma consequência desse modelo seria a mudança das relações trabalhistas, com uma transformação do trabalhador agregado e sem

direitos em trabalhador assalariado, que passaria a receber uma quantia pré-fixada em troca de sua força de trabalho (CARVALHO, 1975, p.12).

Um marco importante na modernização das relações de trabalho no campo foi a promulgação do “Estatuto do Trabalhador Rural” no ano de 1963. O estatuto visava estender aos trabalhadores rurais os mesmos direitos adquiridos pelos operários urbanos, como salário mínimo, registro profissional, 13º salário, assistência médica, entre outros (CARVALHO, 1975, p.12). A criação de uma lei como o “Estatuto do Trabalhador Rural” apontava a possibilidade de avanços nas relações de trabalho no campo, potencialidade que foi frustrada por subterfúgios utilizados pelos proprietários de terra:

Os fazendeiros, assustados com os direitos adquiridos por seus camaradas, receosos de diminuir seus lucros com as obrigações trabalhistas, preferiram despedir seus empregados, desfazer as colônias. E passaram a contratar mão-de-obra avulsa, fixa ou eventual, conforme suas necessidades. Os trabalhadores, acostumados a morar em fazendas, sem outra especialização que não fosse a enxada, ficaram sem alternativas e viram-se compelidos a transferirem-se para as periferias das cidades, em geral próximas das fazendas onde originalmente trabalhavam, e dali prestar serviços eventuais aos fazendeiros (CARVALHO, 1975, p.12).

A atitude dos fazendeiros teve grande impacto no modo de vida dos trabalhadores rurais. O sistema de colonato – e também as outras formas de relação de trabalho como a parceria –, embora bastante injusto, provia alguma segurança ao trabalhador. Exemplos são o acesso a casas cedidas pelo proprietário da terra, e a possibilidade do uso de um pedaço de terra para o plantio de gêneros de subsistência como milho, feijão e arroz (SILVA, 2002, p.555). Ao ser obrigado a viver na cidade o trabalhador rural perdeu a moradia gratuita e também a possibilidade de plantar gêneros alimentícios, tendo de arcar com esses novos gastos. Além disso, foi obrigado a lidar com a figura do turmeiro, o sujeito que transportava os grupos de trabalhadores conhecidos como “turmas” da periferia das cidades para os locais de trabalho. O turmeiro era o dono do caminhão e servia de intermediário entre os trabalhadores e o fazendeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de arregimentar os trabalhadores que fariam parte da turma e realizar seu pagamento. Soma-se a essa situação bastante precária a mecanização das lavouras baseadas na produção de monoculturas, fenômeno que aumentava o número de trabalhadores expulsos da terra.

A expulsão dos trabalhadores da fazenda, juntamente com sua dependência em relação ao turmeiro, foram fundamentais para o surgimento da figura do trabalhador volante, o bóia-fria. A nova condição impôs aos trabalhadores um alto grau de miserabilidade, fazendo deles sujeitos desenraizados, sem “eira nem beira”, obrigados a vivenciar um modo de vida

precário, perigoso e instável. Esta situação fez da necessidade de se mudar de um local para outro uma constante, levando o trabalhador a experimentar um ritmo de vida determinado pela disponibilidade de trabalho. Assim, com o fim do plantio, do período de colheita, ou mesmo em decorrência de problemas na safra, o trabalhador era obrigado a se deslocar, em muitos casos enfrentando grandes distâncias.

É exemplar o caso de um dos trabalhadores entrevistados por Murilo Carvalho. No momento em que relatou sua situação o trabalhador nascido no estado de Minas Gerais tinha 54 anos. Geraldino Fernandes da Silva estava com a esposa e filhos no acostamento da BR-369, estrada que liga a cidade de Londrina, no Paraná, a Bauru, em São Paulo. A família, e também o motorista do caminhão de mudanças pararam para o almoço. Geraldino diz que seu destino é a cidade de Três Pontas, no estado de Minas Gerais. Ele e sua família estão voltando da cidade de Rolândia, no Paraná, onde trabalhavam como volantes. Ele, a esposa e os dois filhos mais velhos migraram de Minas Gerais para o estado do Paraná há 16 anos na tentativa de melhorar de vida. Agora voltavam em decorrência de uma geada que afetou os cafezais daquela região. Eis um trecho do relato de Geraldino da Silva, colhido por Murilo Carvalho:

A gente vai voltando pra Minas por precisão, se pudesse ficava no Paraná; os filhos mais velhos já casaram por lá e a gente acha ruim separar deles. Mas fazer o quê? A vida do roceiro anda difícil, só da para trabalhar por dia, os fazendeiros não querem saber de deixar a gente morar nas fazendas, é só o diário e olhe lá. Agora, com essas geadas desse jeito, a coisa piorou. Resolvemos voltar pra Minas enquanto ainda tem um dinheirinho, senão depois ia ficar pior, porque no ano que vem ninguém vai ter lavoura de café produzindo e os trabalhadores vão ficar sem emprego (CARVALHO, 1975, p.12).

A necessidade de regressar ao estado de origem é percebida como uma derrota, e tem como consequências a perda dos laços familiares e um recomeço forçado. O poderio do fazendeiro sobre a condição de trabalho se destaca no relato, demonstrando como essa situação impossibilita o trabalhador de criar vínculos, sua relação com a terra estando reduzida apenas à atividade para a qual foi “contratado”. Mesmo sendo realizada a contragosto, a viagem à cidade de Três Pontas se apresenta como uma saída frente ao pequeno leque de opções desse trabalhador rural, sendo também uma mostra das táticas utilizadas pelo trabalhador volante para lidar com as adversidades impostas pelas condições de trabalho.

Sob o signo do desenraizamento

A narrativa “Começar de novo” pode ser lida como uma formalização estética realizada a partir do relato de Geraldino Fernandes da Silva. Assim como este trabalhador, o protagonista do conto é focado no momento em que está se mudando do estado do Paraná

para a cidade de Três Pontas, em Minas Gerais, o estado onde nasceu. As semelhanças tornam-se gritantes quando aproximamos a descrição do caminhão de mudanças que leva a família de Geraldino Fernandes da Silva e a primeira cena do conto.

No largo acostamento da BR-369 que liga Londrina, no Paraná, a Bauru, em São Paulo, está parado um caminhão carregado de mudança. Velhos guarda-roupas, cama, colchões, objetos de uso doméstico, amontoam-se na carroceria junto com um grupo de crianças (CARVALHO, 1975, p.12).

O caminhão no relato ficcional:

Olhou: o guarda-roupa de espelho quebrado, colchão de riscadinho, a ponta de uma cama patente aparecendo por trás do guarda-comida, as trouxas de roupa, a engenhoca de moer cana, os bancos de pau, o saco de panelas, o saco de milho sobrado da safra, as duas galinhas no espaço curto entre os colchões, os três rapazes e a filha sentados no chão da carroceria, sobre as cobertas de lã (CARVALHO, 1978, p.81).

As duas cenas relatadas por Murilo Carvalho apresentam muitas semelhanças, ambas sendo descrições de caminhões de mudança que levam os móveis, objetos pessoais, e os filhos de trabalhadores rurais volantes. A diferença está na posição adotada por Murilo Carvalho para realizar as descrições. Na primeira situação, o jornalista se utiliza do ponto de vista daquele que está presenciando a situação, vendo-a diretamente. Na cena literária, temos um narrador em terceira pessoa que não participa da cena narrada. De sua posição, anuncia que a personagem vê o caminhão e conta aquilo que a personagem vê. Além de ver a personagem, vendo também aquilo que a personagem vê, o narrador também tem acesso aos sentimentos que perpassam a subjetividade da personagem em meio aos acontecimentos que compõem a mudança.

O motorista disse: vamos cobrir com a lona. E a frase soou como repetida cantiga em seus ouvidos. Olhou o caminhão e lembrou a outra vez, em Minas, um dia de partida, seis anos atrás, como a mulher nunca o deixara esquecer, e viu: o guarda-roupa de espelho quebrado, colchão de riscadinho, a ponta de uma cama patente aparecendo por trás do guarda-comida, as trouxas de roupa, a engenhoca de moer cana, os bancos de pau, o saco de panelas, o saco de milho sobrado da safra, as duas galinhas no espaço curto entre os colchões, os três rapazes e a filha sentados no chão da carroceria, sobre as cobertas de lã. E o motorista que havia dito: vamos cobrir com a lona (CARVALHO, 1978, p.81).

Esta citação é o segundo parágrafo do conto. Como pode ser visto, o escritor se vale da repetição de quase todo o primeiro parágrafo para narrar a lembrança que afeta a personagem no momento em que olha para o caminhão. A aproximação dos dois primeiros parágrafos do conto “Começar de novo” é um bom exemplo da solução estética criada por Murilo Carvalho

para representar a subjetividade do trabalhador volante. A lembrança é escrita com as mesmas palavras, dispostas na mesma ordem utilizada na cena do momento presente.

Essa construção narrativa gera um efeito paradoxal, algo como um tempo que não passa, ou mesmo um tempo constituído por diversos momentos bastante semelhantes entre si, nos quais um momento presente evoca uma lembrança que lhe é praticamente igual. Assim, mudança e permanência se tornam quase que uma coisa só, em uma temporalidade que perde sua principal qualidade: a abertura para o novo, para o diferente, para uma situação ainda não vivida. Na verdade, a percepção da mudança se denuncia por pequenos traços que apontam a passagem do tempo, e que não evocam nenhuma lembrança, como na cena onde o protagonista percebe a vestimenta simples de sua esposa, apenas um vestido escuro e um casaco de lã: “Olhou e viu os buracos remendados no cotovelo, esses buracos que ele não se lembrava deles e que certamente tinham nascido ali na terra roxa, onde se juntava dinheiro no rastelo” (CARVALHO, 1978, p.82). Aqui, a passagem do tempo anuncia o aumento da pauperização da mulher, que traça uma vestimenta já bastante gasta pelo uso.

A temporalidade contraditória e esvaziada de sentido perpassará quase todos os momentos que compõem o conto, afetando as lembranças e também as esperanças do protagonista. A representação literária dessa temporalidade está pautada no uso da repetição do discurso, da mesma maneira como a mostrada acima. Assim, a esperança que invade o protagonista do conto no momento em que pensa nos cafezais de Minas Gerais é a mesma que sentira em outros momentos de sua vida, diante de outros cafezais de Minas Gerais. O mesmo ocorre com as projeções que invadem sua consciência, onde vê a si mesmo, a sua mulher e seus filhos trabalhando:

E ele se via, via a mulher, via os filhos, via a filha, eles de novo em Minas, em outros caminhões, montados na carroceria de muitos caminhões, em eternas outras madrugadas, mal acordados do sono grosso, indo nas colheitas, aqui, ali, sem raízes, soltos como as folhas dos caquizeiros no outono (CARVALHO, 1978, p.84).

Nessa passagem do conto é possível perceber a pouca variabilidade dos espaços e situações vivenciadas pelo trabalhador volante. O protagonista antevê as infundáveis viagens de caminhão que esperam ele e sua família, que nunca para e nem tem a oportunidade de criar raízes. Seguirão em um modo de vida determinado pela condição de trabalho que os obriga a um tipo de mudança constante que na verdade é a repetição do mesmo.

O suicídio como consequência do desenraizamento

Na narrativa “Consolar os aflitos” uma personagem é enfocada chorando. Lágrimas antigas, que estavam guardadas debaixo dos olhos há muitos anos desciam, iam escorrendo

através dos pelos da barba, até chegarem ao curativo no pescoço. Aos poucos, o narrador em terceira pessoa vai mostrando quem é aquele homem que está chorando e onde ele está. Neste movimento, demonstra ao leitor a diferença entre o alcance do olhar de um sujeito que presencia a cena, e as capacidades reservadas àquele que se envereda pela criação literária. Uma pessoa que visse aquele velho chorando sozinho pensaria na tristeza, lembraria da solidão da velhice e teria uma enorme vontade de consolá-lo. Já alguém que pudesse adentrar sua subjetividade – a expressão usada é “entrar no peito dele” – saberia porque um velho com cheiros de terra e de plantas no corpo estava ali naquela cama da enfermaria masculina, uma cama separada com uma cortina, que a enfermeira reservava para os suicidas (CARVALHO, 1978, p.9).

Feita a apresentação da personagem – que é o protagonista – e do local onde ela se encontra, o narrador se volta para o esforço daquela em lembrar o acontecimento que a levara até a cama da enfermaria. “Chorava de olhos fechados, lembrando, relembando, esmiuçando a manhã de segunda-feira – agora era terça de tarde. Revia tudo devagarinho” (CARVALHO, 1978, p.10). As palavras utilizadas pelo narrador para referir-se à recordação do protagonista denunciam o caráter traumático do acontecimento a ser lembrado. A experiência traumática é aquela onde o real é vivenciado em excesso, não podendo ser totalmente assimilada enquanto ocorre. Assim, como mostra Sigmund Freud, a repetição da cena do choque violento que ocasionou o trauma acomete o sujeito. Isto acontece por ele ter necessidade de dar limites àquilo que não foi submetido a uma forma no ato da recepção (SELIGMANN-SILVA, 2006a, p.49). Além disso, é característico das lembranças e dos sonhos traumáticos uma grande nitidez e riqueza de detalhes. Voltando às palavras do narrador, o protagonista não só lembra, mas relembra e esmiúça a manhã do acontecimento. Revê tudo devagarinho, expressão que sugere nitidez e lentidão para as imagens que vêm à consciência.

Adentrando a subjetividade do protagonista o narrador nos mostra o início do processo que desencadeará uma crise. Ele, um avô, revê as crianças entrando no quarto e o chamando. Estava escuro e o caminhão para a roça demoraria a passar, por isso estranhou aquele chamado. Levantou-se e foi fazer um café. Em meio a este movimento a casa bastante simples é mostrada, sendo marcante a descrição da cama da filha encostada no fogão, em um canto esfumaçado. A cama estava vazia desde o dia em que fora embora procurar emprego na cidade de São Paulo. Há nesta cena uma figuração do desmembramento familiar em decorrência da necessidade de procurar trabalho, tema que já fora abordado por Murilo Carvalho na narrativa “Começar de novo”. Na continuidade da lembrança, é mostrada a crise que acomete o protagonista.

O velho, chorando, recordava, se via de novo naquela madrugada, sentado na cadeira, olhando as latas de mantimentos vazias. Se via lá na cozinha, os netos acordados, quietinhos de frio, mas acordados, e ele sabia porque eles estavam acordados, sabia o que a fome faz na barriga da gente. Viu que tinha chegado perto do fim das coisas. Sem mantimentos, sem dinheiro, os netos acordados de fome. E cresceu nele uma raiva nervosa que não tinha rumo, que ele não poderia dirigir para ninguém, uma raiva de ver as crianças com fome e não ter comida para dar, derrotado, um homem incapaz de alimentar duas crianças. Sabia que não tinha mais de onde tirar dinheiro, o empreiteiro só paga no fim da semana e ainda era apenas segunda-feira. E então riu, dentro da raiva, quando se lembrou que de nada adiantava esperar o fim da semana, que não tinha mais emprego, que estava ficando velho demais, que fora do tempo da panha de café só os mais moços estavam trabalhando (CARVALHO, 1978, p.11-12).

Embora seja pouco usual, a longa citação é necessária para o desenvolvimento da discussão. A cena mostra uma situação intensa e terrível, e traz consigo alguns dos principais conflitos existentes na velhice, como o isolamento social, a desolação, a dependência, a desvalorização, o desprestígio, a perda de autoridade e de auto-afirmação (GOLDMAN; GOLDMAN, 1977, p.53). De certa forma, é possível ver na cena uma mistura de todos os conflitos mencionados por Frank e Demarisse Goldman. Eles estão dispostos e misturados nas emoções que afetam o protagonista do conto, acumulando-se uns aos outros de maneira aguda. Esta configuração excessiva autoriza a pensar a cena como uma situação traumática, que será vivenciada de maneira patológica pelo protagonista. Para Manoel Tosta Berlink, a palavra patologia deriva do grego pathos, que significa sofrimento. Daquela palavra derivam também paixão e passividade (BERLINK, 2000 apud MACEDO; WERLANG, 2007, p.92). Ainda segundo Berlink, quando o pathos acontece, “algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorar desse acontecimento, a não ser como paciente, como ator” (2000, p.18). Vale a pena conferir o comentário de Mônica Macedo e Blanca Werlang sobre o conceito de pathos:

A desmesura de pathos alude a algo que excede, que vai além do possível de ser suportado. Assim, entende-se ser pertinente propor uma articulação entre a noção de patologia e uma situação de invasão de intensidades decorrentes do traumático no território psíquico. Entende-se ser a “patologia” um processo que envolve sempre a noção de temporalidade, na medida que alude ao ocorrido antes, remete à sucessão de fatos e a acontecimentos importantes na vida da pessoa (MACEDO; WERLANG, 2007, p.92).

Há no comentário das autoras uma aproximação entre as noções de pathos e de trauma, existindo em ambas a questão do excesso de estímulos que invadem o sistema psíquico. Além disso, as noções pathos e trauma se enlaçam a uma temporalidade que lhes é específica. Para o psicólogo social argentino Alfredo Moffatt, a crise psicológica advém de uma

desorganização da temporalidade (1983b, p.7). Moffatt diz isso embasado na suposição de que a consciência é pontual, sendo a vivência da continuidade do eu o resultado de uma longa conquista humana. Assim, os seres humanos adquiriram a capacidade de constituir uma sequência, ou seja, a capacidade de imaginar-se dentro de uma sucessão imaginária de presentes que os sustentam (MOFFATT, 1983b, p.8). É a cultura a instância responsável por assegurar a continuidade do eu no tempo. Quando a trama cultural de sustentação do eu no tempo se desfaz, vem a crise: “A crise se manifesta pela invasão de uma experiência de paralisação da continuidade do processo da vida. De repente, nos sentimos confusos e sós, o futuro se nos apresenta vazio e o presente congelado” (MOFFATT, 1983b, p.13).

Na cena do conto o protagonista se perturba com o fato de os netos estarem acordados. Não dormem porque têm fome, uma pulsão que o protagonista confessa conhecer bem. A sequência de faltas (a fome dos netos, a falta de mantimentos, a falta de dinheiro, a impossibilidade de trabalhar por ser velho demais) afeta o protagonista, que tem a impressão de ter chegado ao fim das coisas. Trata-se de um exemplo de desestruturação da trama cultural da continuidade do eu, decorrente da invasão de uma experiência de paralisação do processo de continuidade da vida. Assim, a crise se manifesta. Frente à crise, o trabalhador vê crescer em si “uma raiva nervosa que não tinha rumo, que não poderia dirigir a ninguém”. Não podendo fazer nada em relação a desmesura e excesso do vivido, o único ato que pode fazer é contra si mesmo. Tentará o suicídio.

Do ponto de vista da explicação freudiana, pode-se dizer que a crise provém da situação excessiva – portanto traumática – vivenciada, que gera dor psíquica. Para Macedo e Werlang algumas situações de tentativa de suicídio são decorrentes de contextos nos quais o sujeito se vê acometido por um excesso (trauma) que seu aparelho psíquico mostra-se incapaz de processar e metabolizar (2007, p.91-92). Sendo incapaz de dar significado ou sentido para a dor que sente, age esta dor, passa ao ato. Em outras palavras, a tentativa de suicídio pode ser pensada como uma forma de dar vazão à situação excessiva vivenciada via ato de tirar a própria vida.

Na continuidade de sua lembrança, o protagonista revê as crianças encolhidas pelo frio danado que ele também sentia, “um frio agudo que foi se misturando com a raiva e virou um desejo, um medo, uma certeza; que puxavam sua mão para a faca e a lembrança para o jeito certo de matar o frango, limpando bem as penas do pescoço” (CARVALHO, 1978c, p.12). Novamente nas palavras de Macedo e Werlang: “A intolerância do aparelho [psíquico] frente ao que o invade gera uma tendência a desprender-se dessa situação por caminhos conhecidos, os quais foram eficazes em situações anteriores” (2007, p. 91). No caso, o caminho conhecido

é o “jeito certo de matar o frango”. No último momento revisto em sua lembrança, vem-lhe à mente a maneira como procurou a própria garganta com a lâmina crua da faca.

A propósito da alimentação do trabalhador bóia-fria

A narrativa “Às 10 a gente almoça” tem por tema a forma pela qual os trabalhadores volantes realizam seu almoço. A alcunha “bóia-fria” vem do fato de esses trabalhadores saírem de casa muito cedo, às vezes em plena madrugada, levando a alimentação do dia em uma marmita. No momento em que almoçam, a comida está fria. Pio Azevedo, trabalhador volante com a idade de 36 anos fez o seguinte comentário em um relato colhido por Murilo Carvalho: “Eles chamam nós de bóia-fria porque a gente tem que levar a marmita de comida pra roça e na hora de comer está fria, não dá para esquentar, acho que é por isso que o pessoal brinca e chama nós de bóia-fria” (CARVALHO, 1975, p.12).

De acordo com a investigação de Murilo Carvalho na reportagem “Volantes”, o conteúdo e a forma da alimentação dos trabalhadores volantes é reveladora do grau de precariedade em que vivem. Como mostrado, a expulsão do trabalhador das fazendas significou a impossibilidade de plantar gêneros de subsistência, fenômeno que teve por consequência direta uma redução na qualidade da alimentação. Os salários miseráveis impediam os trabalhadores de terem acesso a uma alimentação nutritiva e variada, levando-os à desnutrição e ao adoecimento constantes. Além disso, o modo precário de se alimentar contribui para um altíssimo índice de verminoses. Soma-se a esta situação o fato de a alimentação ter de ser de rápido e fácil preparo, pois um preparo mais demorado obrigaria as mulheres – que na maior parte das vezes são as responsáveis por fazer a comida – a levantarem ainda mais cedo.

O narrador focaliza o protagonista do conto no cafezal, valendo-se de uma descrição rica em detalhes, que enfatiza as sensações e o mal-estar vivenciado. Ele está agachado realizando a “panha” do café. Está muito frio, mas as duas blusas que veste fazem com que quase sinta calor. Diferentemente de outros trabalhos no campo que envolvem ferramentas – como o corte de cana de açúcar, por exemplo – a colheita do café obriga o trabalhador a passar as mãos nuas nos galhos da planta; a expressão usada pelos trabalhadores é “correr a mão pelas varas”. Trata-se de um tipo de trabalho que machuca e suja as mãos de uma maneira peculiar: “O melado escuro dos grãos maduros entranhava na mão, grudento de terra, de restos de folhas; e toda vez que ele coçava algum lugar na cara, debaixo do nariz, ficava uma nódoa marrom que se misturava com as manchas avermelhadas das espinhas”

(CARVALHO, 1978, p.15). O protagonista e seu irmão estavam afundados em uma rua do cafezal e trabalhavam apressadamente.

O irmão, achando que eram quase 10 da manhã chamou o protagonista para almoçar, pois ele nem se lembrava da fome. As informações dadas pelo narrador fazem pensar que aqueles trabalhadores tinham dificuldades para medir o tempo, pois dependiam de um sol fraco, amarelo, que pouco clareava. Além disso, é necessário lembrar que os trabalhadores volantes eram muitas vezes obrigados a enfrentar jornadas de até 12 ou 13 horas de trabalho. Caso não se submetessem a tais extensas jornadas, deixariam de ser levados para o trabalho pelos turmeiros, que por sua vez queriam fazer uma boa imagem aos fazendeiros, mostrando que suas turmas eram bastante produtivas (CARVALHO, 1975, p.12). Nesse sentido, tanto a fruição do tempo quanto o acesso aos espaços de trabalho eram heterodeterminados, fugiam ao controle do trabalhador volante.

Em meio a um universo de tanta pobreza, uma marmita nova pode se tornar um objeto desejável, pois distingue o dono dos outros trabalhadores. É o caso do irmão do protagonista, que havia comprado uma marmita nova, de alumínio, que exibia no caminhão de turma durante o trajeto de ida e de volta. Ecléa Bosi chama esse tipo de objeto de “objeto de status”. Um objeto que pode ser usado com a intenção de uma exposição que interessa o olhar do outro, que visa causar um olhar social. Assim, esse objeto adquire uma aura, “a do status, onde estão embutidos valores de distinção, superioridade, competição” (BOSI, 2004, p.28). O protagonista, que usava uma marmita dada pelo irmão, já velha e marcada por pontos de ferrugem, desejava uma marmita nova como aquela. Já o irmão fazia questão de comer na frente dos outros, mostrando a marmita. No entanto, na manhã em que a narrativa acontece, o irmão não procurou os outros, somente sentou-se e comeu. Fez isso porque na marmita havia apenas pedaços de mandioca cozida, bem frios. Frente à pobreza da refeição, a aura da marmita perde seu efeito social, sendo obscurecida pela força do real valor de uso desse objeto.

O protagonista encontrou dificuldades para fazer sua refeição. Não tendo trazido o garfo, chateou-se com a mão suja pelo trabalho. Após mastigar o pedaço de mandioca, o engoliu com dificuldade e sentiu uma sensação de engasgo. Foi até a garrafa d’água e bebeu: “era uma garrafa de coca-cola família, cheia d’água, que ele precisava beber com cuidado porque tinha um pequeno quebrado no gargalo capaz de cortar a boca” (CARVALHO, 1975, p.18). Esta situação remete ao sistema de vida que Alfredo Moffatt denominou “cultura da pobreza”. Neste, toda a organização do cotidiano é determinada pela pauperização (MOFFATT, 1983a). Uma das características desse sistema de vida é a presença de técnicas

instrumentais de reaproveitamento de objetos que anteriormente eram destinados a outro fim. Ainda segundo Moffatt, a cultura da pobreza está presente entre os trabalhadores “tarefeiros”, ou ocasionais, que são aqueles que vivem em áreas de pobreza extrema, mesmo em países de grande desenvolvimento econômico. Após a cena onde o protagonista bebe água da garrafa de coca-cola, a narrativa passa por uma mudança brusca.

Fechou os olhos e mordeu um pedaço de frango dourado, assado no forno de lenha, era frango de domingo, de festa, que ele comia devagar, mastigando lentamente e sentia os fiapos macios, salgados no ponto certo. De repente mordeu uma pelezinha torrada, deliciosa, que, croc, estalou como biscoito, entre os dentes. Depois, os olhos fechados, escolheu uma asa, bem sequinha e mordida com jeito os ossinhos miúdos, saboreando cada salgadinho tostado. Comeu o peito, o santo-antônio, e quando chegou no sobrecu viu que já não queria mais frango. Então começou a comer um lombo assado, dourado, cheirando claro, com arroz soltinho e a carne era ainda mais macia do que o frango. Achou que valia comer um pedaço de queijo: mastigou com gosto o queijo amanteigado, puro favo de coalho, bem espremido, sem soro. Agora cada mordida era uma coisa: comeu beterraba, macarrão, lingüiça, filé, lambari torrado, ensopado de bagre, codorna, pomba, chupou cana, comeu goiaba, chocolate, doce de leite, arroz de forno – foi misturando tudo, salgado, doce – punha bolo de amendoim na boca, mastigava e tudo virava pamonha quentinha, com pedaços de queijo fresco derretendo, mastigava devagar e comia peru, comia carneiro, pernil. E no fim vinha mastigando quitute de boi, que vem numa latinha quadrada, e que ele nunca sabia o gosto, mas mastigava assim mesmo, com pão de padaria. E cada golada da garrafa d’água era doce guaraná (CARVALHO, 1978, p.19).

Tenho por hipótese que a cena do banquete – que é a solução estética encontrada por Murilo Carvalho para representar a forma pela qual o protagonista do conto enfrenta uma refeição pobre, fria e insossa – deve ser entendida como um sonho diurno.

Para o filósofo Ernst Bloch, a vida dos seres humanos é perpassada por sonhos diurnos. Se uma parte deles é apenas uma fuga, outra parte, porém, instiga, “não permite se conformar com o precário que aí está, não permite a resignação” (BLOCH, 2005, p.14). Ainda segundo o filósofo, enquanto o ser humano se encontrar em maus lençóis, a sua existência será perpassada por sonhos diurnos, que são sonhos de uma vida melhor que a que lhe coube até o momento (BLOCH, 2005, p.15). As afinidades entre a cena do banquete e o pensamento de Ernst Bloch aumentam se for levado em consideração que para esse filósofo a pulsão humana fundamental é a fome. Os sonhos diurnos “sempre procedem de uma carência e querem se desfazer dela. Todos eles são sonhos de uma vida melhor” (BLOCH, 2005, p.79). É próprio deste tipo de sonho não ser opressivo, pois ele está em poder do sonhador, e o herói do sonho diurno é sempre a própria pessoa adulta. Este domínio do sonhador sobre as imagens e o conteúdo do sonho está presente na cena, e pode ser visto nos momentos em que o protagonista escolhe os alimentos: “já não queria mais frango. Então começou a comer lombo

assado”. Ou neste trecho: “Achou que valia a pena comer um pedaço de queijo”. As imagens que compõem a cena do banquete que é sonhado representam o desejo do trabalhador bóia-fria em reaver sua dignidade, podendo se alimentar no horário em que as outras pessoas se alimentam, com uma alimentação rica e variada, de forma limpa e tranquila, sem a sujeira e a inadequação do cafezal.

Após a representação do banquete o protagonista está cheio. Abre os olhos, limpa a boca e, satisfeito, vai chamar o irmão que não conseguiu engolir os pedaços de mandioca para voltarem ao trabalho. O narrador não informa o que de fato aconteceu, apenas mencionando que a marmitta está vazia. Esta construção narrativa sugere uma imbricação entre as instâncias do sonho e do real, cabendo ao leitor pensar.

1.2 – A condição da mulher bóia-fria e os perigos do caminhão de turma

Em seu estudo “De colona a bóia-fria”, Maria Aparecida de Moraes Silva (2002) nos mostra como a situação de bóia-fria é resultado da precarização das condições de existência do trabalhador rural. Quanto às trabalhadoras, sua situação é mais precária, pois a condição de trabalho está imbricada a questões de gênero, afetando, assim, a relação da mulher bóia-fria com o marido ou companheiro, mas também com os filhos e filhas. O trabalho árduo objetiva uma relação específica da mulher com seu corpo, sua feminilidade e sua sexualidade, já que a percepção e aceitação de si mesma torna-se danificada pelas consequências da atividade realizada.

Antes da referida precarização do trabalho, ou, em outras palavras, à sua individualização, a trabalhadora rural era colona. Trata-se de uma situação diferente daquela em que se encontra o bóia-fria. No colonato, embora a preferência recaísse sobre os homens, todos na família colona eram braços para o trabalho, e já eram considerados “de trabalho” aos 12 anos de idade. Como já foi apontado, a condição de colono trazia certas garantias aos trabalhadores. A fertilidade das terras fazia com que a produção de subsistência dos colonos gerasse excedentes. Além disso, havia uma “indústria doméstica” com peso importante para produção de gêneros e objetos fundamentais para o modo de vida da família colona.

O setor de subsistência, assentado na produção das culturas alimentares e da indústria doméstica, conferia aos colonos a “fartura” manifesta nas despensas cheias de alimentos – algo inexistente nos dias atuais face à situação de miserabilidade dos trabalhadores bóias-frias. Com a queda natural da fertilidade das terras, após sucessivas plantações, decaíam, por conseguinte, os níveis de produtividade, comprometendo, no decorrer dos anos, a economia familiar (SILVA, 2002, p.556).

O modelo de produção agrícola e familiar existente no sistema de colonato possibilitava aos trabalhadores uma diversidade de gêneros alimentícios e produtos de uso cotidiano que ainda não haviam sido transformados em mercadoria. A ênfase na produção monocultora acelera o desgaste da fertilidade das terras, transformação que tem grande impacto no modo de vida da família colona. Este, ao se transformar, toma feições de miserabilidade.

Apesar da situação de colona ser menos precária que a situação de bóia-fria, a vida da mulher colona já era bastante dura. A jornada de trabalho da mulher era maior que a do homem, e estava enlaçada à partilha do tempo entre o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o trabalho na lavoura, e a própria postura do homem com quem vivia: “o chefe da família apresentava-se diante da esposa e dos filhos como a personificação da exigência dos proprietários – como o verdadeiro “patrão”, o supervisor e o capataz. O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão” (SILVA, 2002, p.558). Este tipo de poder se objetivava através de uma organização social diferenciadora, que demarcava e impunha as atividades de acordo com o gênero, idade e posição ocupada na família. As mulheres eram prejudicadas sempre.

É a partir da década de 1960 que a situação na agricultura do estado de São Paulo muda radicalmente, em decorrência do violento processo de modernização que teve por características: “concentração da propriedade de terra, expulsão maciça dos trabalhadores residentes, mudanças nas relações de trabalho e implantação de novos produtos agrícolas” (SILVA, 2002, p.561). Outra consequência deste violento processo é o êxodo que marcou a virada dos anos 1950 para os anos 1960. Neste êxodo, os trabalhadores residentes nas fazendas foram morar nas cidades. Assim, surge no mercado de trabalho no campo o “volante”, trabalhador temporário residente nas cidades-dormitórios, também chamado de bóia-fria. “Entre 1960 e 1980, dois milhões e meio de pessoas já tinham deixado de viver na área rural do Estado de São Paulo” (SILVA, 2002, p.562). Estes números mostram o êxodo rural decorrente do processo de modernização das condições de trabalho no campo como uma experiência coletiva, que mudou drasticamente o cotidiano das famílias camponesas, também criando novas e precárias relações entre campo e cidade¹⁶.

¹⁶ A exploração da mão-de-obra migrante nos anos 1970 também teve força nos Estados Unidos da América. De acordo com as observações do geógrafo Yi-Fu Tuan em pesquisa publicada em 1975, naquele país o trabalho no campo foi feito “por cerca de dois milhões de trabalhadores migrantes das partes mais pobres do Sul, do México e de Porto Rico” (TUAN, 2005b, 227). Há algumas semelhanças no tratamento dos trabalhadores migrantes nos dois países. Nos Estados Unidos, como ocorre no Brasil muitas vezes, os trabalhadores migrantes eram excluídos do campo de visão e do cotidiano da população estadunidense, sendo obrigados a morar em casebres miseráveis

Ao mesmo tempo em que morar nas cidades significou ao trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica, significou também o aumento de gastos com a própria sobrevivência. As mudanças no modo de vida do trabalhador rural que foi viver na cidade não foram acompanhadas por um aumento de salários, impossibilitando os trabalhadores de consumirem o necessário para terem uma vida digna. “Aos poucos, essa situação foi adquirindo características de miserabilidade: desnutrição, doenças, fruto da carência alimentar, das péssimas condições de vida, dos baixos salários” (SILVA, 2002, p.562). Como não poderia deixar de ser, o aparecimento do bóia-fria, o trabalhador individualizado, provocou mudanças no interior da família. O homem passa a perder as funções anteriores na gestão do trabalho. “Torna-se, paulatinamente, o “provedor defeituoso” da família, na medida em que a mulher e os filhos são obrigados também a se assalariar para garantir as condições mínimas de sobrevivência” (SILVA, 2002, p.562).

Estamos diante de uma nova forma de organização do trabalho, na qual a força de trabalho feminina é reabsorvida. As mulheres são “submetidas a um intenso processo de exploração e dominação, predominante no eito dos canaviais, laranjais e cafezais” (SILVA, 2002, p.562). A discriminação à mulher reflete-se nos salários bem mais baixos que o dos homens. Além disso, como nos mostra Verena Martinez-Alier em etnografia feita com “mulheres do caminhão de turma” redigida no ano de 1974, a reintegração das mulheres na produção social do trabalho não levou a uma redistribuição do trabalho doméstico.

Os homens só trabalham na roça e as mulheres trabalham na roça e em casa. Quando uma criança adocece, quando há acúmulo de roupa para lavar, são as mulheres que perdem o dia. O trabalho nos campos começa às sete da manhã. Para preparar a comida do dia e fazer com que todos saiam de casa em tempo, as mulheres levantam às três da manhã, aproximadamente. Os homens geralmente levantam após suas mulheres. À tarde, quando as mulheres voltam do trabalho, por volta das seis horas, elas ainda têm que preparar o jantar, lavar alguma roupa e arrumar a cozinha. Para as mulheres a ajuda dos homens é muito bem-vinda, mas há poucos homens que gostam de ajudar nas atividades domésticas. O máximo que fazem geralmente é consertar a cerca e limpar o quintal, tarefas que, segundo se diz, são tradicionalmente masculinas; mesmo carregar água, quando isso se torna necessário, são as mulheres que o fazem” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.94-95).

Tornando-se bóia-fria a trabalhadora rural terá de enfrentar uma nova forma de organizar seu tempo, além de frequentar espaços que não escolhe. As trabalhadoras bóias-frias terão contato com figuras como o “turmeiro”, que é o dono do caminhão, e com trabalhadores que muitas vezes são escolhidos na ocasião da montagem da turma de trabalho

e de difícil acesso. Longe de seus países e regiões de origem, esses trabalhadores estavam à mercê de relações de

do dia. Assim, seu corpo será objeto de desejo e de vigilância, e sua relação com o próprio corpo será perpassada por uma nova avaliação dos valores da mulher bóia-fria consigo mesma.

Esse breve preâmbulo teve por intuito mostrar como a figura da trabalhadora bóia-fria é resultante de um processo de precarização das condições de existência e de trabalho no campo. Antes de tornar-se bóia-fria, a trabalhadora rural conviveu com sua família no regime de colonato, um tipo de organização social que, embora injusta, por ser baseada em uma divisão sexual do trabalho e das atividades cotidianas, ainda apresentava vantagens e tipos de relações sociais mais enraizadas. A condição de bóia-fria expõe a trabalhadora rural a situações extremas, que demandam novas respostas e novas formas de resistência. Alguns dos temas aqui sugeridos serão explorados com profundidade nas análises literárias. Vamos a elas.

Os perigos do caminhão de turma

As precárias condições de existência do trabalhador bóia-fria envolvem todos os aspectos de seu cotidiano, abarcando a alimentação, a moradia, as relações pessoais e de trabalho. Neste momento da investigação, a centralidade estará nas condições de transporte do trabalhador bóia-fria da casa ao local de trabalho, e vice-versa. Embora atualmente os trabalhadores sejam transportados em ônibus nos quais a faixa que indica o destino está preenchida com a palavra “Rurais”, destino genérico que esconde os nomes dos lugares concretos para onde são levados, nem sempre foi dessa maneira. No ano de 1976, por exemplo, ano em que Murilo Carvalho escreveu a reportagem “O Expresso Bóia-Fria”, os trabalhadores eram transportados em caminhões com a carroceria coberta por uma estrutura de ferro bastante frágil e rudimentar, envolvida por uma lona ou encerado, e que não ofereciam nenhuma segurança. Estes caminhões eram chamados “caminhão de turma”:

Entre seis e sete da manhã, estradas interioranas do Estado de São Paulo, são cruzadas em todos os sentidos por caminhões em melhor ou pior estado de conservação, cheios de gente ou em vias de recolher grupos de pessoas postadas ao lado das estradas, que esperam ser levadas ao trabalho. Os homens vestem calças desgastadas e camisas rasgadas; as mulheres calças, saias, duas camisas, uma sobre a outra, lenços amarrados na cabeça, escondendo uma boa parte de suas faces, e um grande chapéu de palha. Todos carregam uma espécie de mochila que contém sua comida, um pedaço de plástico para o caso de chuva e uma lima para afiar sua enxada” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.71).

Embora inicialmente a substituição do “caminhão de turma” pelo “ônibus” tenha sido de grande valia para o trabalhador, o “ônibus”, por apresentar uma aparência de segurança e organização, pode esconder perversas condições de agenciamento para o trabalho em locais distantes e desconhecidos, e também práticas de tráfico de pessoas. Yi-Fu Tuan, ao se perguntar sobre as condições de vida dos trabalhadores recrutados como mão-de-obra migrante para o trabalho rural nos Estados Unidos da América, destaca alguns dos perigos desses dois meios de transporte: “O que eles estão fazendo apinhados em um ônibus ou caminhão propenso a acidentes, que os leva cada vez mais longe de casa?” (TUAN, 2005b, p.227). Situações de perigo extremo envolveram e envolvem as maneiras de transportar trabalhadores migrantes e trabalhadores bóias-frias, como ocorre na reportagem de Murilo Carvalho escrita em 1976, “O Expresso Bóia-Fria”, que começa com o relato do pedreiro Neco, testemunha ocular do acidente com o caminhão de turma em torno do qual foi construída a reportagem. Diz o pedreiro:

-Venho descendo, bem dizer atrás desse caminhão. O caminhão ainda andou batendo num carro, jogou no meio do mato, bem no fim da rua Pe. Francisco Malaquias, nos fundos da Cargil. Aí eu fiquei admirado com aquilo e parei, encostei a bicicleta e fiquei olhando. O caminhão corria demais, rua abaixo, e eu olhando; então sumiu que sumiu, arreventou a cerca de arame farpado e sumiu no barranco com tudo. Na hora parece que aquilo foi meio esquisito, na minha compreensão. Então quando o povo começou a gritar, aquela gritaria, eu corri lá, cheguei na beira do barranco e vi. Foi uma das mais tristes coisas da minha vida, aquele monte de gente arreventado lá embaixo, debaixo do caminhão, gritando, morrendo tudo. Aí os empregados da Cargil saíram da fábrica e vieram socorrer, tirar os vivos e foram botando numa pirua, pra levar pro hospital, eu desci e fiquei ajudando, tinha uns tudo quebrado, sangrando debaixo da lona do caminhão, a gente só descobria os vivos era por causa do grito. Na horinha morreu 18, tudo conhecido meu, tudo bóia-fria, morador do Jardim América. Eu acho que nunca mais vou esquecer isso não, aquela porção de amigo chorando, gritando, tudo gente boa, tudo trabalhador, lá jogado, aquela sangueira (CARVALHO, 1976, p.145, grifos do autor).

Após o relato do pedreiro Neco, que também era morador do Jardim América, o leitor é situado na outra parte da reportagem, no momento em que Cleide e outras mulheres estão esfregando o chão da casa de Tereza Silva, que é uma das sobreviventes do acidente. No início do texto que relata a situação de Tereza ficamos sabendo que o caminhão vinha da Usina de cana de açúcar Maringá e trazia no total 54 trabalhadores em sua carroceria. Tereza foi levada para a Santa Casa da cidade de Araraquara, junto com os outros sobreviventes.

Mesmo tratando-se de uma reportagem, o texto de Murilo Carvalho não deixa de apresentar recursos ficcionais e literários, como, por exemplo, o uso do narrador em terceira pessoa, e a menção à manhã de domingo em que “o sol fraco de inverno deixa tudo colorido,

no pequeno quintal de Tereza Silva” (CARVALHO, 1976, p.146). Esta delimitação do espaço e do tempo onde os trabalhadores e trabalhadoras estão será seguida pela apresentação das personagens e de suas ações e falas, como no exemplo da protagonista: “Tereza Silva, 45 anos, preta, mineira de Santa Rita de Caldas, chegou há 16 anos em Araraquara” (CARVALHO, 1976, p.146). O relato de Neco, mas também as falas de Tereza e de seu marido Durval, são exemplos daquilo que é chamado de “pré-texto” na vertente latino-americana da literatura de testemunho. Trata-se de testemunhos imediatos recolhidos pelo autor letrado, podendo ser formados por “depoimentos, cartas, diários, memórias, autobiografias – bem como outros discursos não ficcionais – biografias, testemunhos etnográficos e historiográficos” (DE MARCO, 2004, p. 47). Quanto à articulação de testemunhos imediatos com recursos ficcionais, ela apresenta semelhanças com aquilo que Valéria De Marco denominou “pseudo-testemunho”. Neste, “o autor mobiliza elementos de composição da ficção para recriar eventos violentos a partir de relatos de testemunhas e de vários tipos de documentos” (DE MARCO, 2004, p.47). Antes de investigar as falas de Tereza e Durval, retornemos ao relato do pedreiro Neco.

Como nos mostra Márcio Seligmann-Silva o conceito de “literatura de testemunho” vem problematizando as relações entre a literatura e a “realidade”, já que o conceito desloca o “real” para uma área de sombra: “testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Este relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do “real”” (SELIGMANN-SILVA, 2006a, p.47, grifos do autor). É inegável que Neco testemunhou algo excepcional. Seu relato foi colhido por Murilo Carvalho, que valoriza a perspectiva na qual o pedreiro conta o acidente. Há, na posição de Neco, algo da noção latina de *Testis*, palavra da qual deriva o nosso termo testemunha, e cujo significado etimológico relaciona-se com “aquele que se põe como terceiro (*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores” (AGAMBEN, 2008a, p.27, grifos do autor). No entanto, não há neutralidade no relato de Neco. Ele não só foi impactado pela catástrofe que presenciou como ajudou no salvamento dos sobreviventes. Penso que ele é um “terceiro” por sua posição no momento do acidente. Para Márcio Seligmann-Silva o testemunho é, via de regra, fruto de uma contemplação. Neste caso, uma testemunha ocular testemunhou um evento. “A palavra alemã para evento é justamente *Ereignis* (que vem de *ir-ougen*, sendo que *ouga* quer dizer olho) que, etimologicamente, significa “pôr diante dos olhos, mostrar” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.82-83, grifos do autor). Como ocorre em outros relatos de testemunho, o relato de Neco está permeado por várias expressões que estão contidas nos campos semântico e perceptivo do olhar: “fiquei admirado”; “fiquei olhando”; “cheguei na

beira do barranco e vi”. Neco, ao relatar, denuncia, põe um acontecimento grave diante dos olhos do leitor.

O testemunho é também uma fala sobre a experiência, sobre algo que nos acontece. Neco presenciou uma experiência traumática, uma experiência onde o real é vivido em excesso. A palavra trauma vem da língua grega e relaciona-se com a palavra “ferida”. Aqui, uma ferida psíquica. Quando a dor é no corpo, percebe-se o limite, pois ele é visível. Quando a dor é interna, parece não haver fim, o limite não aparece e seu contorno é de difícil identificação.

O trauma traz consigo uma temporalidade específica, decorrente de algo excessivo que o sistema perceptivo humano tem dificuldades de organizar. Daí Neco dizer: “*Na hora parece que aquilo foi meio esquisito, na minha compreensão*” (CARVALHO, 1976, 145, grifos do autor). O importante desta frase é a construção temporal. Um sujeito que tivesse passado por um acontecimento corriqueiro, diria: “Na hora pareceu”. Mas tratando-se de uma experiência traumática, o verbo é usado no presente, “parece”. O traumatizado revive o trauma, que é algo que retém o tempo. O relato de Neco enlaça-se à questão da saúde mental, pois, ao contar, o pedreiro busca colocar a experiência traumática, e também a si mesmo no tempo. No entanto, é muito difícil abarcar o “excesso de real” que foi vivenciado. Este excesso de real torna-se indelével na subjetividade de Neco, como se o acidente visto fosse uma interrupção, criando um antes e um depois: “*Foi uma das coisas mais tristes da minha vida, aquele monte de gente arreventado lá embaixo, debaixo do caminhão, gritando, morrendo tudo*”. E mais adiante, na última frase do relato. “*Eu acho que nunca mais vou esquecer isso não, aquela porção de amigo chorando, gritando, tudo gente boa, tudo trabalhador, lá jogado, aquela sangueira* (CARVALHO, 1976, p.145). As dificuldades em lidar com uma experiência onde o real é vivenciado em excesso são nítidas, e afetam a linguagem do sujeito que testemunha. Os 18 trabalhadores que morreram na hora eram amigos e conhecidos de Neco, moravam em seu bairro, o Jardim América. O relato de Neco denuncia as péssimas condições de transporte dos trabalhadores, do ponto de vista de alguém que não trabalhava no corte de cana. Passemos à perspectiva daqueles que estavam no caminhão.

A migrante mineira Tereza Silva, que é a “protagonista” da segunda parte da reportagem, é uma das sobreviventes do acidente com o caminhão. Ela, o marido Durval e alguns amigos e amigas estão em sua casa. Conforme já dito, Cleide e outras mulheres estão esfregando o chão de cimento da casa, uma maneira de ajudar a amiga acidentada, e também uma forma de resistência e solidariedade dos trabalhadores. Tereza veio para Araraquara em busca de melhores condições de vida, pois o marido Durval já tinha problemas de saúde e

seus filhos eram pequenos. Ela e Durval foram para o corte de cana, o que fez a doença de Durval piorar, obrigando Tereza a trabalhar sozinha na lavoura. As pessoas estão na casa de dois cômodos sem reboco de Tereza, e querem ouvi-la contar a história, mesmo aqueles que já a escutaram. Diferentemente de Neco, Tereza ocupa a posição de *Supertes*, termo latino que indica “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso” (AGAMBEN, 2008a, p.27). Tereza foi marcada em seu corpo – braço, várias costelas quebradas, dores e dificuldade de se locomover – e também em sua subjetividade, pois além do impacto do acidente, o filho mais velho, de 14 anos, faleceu. Vejamos o que Durval diz sobre seu filho:

Ele era o meu filho mais velho, tinha 14 anos e me ajudava muito. Ele chamava Sílvio dos Santos, trabalhava cortando cana, carpindo. Era um menino sacudido, todo mundo gabava muito o serviço dele, ele era tão bom que ganhava um ordenado de gente grande, 31,00 por dia (CARVALHO, 1976, p. 149).

A ausência do filho morto é sentida de maneira subjetiva e simbólica, mas também material, pois o ordenado que o menino conseguia fará muita falta para a família, impossibilitando, inclusive, o plano de Durval em construir uma casa melhor. Tereza e Durval, ao relatarem suas percepções sobre a catástrofe que lhes aconteceu, acabam avançando no necessário trabalho de organização da experiência traumática, e também no trabalho de luto. Para a teoria psicanalítica, o sujeito enlutado mantém-se temporariamente num estado de

sofrimento ante a morte ou a perda cujos efeitos se fazem valer pela possibilidade de dotar a dor de um término factível. O luto é evocado pelo sujeito no sentido de fazer com que a dor não se eternize, o que o define efetivamente como um “trabalho psíquico”. Retifica-se na obra de Freud que o trabalho de luto tem a função de elaboração e assimilação psíquica da perda, bem como de possibilitar a separação com relação ao objeto perdido e o reinvestimento num *substituto*. O enlutado martitiza-se pela perda, recorda-se constantemente do morto. Ele trabalha no sentido de dar um estatuto afirmativo a algo que se perdeu, bem como dotar este fato de um arcabouço simbólico (PINHEIRO; QUINTELLA; VERZTMAN, 2010, p.149, grifos do autor).

No entanto, como nos mostram as palavras de Durval, mesmo o trabalho de luto não deixa de ser afetado pela condição de miserabilidade do trabalhador bóia-fria:

Minha mulher tá muito triste, chorando muito, olha pras roupinhas do menino e chora. Eu até imaginei de jogar fora, de dar prum pobre as roupinhas dele, mas a gente não pode fazer isso não, que serve pros irmãos, roupa é muito caro. Só aguentando a saudade mesmo (CARVALHO, 1976, 149).

Mesmo diante desse momento difícil do cotidiano, os trabalhadores encontram formas espontâneas de resistência e de solidariedade, que transparecem em seus diálogos. O aspecto terapêutico da fala ganha mais força na seguinte passagem, no momento em que o frango do almoço está sendo depenado e a menina que lava o arroz diz: “Vai ter comida de rico hoje, ein, dona Tereza?” (CARVALHO, 1976, p.149). Esta pergunta aparentemente corriqueira na verdade é bastante reveladora da visão de mundo e do modo de vida do trabalhador bóia-fria:

O tipo de comida, assim como os hábitos alimentares são considerados importantes marcas diferenciadoras entre os pobres e os ricos. O pobre come comida fria e bebe café frio, come no meio da sujeira, sentado no chão, isto é, nas roças, e usando apenas uma colher (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.79).

A possibilidade de se alimentar na casa limpa, no horário em que as pessoas que não são bóias-frias almoçam, é algo simbolicamente importante na vida desses trabalhadores por ser um evento raro. Os amigos e amigas presentes, além de ajudarem na limpeza da casa e no preparo do alimento, ajudam ao ouvirem os relatos. Ouvem e tecem comentários, contribuindo assim no trabalho de elaboração do trauma e do luto realizado por Durval e Tereza. O relato de Tereza, por ser feito na perspectiva do sobrevivente, é bastante intenso, funcionando como uma denúncia dos perigos que os trabalhadores bóias-frias enfrentam.

Segundo Tereza, naquele dia o caminhão estava ruim, com problemas mecânicos e no freio. Por isso o motorista não quis ir até onde os trabalhadores estavam, obrigando-os a andar uma longa distância a pé até o caminhão. Desse relato, destaco o seguinte trecho:

Nós viemos bem, quando chegou na rua do desastre, eu não ia para frente da carroceria porque era muito desajeitado, não tinha banco nenhum, a gente ficava lá misturado com as ferramentas, muita enxada, facão, então eu ficava lá atrás mesmo. Daí eu fiquei de pé atrás, segurando um ferro (CARVALHO, 1976, p.147).

Destaquei esta passagem do relato de Tereza Silva porque servirá de suporte para a aproximação entre “O Expresso Bóia-Fria” e “A cara engraçada do medo”. Este conto se inicia com um acidente no caminhão de turma visto pelas trabalhadoras da turma de “panhadoras de café”: “quando o caminhão tinha passado o entroncamento de Botelhos ela falou que se sentia mal e ia ficar agarrada lá atrás, na carroceria. Lá atrás dá mais baque mas na frente estava cheio de sacos de adubo, só podia ficar mais acomodada mesmo era no fundo” (CARVALHO, 1978, p.68). A situação dos dois acidentes apresenta muitas semelhanças. As duas trabalhadoras que sofrem o acidente estão sendo transportadas em condições precárias na carroceria do caminhão, tendo de dividir o espaço com os materiais utilizados no trabalho. Assim, são obrigadas a escolherem os lugares menos seguros em uma condição de transporte já bastante insegura. O que muda nas duas situações é o local, pois de

Araraquara, no estado de São Paulo, vamos para o sul do estado de Minas Gerais. Também muda a monocultura, pois agora o conto retrata o universo do trabalho nos cafezais. Eis a cena do acidente:

Aí ela vinha agarrada e quando chegou na subida, no começo da serra do Selado, o caminhão deu um soco, pulou, e quando quis ver ela tinha voado por cima da carroceria do caminhão e estava gritando no ar, parecia que ela ia voando de perna aberta, o lenço que estava amarrado debaixo do queixo desamarrou e ficou batendo, era uma asa de urubu batendo, enquanto ela gritava, até espatifar no asfalto, ploft, aquele barulho chocho e parou de gritar, e aí nós é que começamos a gritar, dar murro no teto da cabine, para o motorista parar o caminhão. E ela ficou lá no asfalto, saindo sangue da cabeça dela, ainda teve sorte, muita ajuda de Nossa Senhora de nenhum outro carro vir vindo e passar por cima dela (CARVALHO, 1978, p.67).

Estamos diante de um relato ficcional. A cena do acidente é narrada com riqueza de detalhes e recursos da linguagem poética, como a metáfora utilizada para comparar a imagem do lenço desamarrado a uma asa de urubu. Aqui o trauma envolve todas as mulheres da turma de “panhadoras de café”, pois, além de presenciarem o acidente, foram obrigadas a esmurrar o caminhão para que o motorista parasse.

Após a cena do acidente, a mulher que foi arremessada do caminhão é focalizada, tornando-se o centro da narrativa. “Agora tudo tinha acabado” (CARVALHO, 1978, p. 68). As feridas estavam quase cicatrizadas e o dia de tirar o gesso estava próximo. Além da dor e do impacto subjetivo do acidente, o narrador diz que a trabalhadora nunca se esqueceria do fato de a enfermeira ter dito que ela caíra do caminhão por estar bêbada. Esta fala marcou a trabalhadora porque a enfermeira tinha razão. No dia do acidente ela tinha bebido um copo de pinga. A trabalhadora bebia pinga porque tinha medo de andar no caminhão. O medo do “caminhão de turma” já estava presente no relato de Tereza Silva, como mostra a seguinte passagem: “Sempre tive medo de andar no caminhão, qualquer coisinha eu gritava de medo, de trombada, esses negócio. O caminhão corria muito, eu gritava. Depois fui me acostumando, que até com o medo a gente se acostuma” (CARVALHO, 1976, p.147). O tema do medo servirá para Murilo Carvalho explorar, através da mediação estética permitida pela ficção, a psicologia da trabalhadora do caminhão de turma. No caso da protagonista de “A cara engraçada do medo”, o medo ilustra o impacto da precarização da condição de trabalho na subjetividade do trabalhador:

Veio no primeiro dia que subiu na carroceria de um caminhão para ir panhar café longe, numa lavoura. Foi a primeira vez e foi depois de velha: tinha passado a vida inteira na roça, na enxada, vivendo do dia de hoje, pedindo a chuva de Deus. Sem pensar que um dia ia chegando àquilo, sentada no sol, olhando as galinhas ciscar, quebrada, doída, e era o medo que fizera tudo (CARVALHO, 1978, p.68-69).

A condição de trabalho anterior permitia à trabalhadora e protagonista do conto uma estabilidade no espaço onde aconteciam as relações de trabalho. Nesta condição, os acontecimentos eram previsíveis e estavam contidos em relações sociais pautadas na estrutura familiar e de vizinhança. A necessidade de participar das turmas do caminhão representa uma grande desagregação e transformação do cotidiano, e nos remete à piora da condição de trabalho no campo cuja principal consequência foi o surgimento da figura do trabalhador bóia-fria. Assim, as relações sociais capitalistas e a individualização do trabalho trazidas pela modernização no campo fazem a possibilidade de “sair só” e “andar só”, antes alvos de exclusão e marginalização, a regra nessas novas condições de trabalho. “O primeiro enfrentamento para essas mulheres foi o ato de “pegarem caminhão”, considerado ato de putas, deslavadas, mulheres que queriam estar no meio dos homens” (SILVA, 2002, p.568). Como visto, “o caminhão de turma” condensa uma série de aspectos subjetivos e objetivos da vida da trabalhadora “bóia-fria”, representando um grande problema em seu cotidiano já bastante difícil.

Para o geógrafo Yi-Fu Tuan o medo permeia o cotidiano do lavrador que não possui propriedade de terra. Este sentimento vem, pois qualquer revés no trabalho, ou mesmo uma mudança no humor do patrão, podem significar o desemprego. Neste sentido, a condição de trabalho fragmentada que caracteriza o cotidiano do trabalhador bóia-fria pode ser entendida como um potencializador da sensação de medo.

O medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras. “Paisagem”, como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como uma entidade física mensurável. “Paisagens do medo” diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real (TUAN, 2005a, p.12).

No caso da protagonista do conto “A cara engraçada do medo”, a questão do medo está relacionada à experiência traumática do acidente no caminhão. Esta relação pode ser percebida se nos atentamos ao momento onde o narrador mostra a protagonista após o acidente, em uma situação característica de alguém afetado pelo trauma: “Sentada no terreiro, só podia era pensar e pensava muito, revia e repassava e a filha dizia: ih! pára esse choro, o que foi, foi, mãe” (CARVALHO, 1978, p.69). Uma vez que em situações de trauma recorda-se com riqueza de detalhes, o traumatizado revive o trauma. Esta recordação intensa ocorre porque o sujeito tem necessidade de entender a causa da violência. Fazer uma narrativa é uma maneira de tentar organizar a situação traumática, processá-la, compreendê-la enquanto causa e efeito. O sujeito que passa por esse tipo de situação perde a consciência de si, torna-se um

objeto. Perde-se a relação entre “eu e mundo”, pois se naufraga no mundo. É em meio a essas recordações que a experiência da protagonista com o caminhão de turma é mostrada:

E o grande medo só veio quando o caminhão arrancou, ladeira abaixo, e o vento afogava a respiração e era tudo uma escura falta de ar. O medo veio e ela não sabia o que fazer, deu uma só vontade que invadiu o corpo inteiro, era vontade de descer, pedir para que o caminhão parasse para ela saltar, meu Deus, meu Deus! Mas não tinha recurso, ela era só uma panhadora de café com medo, sozinha, no meio das outras panhadoras, engrouvinhadas de frio, precisadas de sono, cheias de problemas duros na vida. E foi, foi até o cafezal, o medo sem remédio apertando o coração. Rezou, Deus sabe como ela rezou e pediu para que o medo fosse embora como sonho ruim. Mas na outra madrugada ele veio de novo, certo e grosso, e foi muito pior, era o medo criado pelo vento, que a paisagem viva das margens só fazia aumentar, vacas, pastos, cavalos, cafezais, tudo em volta e dentro dela o medo: nascido ela nunca ia saber onde (CARVALHO, 1978, p.69).

O narrador se utiliza do discurso indireto livre, permitindo que os sentimentos e impressões da personagem contaminem a narração da viagem no caminhão de turma. Nesta narração, o desamparo e a exposição dos corpos das trabalhadoras a uma condição de desconforto e de risco são gritantes. O impacto do movimento do caminhão na subjetividade da protagonista apresenta aquela relação entre os aspectos psicológicos e o ambiente exterior experimentado que, segundo Yi-Fu Tuan, caracterizam uma paisagem do medo.

As passagens de “A cara engraçada do medo” que estão em destaque trazem consigo exemplos dos dois componentes que são fundamentais nesse sentimento complexo que é o medo: “O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, e a resposta instintiva do animal é enfrentar ou fugir” (TUAN, 2005a, p.10). Como a trabalhadora bóia-fria não tinha condições de enfrentar a situação, foi tomada por uma poderosa vontade de sair dali, descer, pedir para o caminhão parar para que saltasse. As ações desejadas pela trabalhadora são todas próximas da ideia de fuga da situação que gera o medo.

O outro componente é a ansiedade, que é uma sensação difusa de medo. A ansiedade acomete a personagem quando ela sobe no caminhão. Segundo Yi-Fu Tuan, a ansiedade comumente acontece quando um animal – e, como veremos, a definição de Tuan contempla a situação da protagonista do conto – “está em um ambiente estranho e desorientador, longe do seu território, dos objetos e figuras conhecidas que lhe dão apoio” (TUAN, 2005a, p.10). Por ser uma novidade, e por obrigar a trabalhadora a estar junto de pessoas que não conhecia, a viagem no caminhão foi uma situação potencializadora da ansiedade, fazendo os elementos que compõem a “paisagem viva das margens” (CARVALHO, 1978, p.69) vista de cima da carroceria do caminhão serem contaminados pela sensação aterradora de medo, palavra que aparece muitas vezes nas passagens citadas. Mesmo o apelo à religião falha, pois o medo

retorna na madrugada seguinte. A maneira encontrada para não ser afetada pelo medo foi a embriaguez trazida pela pinga, que passou a ser bebida nas madrugadas, enquanto as filhas dormiam. A trabalhadora tornou-se dependente da bebida, pois esta foi a única forma de lidar com o medo de andar no caminhão de turma.

1.3 - As mulheres bóias-frias vistas no eito e na cidade

Este momento da discussão focalizará aspectos da vida cotidiana da mulher bóia-fria no eito, que é o espaço de trabalho, e também em seu bairro e sua casa. Continuarei a investigar narrativas de Murilo Carvalho, e também voltarei minha atenção para o poema “As mulheres do caminhão de turma (situações proletárias de corpo e de roupa)”, do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. Além da semelhança temática existente entre o poema e os contos de Murilo Carvalho, há semelhanças no modo pelo qual Murilo Carvalho e Carlos Rodrigues Brandão realizaram seus livros de literatura. Os dois escritores lançaram mão da escrita literária para abordar aspectos de uma realidade com a qual conviveram pessoalmente. Vejamos como Carlos Rodrigues Brandão reagiu ao contato com as mulheres do caminhão de turma:

Por exemplo, em todos os dias menos os domingos as mulheres “bóia-fria” dos caminhões “de turma” desembarcavam aos bandos nos bairros “de baixo” em Itapira. Elas vinham vestidas com roupas sujas do trabalhador volante e traziam anexos de sacolas e facões do corte de cana. Cobertas dos pés à cabeça de lonas, panos e palhas, algumas deixavam de fora só o vão dos olhos. Eu vi aquelas mulheres muitas vezes enquanto estive pesquisando lá. Nas tardes mansas de domingo conversei com duas ou três. A roupagem de guerrilhas daquelas moças é ao mesmo tempo trivial, gigantesca e terrível. Mulheres-marias com facões e armaduras andando nas ruas de terra de uma cidade em São Paulo (BRANDÃO, 1982, p.11, grifos do autor).

O antropólogo diz não ter encontrado uma maneira de anotar seus repetidos encontros com as mulheres bóias-frias em seus cadernos de campo, o que o levou a recorrer à escrita literária. Desta maneira não precisaria explicar o que compreendia, passando a esforçar-se em compreender o que sentia. O poema o livrou do rigor da teoria, e se mostrou como “um modo menos ortodoxo de dizer não tanto a situação vista, mas o sentimento de vê-la” (BRANDÃO, 1982, p.12, grifos do autor).

A roupa, a identidade e a vergonha de ser bóia-fria

“Viver onde a vida é tão rapina”. É com este verso que Carlos Rodrigues Brandão inicia seu poema “As mulheres do caminhão de turma (situações proletárias de corpo e de roupa)”. Ele é composto por nove estrofes, e cada uma delas pode ser pensada como uma distinta reflexão do eu lírico sobre as mulheres bóias-frias. Diferentemente das outras, a primeira estrofe é composta apenas pelo verso citado, causando estranhamento no leitor. Aqui, o verbo “viver” remete à configuração do conjunto de condições, situações e práticas que permitem ao sujeito reproduzir sua própria existência. No verso em questão, o substantivo “vida” é aproximado do advérbio “onde”. No entanto, os outros momentos do poema mostram que esse advérbio remete a um local, mas também a uma situação social específica imposta pelo tipo de trabalho realizado. A vida em questão é qualificada pelo substantivo adjetivado “rapina”, ou seja, uma forma de roubo praticada com violência. Esta caracterização negativa da vida é exagerada pelo advérbio “tão”, reforçando as dificuldades da situação mencionada.

Tal escolha composicional do poeta sugere que aquele verso e o conjunto de significados que ele traz posicionam o leitor frente a grande opressão presente na vida das trabalhadoras bóias-frias, que é poeticamente investigada nas outras estrofes. Através dos recursos possibilitados pela linguagem poética, Carlos Rodrigues Brandão tece considerações sobre os momentos que perpassam o itinerário de trabalho daquelas mulheres, como o despertar em plena madrugada e o retorno ao lar no fim da tarde. Em sua primeira aparição no poema, as mulheres do caminhão de turma são focalizadas no local de trabalho, em atividade.

No corte bruto da cana queimada de antevéspera
 as mulheres-do-caminhão-de-turma se cobrem de tal modo
 de sapato de homem, chapéu, calça, camisa e saia grossa,
 que da pessoa visível da mulher trabalhadora
 fica de fora apenas a frágil força-de-trabalho. Em fila,
 na longa linha viva da pequena multidão de gente igual
 ali, sem nome e cara avançando como em uma guerra
 a golpes certos de facão canavial adentro (BRANDÃO, 1982, p.22-23).

A maneira como as trabalhadoras se vestem para realizar a atividade bruta de cortar cana de açúcar tem centralidade, sendo metaforicamente aproximada da situação de guerra. É interessante notar a opção pelo verbo “cobrir”, e não “vestir”. Aquele verbo faz pensar em um uso específico para as roupas, que remete à necessidade de proteger as trabalhadoras. Além disso, nesse contexto “cobrir” está próximo da ideia de esconder. A disposição das peças de roupa em um único verso sugere o conjunto formado por elas, que em outro momento do poema será designado pela paradoxal expressão “armadura de pano”. Esta armadura esconde quase todo o corpo das mulheres, na verdade, transformando-as.

A vestimenta faz com que as trabalhadoras percam seus referenciais identificatórios e suas “insígnias humanas” (ROSA; POLI, 2009, p.9), esconde os traços que apontam a individualidade daquelas mulheres – como o rosto e o nome –, tornando-as iguais umas às outras. É a condição de trabalho que as faz iguais, e se torna seu único elemento visível. Logo, a identidade pessoal é quase totalmente ofuscada pela condição de trabalho. Como veremos, a identidade pessoal será objeto de manipulação, em uma tentativa de dissociar a imagem da mulher que vive o tempo livre daquela que enfrenta a condição de bóia-fria, por mais imbricadas que estas situações estejam. No intuito de explorar a forma da trabalhadora se relacionar com a identidade pessoal, trago ao leitor outra estrofe do poema.

Por que então nas tardes quentes das cinco horas do verão
em Itapira as mulheres-do-caminhão-de-turma
desembarcam de volta na cidade e não levantam um dedo
da couraça maldita da farda de trabalho?
Por que de volta não se desvestem do avental
e não arrancam panos de cobrir a cabeça, o corpo, o rosto?
Porque todos os dias ao chegarem em turma ao Risca-Faca
as moças usam as mesmas vestes de campanha
para ocultarem de todos – do fio afiado do olhar do outro –
os segredos dos rostos de quem são.
Porque todos os dias ao chegarem do campo à vila
onde, não obstante, preferem ser mais a mulher
do que a “bóia-fria” do “caminhão de turma”
elas, moças como as outras dos “bairros de cima”,
sentem no vão da pele o peso da vergonha de passear nas ruas
com facões, sacolas-volante e marmítas e tira-colo
e serem vistas com roupas de guerra e de vergonha
nos seus rostos de mulher, de gente. De maria (BRANDÃO, 1982, p.24).

Nesta estrofe o eu lírico se mostra perplexo com o comportamento das mulheres ao retornarem do eito para a cidade com o caminhão de turma. Escolhem manterem-se vestidas e enfrentar o calor das tardes de verão da cidade de Itapira a retirar a roupa de trabalho e mostrar a identidade escondida por ela. Esta difícil estratégia visa impedir que os moradores da cidade que não são trabalhadores bóias-frias associem a “bóia-fria” com a “mulher” que vive seu tempo livre nas casas de madeira do bairro “Vila Ilse”. Aqui, a vestimenta funciona como uma espécie de “apresentação estética” que situa o local da pertença do sujeito, acionando um mecanismo de reconhecimento e desprestígio que perpassa todos os momentos do itinerário de trabalho da mulher bóia-fria. Esta situação tem semelhanças com aquela que afeta a vida de outros grupos oprimidos:

A identificação, como sabemos, traça o limite da pertença a grupos distintos. Porém, tanto nos campos [de concentração] como nas favelas, as insígnias do grupo dos detentos e dos miseráveis é uma “não-insígnia”. Isto é, ela se define pelo negativo em sua qualidade, auferindo ao portador uma condição também negativa: não-humano, ou um humano não-qualificado, não apenas

para os exteriores ao grupo, mas para o próprio grupo e para si mesmo (ROSA; POLI, 2009, p.9, grifos meus).

Esta divisão perpassa a subjetividade, o corpo, a vestimenta, e também se desdobra na construção de uma divisão social do espaço da cidade, como percebido por Carlos Rodrigues Brandão. No caso da cidade de Itapira, os bairros dos moradores que não são bóias-frias são designados como “bairros de cima”. Já o bairro onde as mulheres do caminhão de turma moram, a “Vila Ilse”, recebeu a denominação de “Risca-Faca”. Trata-se de uma referência às brigas de migrantes mineiros e paulistas de outras cidades que ocuparam o bairro no passado. Segundo o antropólogo e poeta, assim como os trabalhadores “volantes” não gostam de ser chamados de “bóias-frias”, os moradores do bairro “Vila Ilse” evitam aquela denominação pejorativa. Em outra situação envolvendo trabalhadores bóias-frias Maria Aparecida de Moraes Silva mostra como a desvalorização simbólica ocasionada pelo caminhão de turma e pela própria condição de trabalho leva a comportamentos como o de descer do caminhão de turma antes de chegar ao bairro onde moram. Nas palavras de um trabalhador, em um relato colhido pela socióloga: “Os outros tiram sarro, por isso a gente desce antes” (SILVA, 1992, p.154).

Tendo em vista o teor das situações investigadas até aqui, pode-se dizer que a vergonha é o sentimento que leva as trabalhadoras bóias-frias a esconderem seus rostos e seus endereços, visando preservar os aspectos de sua existência que são entendidos por elas como não contaminados pela situação de trabalho, ou ao menos simbólica e materialmente distintos. O ato de “pegar” o “caminhão de turma” e também as vestes utilizadas envergonham as trabalhadoras, fazendo da sensação de serem vistas algo desconfortável e humilhante que deve ser evitado. Nas relações sociais que envolvem as trabalhadoras o olhar torna-se uma forma de poder que “fere” o outro. No entanto, como nos mostra Maria Aparecida de Moraes Silva “[...] o poder de eficácia do olhar do outro só se exerce na medida em que o “olhado” se reconhece, interioriza a percepção e a apreciação” (SILVA, 1992, p.155). Neste sentido o corpo, as formas de olhá-lo e também as formas de sentir o olhar sobre o próprio corpo não são naturais, mas socialmente construídos. Nas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu:

O corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades distintas a suas condições sociais de produção, e o olhar social não é um simples poder universal e abstrato de objetivação (...) mas um poder social, cuja eficácia se deve sempre, em parte, ao fato de que encontra, naquele ao qual se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação por ele aplicadas (BOURDIEU, 1979 apud SILVA, 1992, p.155).

Esta capacidade atroz do “olhar social” em fazer com que o sujeito dominado interiorize algumas das categorias que realizam a dominação está presente no poema investigado, e também servirá de parâmetro para a interpretação do conto “Chorar em silêncio”, de Murilo Carvalho. Nesta narrativa a intimidade de uma família de trabalhadores bóias-frias apanhadores de café é enfocada. A protagonista é uma adolescente que tinha acabado de fazer quinze anos e estava apaixonada. No entanto, desistiu de ir à festa onde encontraria seu pretendente por ter vergonha de mostrar as mãos. Ela está deitada, chora e não consegue dormir. A matéria narrada é apresentada através do fluxo de consciência da protagonista, formalizada pelo uso do discurso indireto livre. Nesta configuração, o tempo narrativo tem preponderância sobre o espaço, de forma que os aspectos espaciais sejam apresentados de maneira exagerada, em diálogo com a subjetividade da personagem.

O motivo que aflige a protagonista do conto revela o caráter precário do trabalho realizado, e remete à divisão sexual do trabalho existente entre os trabalhadores e trabalhadoras bóias-frias. Em seu trabalho etnográfico Verena Martinez-Alier diz que a colheita de café era considerada uma tarefa especificamente feminina. “Os homens não gostavam de fazer esse tipo de trabalho; eles não podiam competir com as mulheres, pois estas tinham dedos ágeis” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.90). Ainda segundo a antropóloga, a preocupação com as mãos é uma questão importante para as trabalhadoras bóias-frias. “Algumas das jovens enrolam suas mãos, dizendo que é “para não ter calos”, para não ter mãos feias, “para parecer mais”” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.80). Esta frágil maneira de proteger as mãos não é possível para as mulheres que apanham o café, pois o contato dos dedos com os grãos é fundamental para que o trabalho se realize com eficácia. Esta e outras agruras que envolvem o itinerário da trabalhadora bóia-fria são apresentadas em um momento no qual a protagonista nega sua própria condição:

Vontade de acabar com tudo, ser diferente, não ter que ir panhar café mal debruçava a madrugada, os braços rijos de frio, a boca abrindo de sono, o chacoalhar enjoado do caminhão, a comida velha, as costas doendo, o cheiro do melado do café escorrendo viscoso pelos dedos, entrando debaixo das unhas, pretejando a mão, ressecando a pele macia, transformando sua mão em coisa velha, antiga, enrugada como caroço de pêssego. Mas o trabalho era a vida (CARVALHO, 1978, p.75).

O trabalho era não só a vida dela, mas também a vida da mãe, do pai e dos irmãos. Como todos dividiam o único quarto do barraco de madeira, a protagonista tinha de conter-se e chorar baixo, pois o descanso proporcionado pela noite de sono era fundamental para a jornada de trabalho do outro dia. Esta situação demonstra como os tipos de sociabilidade familiar e também as formas de fruição da intimidade são socialmente determinadas pela

classe social. A crise da protagonista afeta a todos, pois ela não consegue conter o choro intenso.

A passagem do conto citada acima insere o leitor nas adversidades que envolvem o itinerário da apanhadora de café da casa ao trabalho. Este itinerário é abordado de maneira crítica, do ponto de vista de uma trabalhadora que se revolta com a própria condição. Os eventos que compõem o itinerário – como o despertar, o transporte no caminhão de turma, a alimentação e o próprio trabalho – são qualificados pelas sensações desconfortáveis que os acompanham. As mais graves são as que envolvem o contato da mão com o melado expelido pelos grãos do café, fazendo da importante capacidade da mão em “unir-se à matéria das coisas” (BOSI, 2010, p.75) um motivo de tormento e vergonha: “[...] doía a vergonha das mãos escuras” (CARVALHO, 1978, p.76). O sentimento experimentado pela personagem tem proximidades com as considerações do filósofo Emmanuel Levinas sobre a vergonha. Nesta passagem, Geórgio Agamben comenta as ideias de Levinas:

Segundo o filósofo, a vergonha não deriva, como acontece na doutrina dos moralistas, da consciência de uma imperfeição ou de uma carência do nosso ser frente à qual tomamos distância. Pelo contrário, ela fundamenta-se na impossibilidade do nosso ser de dessocializar-se de si mesmo, na sua absoluta incapacidade de romper consigo próprio. Se, na nudez, sentimos vergonha é porque não podemos esconder o que gostaríamos de subtrair ao olhar, porque o impulso irrefreável de fugir de si mesmo encontra seu paralelo em uma impossibilidade, igualmente certa, de evadir-se (AGAMBEN, 2008b, p.109, grifos do autor).

A protagonista sente uma grande vontade de ter uma vida diferente, que não a obrigasse a realizar uma atividade tão dura e humilhante como a de apanhar café. Não podendo mudar a própria condição, optou pela única evasão que lhe era possível: deixar de ir à festa. Estamos diante de outro efeito do “olhar social” no sentido proposto por Pierre Bourdieu. Aqui, a interiorização dos parâmetros e atributos que desqualificam o sujeito foi tão forte que impossibilitou a jovem trabalhadora de se mostrar: “[...] não tinha coragem de pegar nas mãos dele, na hora da dança, talvez ele preferisse outra, de mãos mais suaves, que não trabalhasse como ela, madrugada atrás de madrugada, gastando as mãos no melado do café maduro” (CARVALHO, 1978, p.76). As mãos danificadas pelo trabalho podem ser entendidas como uma metonímia para a condição de classe social experimentada pela jovem bóia-fria. A vergonha das próprias mãos levou a personagem a uma experiência subjetiva que a fez conhecer em profundidade sua própria condição. Nas palavras de Emmanuel Levinas: “O que aparece na vergonha é, portanto, precisamente o fato de se estar pregado a si mesmo, a

impossibilidade radical de fugirmos de nós para nos escondermos de nós mesmos, a presença irremissível do eu frente a si mesmo” (LEVINAS apud AGAMBEN, 2008b, p.109).

Tendo desistido de realizar seu desejo, sofre com as cenas imaginárias da festa que invadem sua consciência e a impedem de dormir. O sentimento de vergonha experimentado pela protagonista e a vida psíquica tumultuada objetivada por aquele sentimento contaminam a estrutura narrativa do conto, que termina da mesma maneira como começou. A protagonista testemunha seu próprio desconcerto enquanto seus familiares esperam em silêncio que ela durma.

Vida rapina: quando as dominações de classe social e de gênero se encontram

Neste momento a investigação se volta para as relações sociais existentes no espaço onde as trabalhadoras bóias-frias realizam seu trabalho, o eito. Um olhar inicial revela as relações de classe social existentes nesse espaço. “O eito é também chamado de talhão ou talho, que é uma parte do canavial, laranjal ou cafezal, delimitada por pistas mais largas, os carregadores, por onde circulam caminhões, tratores, etc. É o cenário do processo de trabalho” (SILVA, 1992, p.159). Maria Aparecida de Moraes Silva percebe semelhanças entre as formas de controle existentes no eito e na fábrica:

[...] o talhão constitui-se no correspondente ao setor da fábrica. O controle da produção, da produtividade da turma é feito em cada talhão, em cada seção do conjunto da unidade produtiva. A atribuição de tarefas, a supervisão, enfim a organização do trabalho são planejadas e controladas em cada talhão (SILVA, 1992, p.159).

Como ocorre no espaço fabril, o eito constitui-se como um espaço contraditório. Ao mesmo tempo em que serve de cenário para práticas de dominação de classe social e de exploração do trabalho, também ali são engendradas as formas de conscientização e de resistência por parte dos trabalhadores.

Conforme já dito, o responsável pelo caminhão de turma, o turmeiro, tem o papel de controlar e disciplinar a força de trabalho dos bóias-frias, que são constantemente observados e controlados. Qualquer falha na conduta do bóia-fria, seja durante o transporte no caminhão de turma, ou durante o trabalho no eito, pode resultar em represálias que impossibilitam o trabalhador de vender sua força de trabalho. Práticas como o “gancho” – que é uma suspensão temporária do trabalhador – e a “lista negra” – na qual os nomes de trabalhadores considerados inconvenientes ou politizados são anotados em uma lista que circula entre os fazendeiros da região – são utilizadas com frequência. Tais práticas visam manter altas taxas

de produtividade e minar a resistência dos trabalhadores em se organizar contra as péssimas condições de trabalho. Como o turmeiro é o dono do caminhão, ele escolhe os sujeitos que farão parte da turma de trabalho do dia. Os trabalhadores vistos como problemáticos não são levados, ou podem ser largados no meio do caminho entre a cidade e o eito.

Sendo o mediador entre os trabalhadores e o fazendeiro, também cabe ao turmeiro realizar a contagem da produção individual do trabalhador bóia-fria, assim como a responsabilidade pelo pagamento. O poder do turmeiro ganhará novas facetas quando voltado para as trabalhadoras bóias-frias. As mulheres, além de enfrentarem o desconforto e vigilância decorrentes do transporte no “caminhão de turma” e do trabalho no eito, deparam-se com formas de dominação de gênero. Um olhar mais aprofundado para esses dois espaços permite entendê-los como espaços sexuados, “[...] separados e discriminados segundo relações de um sexo sobre o outro” (SILVA, 1992, p.149). Assim, nos espaços do “caminhão de turma” e do eito estão inscritas dominações de classe social e de gênero. Como em outros momentos da história, no trabalho rural o corpo da mulher será alvo de desejo e dominação. “Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (PERROT, 2007, p.76). Ainda segundo a historiadora francesa Michele Perrot, a escala das violências exercidas sobre as mulheres seria ao mesmo tempo variada e repetitiva. A variação estaria relacionada às maneiras de olhar os tipos de violência cometidos e ao grau de tolerância da sociedade em relação à violência.

No caso das trabalhadoras bóias-frias, pode-se dizer que o grau de tolerância da sociedade em relação às formas de violência de que são vítimas é ainda muito grande. Uma das facetas da dominação exercida sobre as mulheres bóias-frias está presente na vestimenta utilizada. Além de servirem para proteger o corpo da mulher do sol, mosquitos, cobras e das próprias plantas, servindo também como meio das trabalhadoras não revelarem sua identidade para as pessoas, as vestes refletem a necessidade de ocultar a condição de mulher, objeto de desejo dos homens. “A obrigatoriedade do uso da calça comprida sob a saia é condição obrigatória para que a mulher suba no caminhão” (SILVA, 2002, p.572). No entanto nem as vestes, e tampouco os constantes cerceamentos do marido e da família formaram um impedimento capaz de conter as investidas e assédios de turmeiros, feitores e outros agentes responsáveis pelo controle do trabalho.

Ao invés de controlar o trabalho delas, desaparecem no meio do café com elas ou levam-nas para a cidade nos fins de semana. Algumas das moças não se recusam a responder às abordagens dos turmeiros, pois isso geralmente significa algumas vantagens materiais, ainda que pequenas, tais como

presentes ocasionais e menor controle de seu trabalho (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.96).

O turmeiro se vale do fato de controlar a contagem da produção e o pagamento para seduzir as trabalhadoras. Aquelas que cedem aos assédios podem ser beneficiadas com uma quantia em dinheiro acima da produção individual conseguida. Este mecanismo lesa todos os trabalhadores que compõem a turma, pois o dinheiro a mais passado para a trabalhadora é descontado do pagamento dos outros trabalhadores. No caso das trabalhadoras que recusam as investidas dos turmeiros e agentes de controle do trabalho, elas deixam de ser escolhidas para compor as turmas de trabalho ou passam a sofrer perseguição. Nos casos mais extremos, sofrem a ameaça de ver seus parentes serem dispensados do trabalho ou mesmo de serem mortas.

A narrativa de Murilo Carvalho chamada “Pagar o preço” tem por protagonista uma trabalhadora bóia-fria. O narrador a focaliza deitada, quase dormindo. Como na outra narrativa investigada, o tempo narrativo tem preponderância sobre o espaço. Assim, as cenas acontecidas no passado são apresentadas ao leitor em forma de lembrança. Por uma destas lembranças o leitor descobre que a trabalhadora foi estuprada pelo turmeiro. “Ele havia entrado nela como os cavalos agora batiam suas patas, esmagando o ventre” (CARVALHO, 1978, p. 24). Por essas condições, pode-se dizer que a protagonista deste conto ocupa a posição de *superstes*, no sentido da pessoa que testemunhou um evento grave, passou por uma provação e tornou-se uma sobrevivente. No momento presente da narração a personagem está praticando um aborto. Os acontecimentos narrados em “Pagar o preço” envolvem violência grave e nos levam a refletir sobre as soluções estéticas escolhidas pelo escritor para lidar com temas tão difíceis. Começemos por abordar a cena do aborto:

Ela estava quase dormindo agora, o suor refrescava e era gostoso na pele, vinha um sono macio, devagarinho, e ela deixava ir, o corpo, a cabeça, num balanço suave. Então os cavalos apareciam parede adentro, trotando, um eco multiplicado pelos cantos do quarto e paravam em cima dela, pisoteando, os cascos duros batendo seco entre as pernas, arrebrandando a vagina e a dor voltava, intensa, funda, brotando junto com o sangue que se misturava ao suor e virava um frio só. Ela fechava os olhos e deixava doer, procurava esquecer a dor, achar o sono: tinha certeza que o sono a salvaria das patas dos cavalos. Mas eles ainda iriam galopar muito, ainda tinham muita força para trotar sobre ela, até que o ventre estivesse esmagado e escorresse todo pela vagina, suco espremido, nascido ali no escuro do quarto, criado pelas suas próprias mãos que precisavam afastar o pesadelo. E o talo de couve, recurvo e grosso, como haviam ensinado, era um jeito desesperado, muito além dos chás, dos banhos, das simpatias. Era preciso eliminar do ventre a semente do medo (CARVALHO, 1978, p.23).

O escritor se valeu de uma metáfora para abordar a dor causada pela introdução do talo de couve na vagina. A figura utilizada na construção da imagem que sustenta a metáfora – “os cavalos” – é retirada do cotidiano da vida rural, indicando um vínculo com o imaginário da protagonista do conto. A escolha da imagem sinaliza um diálogo entre as consciências do narrador e da personagem, fazendo o discurso do primeiro ser contaminado pelas emoções da protagonista. A imagem dos cavalos é desdobrada, sendo-lhe atribuída o movimento de trotar quarto adentro, parando em cima da personagem. A multiplicação do eco do barulho dos passos dos cavalos pelo quarto traduz o mal-estar causado pela chegada da dor. O momento em que ela se torna mais lancinante é apresentado por outro desdobrar da imagem, o pisotear dos cascos duros sobre a vagina. A temporalidade agônica causada pelos avanços e recuos da dor trazida pelos cavalos estrutura esta narrativa.

Na situação enfrentada pela protagonista o “real” é experimentado em excesso, de forma semelhante ao que ocorre em situações traumáticas. O caráter excessivo da situação traumática faz com que o sujeito que a vivencia tenha dificuldades em dar-lhe um contorno, incorporando-a em sua própria experiência. Isso acontece porque o trauma envolve uma situação limite na qual o sujeito se depara com a proximidade da morte. A representação descritiva de um evento onde o real é experimentado em excesso é eticamente reprovável, pois tem o efeito de banalizar sua radicalidade. Neste sentido, os recursos imaginativos e poéticos existentes em uma narrativa – como a linearidade, as repetições e a construção de metáforas (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69) – são utilizados para dar conta do evento traumático. “A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.70).

Em “Pagar o preço” o evento traumático é abordado no momento em que ocorre, correspondendo ao presente da narrativa. O uso da linguagem figurada livra o escritor de apresentar o evento traumático através de uma linguagem que o coisificaria, esvaziando seu conteúdo radical. O caráter comparativo – e por isso figurado, não literal – da metáfora utilizada demonstra a aproximação cuidadosa do narrador em relação à dor sentida pela personagem. Este cuidado, na verdade um posicionamento crítico do narrador em relação à matéria narrada, é corroborado pelo fato do acesso ao discurso direto ser negado à protagonista. Em outras palavras, trata-se de uma solução estética que sugere a dificuldade da personagem em expressar com palavras o conjunto de sensações e emoções que experimenta. No entanto, seu ponto de vista não deixa de estar presente, pois suas emoções contaminam a entonação do discurso do narrador.

A gravidez tem um impacto desestruturador no modo de vida das trabalhadoras bóias-frias. Muitas delas, depois de engravidadas, tornam-se alvo de maledicência das pessoas, e em casos mais extremos são expulsas de casa e abandonadas. Tendo em vista que a mulher grávida é impedida pelos turmeiros de trabalhar, não são raros os casos de mulheres que transformaram a roupa de trabalho em um meio de esconder a gravidez. Este conjunto de circunstâncias nos ajuda a entender a opção das mulheres bóias-frias pelo aborto.

Ao lado das exigências dos atestados de esterilidade e do número limitado de mulheres por caminhão, proliferam as práticas de aborto clandestino como forma de as mulheres controlarem a natalidade e conseguirem trabalho. Trata-se de práticas transmitidas de geração a geração e se constituem historicamente, como parte do saber feminino (SILVA, 2002, p.574).

Apesar da precariedade das condições, do medo, da dor e dos riscos que envolvem o aborto, esta prática demonstra uma recusa das mulheres em aceitar a condição de opressão em que se encontram. A escolha em assumir o domínio do próprio corpo através do controle reprodutivo tem semelhanças com o tipo de transgressão que Michele Perrot denominou de “saída”. Assim, em decorrência de uma vontade de fuga, de um sofrimento, ou mesmo pela recusa de um futuro insuportável, a mulher realiza uma verdadeira “saída para fora” (PERROT apud SILVA, 2002, p.573) do papel que lhe foi imposto. A noção de “saída” nos ajuda a entender a escolha da protagonista do conto em interromper a gravidez. A personagem assume o risco de sua própria morte para não abrir mão de um ponto que não deveria ser abandonado em hipótese alguma (BETTELHEIM, 1985, p.127), uma vez que ultrapassar esse limite implicaria aceitar sua morte como ser humano. Ao praticar o aborto, recusa um futuro que lhe parece insuportável, decidindo os rumos de sua própria vida.

Capítulo 2 – A figuração do operário na literatura de Roniwalter Jatobá

Este capítulo investiga a presença do operário em algumas narrativas dos livros “Ciriaco Martins e outras histórias”, “Crônicas da vida operária” (1978), “Sabor de química: crônicas nordestinas” (1981) e “Sabor de química” (1991). Como no capítulo anterior, será feita uma breve apresentação da biografia de Roniwalter Jatobá. Na primeira seção será investigada a representação literária de um tema pouco explorado na literatura brasileira, o acidente na fábrica. Na seção seguinte o foco recairá sobre o cotidiano do bairro São Miguel Paulista, na zona leste da cidade de São Paulo, com ênfase no impacto da fábrica Nitroquímica na vida dos moradores. Também será investigada a figuração das condições de trabalho nessa fábrica. Nas duas próximas seções, a análise se centrará nas relações sociais em famílias operárias. A primeira investigação focaliza as reflexões de uma personagem idosa que migra da cidade de Bananeiras, na Bahia, para a cidade de São Paulo, onde passará a viver com o filho e sua esposa, ambos operários. A outra seção investiga a percepção das relações familiares a partir da memória de um migrante que se torna operário em São Miguel Paulista. Por último, apresento uma discussão sobre a continuidade histórica da violência policial. Investiguei reportagens e um documentário voltados para o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. Aproximei essas produções culturais de situações de violência policial encontradas em narrativas de Roniwalter Jatobá.

2.1 – Um acidente na fábrica

Nascido em Campanário, no norte de Minas Gerais, Roniwalter Jatobá migrou para a região sudeste no final da década de 1960. Foi caminhoneiro e operário desqualificado da indústria automobilística Karmann-Ghia no ABC Paulista, residindo no bairro de São Miguel Paulista na Zona Leste da cidade de São Paulo. Tornou-se jornalista e através de sua produção literária conseguiu importantes prêmios e menções honrosas em concursos literários nacionais e internacionais. Atualmente colabora no blog da Editora Boitempo, onde publica crônicas. Os aspectos biográficos de Roniwalter Jatobá foram mencionados por serem relevantes para a interpretação de suas narrativas.

Literatura e pobreza

Em sua introdução ao livro “Crônicas da vida operária”, Fernando Moraes aponta a preocupação de Roniwalter Jatobá com a recepção de sua obra. O escritor teria insistido com o editor do livro para que o texto fosse composto em letras grandes, pois tinha em mente que a relação dos trabalhadores com a leitura sofre forte determinação de sua condição de classe. Os leitores para os quais direcionava sua obra tinham suas vistas prejudicadas pelo trabalho muito cedo. Assim, uma formatação tradicional dificultaria a leitura do livro pelos sujeitos das classes populares. Nas palavras de Fernando Moraes: “Este é um livro *sobre e para* o operário urbano, o ex-camponês que virou metalúrgico ou peão de obra, o bóia-fria que se perdeu na cidade grande” (MORAIS, 1978, p.16, grifos do autor).

A opção de Roniwalter Jatobá em escrever sobre, mas também para o migrante que se tornou operário na cidade grande está presente nas epígrafes da obra, retiradas de um estudo sobre as condições de vida da população que vive nos bairros periféricos de São Paulo, realizado no ano de 1975. Transcrevo uma delas:

O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população em São Paulo não atinge a cidade em geral. Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas, surgem e se expandem os bairros periféricos que, juntamente com os tradicionais cortiços e favelas alojam a população trabalhadora. É nessas áreas que se concentram tanto a pobreza da cidade como a de seus habitantes (JATOBÁ, 1978, p.13).

Esta epígrafe sinaliza o lugar no qual o escritor se posiciona para escrever sobre a cidade de São Paulo. Roniwalter Jatobá está preocupado em abordar literariamente aspectos do cotidiano da população que vive nos bairros periféricos. Ali está concentrada a pobreza da cidade, que se reflete na menção aos cortiços e favelas, e também a pobreza dos seus habitantes. Ao escolher escrever sobre o migrante que se tornou operário na cidade de São Paulo, o escritor abordou uma experiência coletiva que abarcou milhões de pessoas e teve um impacto profundo na estrutura socioeconômica do país. De acordo com o historiador Paulo Fontes:

A grande migração de trabalhadores das regiões rurais para as cidades é um dos fatos marcantes da história social brasileira na segunda metade do século XX. Entre 1950 e 1980, estima-se que mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo, alterando profundamente o perfil socioeconômico do país (FONTES, 2004, p.365).

Esta maneira de abordar a realidade social apresenta proximidades com as discussões sobre o Testemunho. É como se Roniwalter Jatobá estivesse estabelecendo um enfrentamento com o real, enfrentamento no sentido de quem julga e reivindica uma verdade (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.383), algo que está oculto e deve ser revelado.

Acredito que a opção de Roniwalter Jatobá em figurar as cenas iniciais de “A mão esquerda” na rua, no meio da multidão, pode ser lida como uma referência ao caráter coletivo da experiência à qual se reporta. O narrador em terceira pessoa – que deve ser entendido aqui como uma figuração literária da noção de *testis*¹⁷ – menciona vários nomes de ruas, todas do bairro do Brás. Ruas cheias, com pessoas que chegam e partem, visando vários destinos, em ônibus que cruzarão estradas e estados: “homens, mulheres, crianças, todos com seus sonhos, sem sonhos e sonolentos, que partem, que chegam, que trazem esperanças, que voltam vazios de fé” (JATOBÁ, 1978, p.19). Nesta cena coletiva, bairros periféricos como Guaianazes e São Miguel Paulista são citados como o rumo dos trens tomados na estação Central.

As ruas do bairro do Brás são o espaço de circulação dos migrantes que chegam e retornam, e também compõem o espaço onde trabalhadores circulam, indo e voltando do trabalho. Os migrantes e os trabalhadores são literariamente representados em um mesmo trecho da cidade de São Paulo, em uma configuração que acena uma proximidade de destino entre essas duas condições. Ao destacar pela primeira vez na narrativa uma personagem, o narrador se valerá de um recurso pouco utilizado na literatura. Vejamos a cena.

Você, parado, olhando as rodas de gente observa os passos dos homens neste começo de noite e o movimento da rua, lhe xingam por atrapalhar o reboleço na calçada apertada, você nem liga e só chega mais perto do meio-fio dando passagem. Continua olhando o motorista de um ônibus quando ele começa a receber as passagens, depois, quando coloca as malas no bagageiro. Pra você tudo aquilo por ora é importante, parece ser, depois você descobre que existe na calçada do outro lado da rua um homem parado, calado, que olha o ônibus, vai se esforçando em carregar a mala com a mão direita. A mão esquerda, você vê, aparece dentro das suas vistas como uma volumosa mancha branca. A mancha, agora, cresce dentro desses olhos seus (JATOBÁ, 1978, p.20).

Logo no início da cena o uso inusitado do pronome “você” se destaca. O uso deste pronome instaura um tipo distinto de focalização, que tem por efeito uma figuração da recepção da obra. Trata-se de um procedimento que visa aproximar o leitor da situação narrada. Se retomamos as palavras de Fernando Morais sobre a postura de Roniwalter Jatobá em relação à recepção de “Crônicas da vida operária”, podemos pensar que o escritor visa impactar o leitor que provém das classes populares, fazendo com que ele se identifique com a narrativa. Por isso, o leitor é figurado na própria narrativa, o que reforça a ideia de estar lendo e ao mesmo tempo participando de uma história que fala de situações que ele mesmo vivencia em seu cotidiano. Uma das possibilidades da literatura de testemunho é impactar a memória

¹⁷ Esta noção é uma das possíveis traduções da palavra testemunho e “indica o depoimento de um terceiro em um processo” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.373).

do leitor das classes populares, reativando-a para certas situações. Este procedimento, em decorrência do caráter “desautomatizador do cotidiano” que caracteriza o ato de ler, permite ao trabalhador que lê ver e perceber as cenas e situações que experimenta em seu cotidiano de maneira nova, pois as vê de outra posição, em outro momento, através da mediação estética proporcionada pela obra literária.

As situações cotidianas figuradas no conto e discutidas até aqui têm semelhanças com aquelas que serviram de base para Walter Benjamin discutir o empobrecimento da experiência vivenciado pelos sujeitos na grande metrópole. A figura da multidão está presente, e também a movimentação dos sujeitos através do tráfego, como neste trecho do conto: “Você, parado, olhando as rodas de gente observa os passos dos homens neste começo de noite e o movimento da rua, lhe xingam por atrapalhar o reboliço na calçada apertada, você nem liga e só chega mais perto do meio-fio dando passagem” (JATOBÁ, 1978, p.20). Para Walter Benjamin, o mover-se através do tráfego “implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo” (BENJAMIN, 1989, p.125). Na tentativa de evitar empurrões e colisões com outros sujeitos, o indivíduo deveria manter-se em movimento na calçada, caminhando em uma única direção, seguindo o ritmo imposto pelo movimento da multidão. Ainda em relação à “figuração do leitor” acima citada, tem destaque o número de ações designadas por verbos e expressões relativos ao campo semântico do olhar: “olhando”, “observa”, “descobre”, “vê”, “aparece dentro de suas vistas”, “cresce dentro destes olhos seus”. Uma das facetas da literatura de testemunho é mostrar algo oculto, o que faz deste tipo de literatura uma forma de denúncia.

O sujeito mutilado passará a ser o narrador. Antes desta mudança na focalização narrativa, o vínculo entre o leitor e o sujeito mutilado é reforçado. “No homem: existe uma história, uma linguagem que é parecida com a sua, uma magreza na face que é magreza sua, e você se sente como se fosse ele. E assim o é” (JATOBÁ, 1978, p.20). O sujeito mutilado é um migrante que, em São Paulo, vai trabalhar em uma fábrica. No momento da narrativa em que passa a ser narrador-personagem está diante do ônibus que o levará de volta para a casa de seus pais. Uma vez que sofreu um acidente de trabalho, suas possibilidades em São Paulo se esgotam.

A visão do ônibus ativa sua memória. Trata-se de um ônibus semelhante ao que tomara para vir até São Paulo, com as mesmas cores na lataria, o mesmo desenho. O funcionamento da memória humana está associado às sensações e aos sentimentos que a situação experimentada no passado imprimiu no corpo e na subjetividade do sujeito que lembra. Assim, ao ver o ônibus, lembra-se da cena e das pessoas que estavam na rua Cavaleiro no

momento de sua chegada há quatro anos atrás. Lembra-se também do medo e do estranhamento que sentiu ao se deparar com essa rua da cidade de São Paulo, cidade que fora objeto de tantos sonhos enquanto estava em sua cidade de origem. Em meio aos movimentos necessários para carregar a mala e entrar no ônibus, a dor na mão mutilada o afeta.

A mão¹⁸, diz o filósofo alemão Immanuel Kant, “é a janela que dá para a mente” (KANT apud SENNETT, 2008, p.169). Richard Sennett diz ser de fundamental importância entender como os vários movimentos manuais, o tato e as maneiras de pegar com a mão afetam nossa maneira de pensar. Aqui, minha ideia é estender a relação sinalizada por Sennett para as situações onde acidentes de trabalho mutilam ou esfaqueiam a mão do trabalhador. Como veremos, alguns dos elementos que configuram a situação do homem mutilado têm semelhanças com os efeitos que a experiência traumática gera nos sujeitos que a sofrem. Antes de passar à cena do acidente, penso ser interessante trazer alguns elementos sobre a experiência do trabalhador na fábrica.

O acidente de trabalho e a experiência traumática

O modo capitalista de produção e o sistema fabril obrigam os sujeitos a transformarem sua única posse, seus corpos, em força de trabalho que será trocada por dinheiro. A condição do trabalhador na fábrica é de alta periculosidade, pois este espaço foi projetado para a realização da exploração da força de trabalho e obtenção do lucro. Nas palavras de Karl Marx:

Os órgãos dos sentidos são todos eles igualmente prejudicados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera poluída com os resíduos das matérias-primas, pelo barulho ensurdecedor etc., para não falarmos do perigo de vida que advém das máquinas muito próximas uma das outras, as quais produzem sua lista de acidentes da batalha industrial com a regularidade das estações do ano. A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza de maneira cabal e forçada no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho. O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador (MARX, 1968, p.487-488).

Trata-se de um espaço no qual o corpo do trabalhador está desprotegido, um espaço onde este corpo, longe de ter um papel importante, torna-se um mero apêndice da máquina, sendo ela o verdadeiro protagonista. “A escravidão em que a burguesia mantém sujeito o

¹⁸ “De todos os membros do corpo humano, é ela dotada da maior variedade de movimentos, que podem ser controlados como bem queremos. A ciência tenta demonstrar como esses movimentos, aliados ao tato e às diferentes maneiras de segurar com as mãos, afetam nossa maneira de pensar” (SENNETT, 2008, p.169).

proletariado revela-se com maior clareza no sistema fabril” (ENGELS apud MARX, 1968, p.485-486). Neste, como diz Friedrich Engels, toda liberdade do trabalhador cessa. Nessa situação de roubo sistemático das condições de vida do trabalhador o acidente de trabalho se torna uma constante. As considerações de Karl Marx e Friedrich Engels, embora voltadas a outro contexto histórico, parecem ter bastante atualidade, principalmente se damos atenção aos seguintes dados: “em 1974 e 1976 o Brasil conquistou o título de campeão mundial de acidentes de trabalho” (ABRAMO, 1999, p.117).

Walter Benjamin detectou a vivência do choque no transeunte da multidão, e também na vivência do operário diante da máquina. “No trato com a máquina, os operários aprendem a coordenar seu ‘próprio movimento ao movimento uniforme, constante, de um autômato’” (BENJAMIN, 1989, p.125). Caso o trabalhador não consiga acompanhar o ritmo ditado pela máquina, estará sujeito ao acidente. Alfredo Bosi, em sua reflexão sobre “Os trabalhos da mão”, parece ter entendido as preocupações de Karl Marx e Walter Benjamin:

A máquina, dócil e por isso violenta, cumpre exata o que lhe mandam fazer; mas, se poupa o músculo do operário, também sabe cobrar exigindo que vele junto a ela sem cessar: se não, decepa dedos distraídos. Foram oito milhões os acidentes de trabalho só no Brasil de 1975 (BOSI, 1977, p.55-56).

Feitas as considerações acerca da condição do trabalhador na fábrica, passemos para a cena do acidente de trabalho.

Fico lembrando a mesa da prensa pintada de tinta recente, azul, o molejo dela no sobe e desce e minha mão que ficou parada como mão de morto, mão de morto pois nem veio no pensamento da cabeça aquela vontade e ligeireza de puxar a mão, fiquei na frieza de um homem morto, a mão recebeu a força das toneladas de peso, ainda vi a cor do sangue, os dedos esmagados, esfolados numa cor só, e fui vendo a morte, o medo de morrer que se fez sentir com os gritos que soltei, gritei de dor, raiva de acontecer aquilo, o grito ecoando nas outras prensas, homens correndo, vi, homens me segurando nos braços, segurando agarrando minha cabeça que começava a pender de banda, vi, o assoalho lavado de sangue, fui vendo, vendo, sumindo, se apagando os homens, neblinando nas vistas os dedos sujos, nada mais vi (JATOBÁ, 1978, p.21).

A literatura de testemunho recolhe a experiência traumática. O trauma é uma situação extremamente violenta que cria uma ferida psíquica e uma interrupção do tempo. Trata-se, para Freud, de uma experiência que “não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre” (SELIGMANN-SILVA, 2006a, p. 48). O traumatizado revive o trauma. Assim, nas situações que envolvem um trauma recorda-se tudo. Esta característica é percebida pelo caráter literal da linguagem utilizada na lembrança do acidente de trabalho. A recordação vem, pois o

sujeito quer entender a causa da violência. Fazer uma narrativa é uma maneira de tentar organizar a situação traumática, processá-la, compreendê-la enquanto causa e efeito. O sujeito que passa por esse tipo de situação perde a consciência de si, tornando-se um objeto. Não por acaso, a cena traumática é narrada em forma de lembrança.

O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento *transbordante* [...]: trata-se, aqui também, da incapacidade de *recepção* de um evento que vai além dos “limites” da nossa percepção e torna-se, para nós, algo *sem-forma*. Essa vivência leva posteriormente a uma compulsão à repetição da cena traumática. O trauma, explica Freud, advém de uma quebra do *Reizschultz* (para-excitação), provocada por um susto (*Schreck*) que não foi amparado pela nossa *Angstbereitschaft* (estado de prevenção à angústia). A volta constante à cena do trauma (sobretudo nos sonhos) seria o resultado de um mecanismo de preparação para essa sobreexcitação que, patologicamente, vem atrasado (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.84-85, grifos do autor).

O trauma é algo que retém o tempo. A experiência traumática cria uma temporalidade específica, dividida em antes e depois¹⁹ do trauma. A narrativa é o esforço de colocar o trauma no tempo e se colocar a si próprio no tempo. Por isso, na narrativa “A mão esquerda” a disposição dos fatos narrados não é feita de forma linear. O sujeito mutilado narra sua história após ter sofrido o acidente. Assim, o dia do acidente, e também os acontecimentos que o antecederam são lembrados, organizados no tempo, em um processo semelhante a uma elaboração.

O desfecho desta elaboração ocorre com outro uso da figuração do leitor na narrativa, marcando um retorno ao presente da narração, e aproximando o leitor do sujeito mutilado que agora está no ônibus que vai leva-lo de volta para sua cidade de origem.

2.2 – O bairro operário e a fábrica de química

A instalação da fábrica Nitro Química²⁰ na década de 1930 significou uma grande transformação no bairro de São Miguel Paulista, pois fez dele um dos principais subúrbios

¹⁹ No mesmo parágrafo em que o acidente é lembrado, ocorre o desmaio e a perda de consciência, representados pela expressão “nada mais vi”. O narrador diz: “*Depois*, vi a roupa branca do enfermeiro, o olhar dele de dó, a minha mão parada, quieta ao lado do corpo, sem dor na hora agora, só pesada sem se bulir, um frio em todo corpo de vento gelado. E foi passando na cabeça o meu choro, o sangue melando a máquina, o azul dela, fui sentindo vergonha, não me veio um tico de ódio da prensa, da prensa que me deixou com tocos dos dedos, um homem aleijado, inutilizado como dizem por aí, não, não senti raiva cega da máquina, só de minha fraqueza, do meu dedo, do descuido, do choro, essa mão, agora, pois vê, pesada e quieta como se não parecesse minha” (JATOBÁ, 1978, p.21, grifos meus). Esta cena tem semelhanças com a situação de “quebra de confiança no mundo” que caracteriza o trauma.

²⁰ “Seduzidos pelo baixo custo dos terrenos, pela proximidade da estação ferroviária e dos grandes reservatórios de água do rio Tietê, os empresários José Ermírio de Moraes e Horácio Lafer viram no bairro a localidade ideal para a instalação da grande fábrica química que haviam acabado de adquirir nos Estados Unidos. Com o

operários da Região Metropolitana de São Paulo, justamente no período em que a cidade conhecia um de seus mais acelerados processos de urbanização (FONTES, 2008, P.92). Os processos de urbanização de São Miguel Paulista e da cidade de São Paulo como um todo são exemplos do “ritmo vertiginoso de urbanização” pelo qual o Brasil passou a partir do final da II Guerra Mundial, e estão relacionados com a grande migração de trabalhadores das regiões rurais para as cidades. O historiador Paulo Fontes afirma que milhares de trabalhadores migraram do interior de São Paulo, Minas Gerais e, principalmente, do Nordeste atraídos pela grande quantidade de empregos oferecidos pela Nitro Química²¹, e também pela acessibilidade à compra de terrenos proporcionada pelo bairro de São Miguel Paulista.

O escritor Roniwalter Jatobá passou por esta experiência de migração na década de 1960, ao ser convencido das possibilidades de trabalho que a grande cidade apresentava. Seguindo o itinerário de milhões de brasileiros, deslocou-se da cidade de Bananeiras, na Bahia, para a região Sudeste do país, sendo morador do bairro de São Miguel Paulista no início da década de 1970 (FONTES, 2004, p.379).

Algumas das grandes preocupações literárias de Roniwalter Jatobá estão presentes nas narrativas – como a situação econômica e social dos migrantes e dos trabalhadores – e são pensadas à luz do processo desigual de urbanização ocorrido naquela metrópole.

Experiências no subúrbio operário

Por meio das situações relatadas por Roniwalter Jatobá é possível recuperar costumes, usos linguísticos, formas de vida, e visões de mundo representativas de uma experiência coletiva vivenciada por milhares de pessoas. Estes traços, ao serem captados e formalizados pelo escritor contribuem para construção da história da experiência operária no Brasil. Além disso, a opressão e violência que perpassam a matéria dos contos aqui investigados os transformam em um meio de denúncia que dá visibilidade a fatos significativos protagonizados por atores sociais pertencentes a setores subalternos da sociedade (MORAÑA, 1995, p.488).

generoso apoio do governo Vargas, mais de 18 mil toneladas de equipamentos e maquinaria foram transferidas da fábrica original na Virgínia para São Miguel. Em 1937, após dois anos de construções e instalações, a fábrica iniciou seu funcionamento” (FONTES, 2004, p.368).

²¹“São Miguel Paulista passou a ter um vertiginoso crescimento, tornando-se uma das regiões com maior incremento populacional da cidade. Com não mais de 4 mil moradores em meados dos anos 1930, o bairro contava com cerca de 105 mil em 1957. Em 1980, o censo apontava 320 mil habitantes” (FONTES, 2004, p.).

Dentre as práticas sociais recuperadas pelas narrativas as percepções de odores e sons se sobressaem, apresentando algumas das interações das personagens com as formas de configuração da realidade sensível percebidas no subúrbio operário. De acordo com José de Souza Martins, as interpretações cotidianas de odores, sons e cores “podem ser compreendidas como formas culturais de percepção dos ambientes em que ocorrem as relações sociais e que são delas integrantes” (MARTINS, 2008, p.63). Há por trás das interpretações cotidianas de odores, sons e cores um sistema de classificação das coisas e das pessoas por meio do qual se procura diferenciar e compreender a realidade vivenciada. Um exemplo desta forma de interpretação e classificação da realidade social por meio dos odores está presente no conto “Mudanças”. Esta narrativa é contada do ponto de vista de um menino que relata suas impressões da mudança com a família para o bairro de São Miguel Paulista. Além de referir-se à passagem de um bairro para outro, a noção de “mudança” tem caráter metafórico e estruturante nesta narrativa, remetendo às novas formas de sociabilidade enfrentadas pelas personagens no subúrbio operário. Após uma rápida transposição dos poucos móveis para o caminhão, o narrador reproduz o diálogo do Pai com a vizinha, Dona Zélia:

Dona Zélia, vizinha do lado, comentou que aquela vila que a gente ia morar só dava bandido, fábrica de química fedorenta, uma perdição. Deus me livre. Prefiro ficar aqui no meu canto, pelo menos tenho tranquilidade. Pai escutou, disse que não era tanto assim não, conversas de jornal, mesmo se fosse importava é que ele ia morar no que era seu. Comprado com suor. Falou que não tinha medo de nada, tudo depende da gente (JATOBÁ, 1991, p.67).

Neste diálogo os sujeitos portam visões distintas sobre o bairro de São Miguel Paulista. É possível perceber no discurso de Dona Zélia alguns traços daquilo que José de Souza Martins chamou de “divisão social dos odores”. Esta forma de classificação da realidade se enlaça ao âmbito do imediato e da sociabilidade cotidiana das pessoas, sobretudo nas microrelações sociais e nos relacionamentos face a face. A fábrica de química aparece, ao lado da criminalidade, como um elemento importante para a construção de uma visão negativa sobre o bairro. A personagem se vale do adjetivo “fedorenta” para referir-se à fábrica Nitro Química. Fedor, nas palavras de José de Souza Martins, “é o odor derivado do pútrido e do morto, categoria em que se incluem as excreções” (MARTINS, 2008, p.68). Ainda no discurso de Dona Zélia, nota-se uma estranheza em relação à agressividade dos cheiros fabris, assim como “uma certa resistência parcial à indústria e uma crítica difusa ao que ela representa como mudança cultural, como transgressão de valores, dentre os quais os odoríficos” (MARTINS, 2008, p.68).

Em sua resposta, o Pai do narrador diz que o argumento é exagerado, e enfatiza a importância de se viver em casa própria. Como já foi mencionado, trabalhadores de vários estados do país foram atraídos pelo grande número de empregos oferecidos pela fábrica Nitro Química, e também pela acessibilidade dos preços de terrenos em bairros de periferia como São Miguel Paulista. A casa própria possibilitava o fim dos gastos com o aluguel, sendo uma reserva confiável em um momento histórico de grande precarização do trabalho e significativas perdas do poder aquisitivo da classe trabalhadora. O fenômeno da autoconstrução das moradias foi bastante recorrente no bairro de São Miguel Paulista e é representado no seguinte trecho de “Mudanças”: “A casa, no começo, com precisão de reparo. Pai dando um jeito nas folgas de domingo. Ajudava. Que jeito? Carregava água, no que tivesse necessidade. Casinha foi aos poucos, ficando com jeito de gente” (JATOBÁ, 1991, p.68).

A “divisão social dos odores” implica uma divisão entre os espaços urbanos e os tipos de odores presentes nestes espaços, ou seja, uma “especialidade dos odores”. No caso do processo de urbanização da cidade de São Paulo, o aburguesamento do espaço urbano redefiniu o subúrbio como espaço residual.

Isto é, como espaço desregulamentado das atividades econômicas que discrepavam da mentalidade ordenadora de uma nova burguesia com fortes traços da nobreza agrária, que com ela convivia [...]. De certo modo, o subúrbio se torna uma senzala dos odores, um lugar de confinamento das atividades industriais e dos correspondentes cheiros, que a mentalidade dominante considerava subalternos e repulsivos e que deveriam ficar restritos ao mundo dos que trabalham (MARTINS, 2008, p.101).

A narrativa “A fábrica” insere o leitor nas relações sociais de uma família moradora do subúrbio operário. Como no conto anterior, essa narrativa é contada do ponto de vista de um garoto. Perto de completar 15 anos de idade, é avisado pelo Pai de que já estava na hora de começar a trabalhar. Observemos a reação do protagonista:

Não fiquei muito sentido. O lugar da gente se divertir, o campinho, há muito estava cercado. A construção da fábrica tomava tudo, cerca de arame com quatro fios, farpados. Só se ouvia de longe o barulho de concreto sendo despejado no chão, serras elétricas, serrotes comuns cortando madeiras; enxadas e pás tinindo de manhã à noite. Fizesse sol ou chuva. Aquilo nunca parava. Crescia sim. O terreno cercado de valetas, lugar de monturos, escoamentos de casas vizinhas, ajuntamento de urubus toda tarde, mudou. Hoje, quase não tem nada disso. Já não se escutam os gritos da molecada correndo atrás de bola, não. Só o ronco dos caminhões descarregando, o apito de hora em hora, avisando. A vila crescendo, mudando de cara, o apito avisando, crescendo, inchando de gente. A fábrica cada dia mais se alargando como teia de aranha, pegando os viajantes chegados de carteira em branco, com precisão, dando serviço aos que sabiam ler alguma coisa, o apito chamando. Alguns, sem ciência de causa, achavam o trabalho até bom,

pois de onde eles chegavam, diziam, não temos nem onde cair morto. Pai, feitor, repetia a fala deles assim, sem dó (JATOBÁ, 1991, p.69-70).

As reflexões do narrador são permeadas pela memória, projetando um discurso onde momentos e usos distintos do bairro são comparados. Assim, as imagens que remetem aos aspectos lúdicos, como o campo de futebol e os gritos dos meninos correndo atrás da bola são situadas no passado, sendo substituídas pelos sons característicos de obras e construções. As transformações no ritmo da vida do bairro operário são pontuadas pela chegada de trabalhadores migrantes que eram imediatamente contratados, e também pelos apitos²² da fábrica, que atuavam como reguladores da vida cotidiana dos moradores, imbricando a temporalidade das casas à temporalidade da fábrica. José de Souza Martins afirma que os apitos das fábricas tinham horários certos e precisos. “Um relógio sonoro, de horários bem sabidos, regulava de maneira invisível o dia e a noite dos moradores, em especial dos operários” (MARTINS, 2008, p.102).

A Nitro Química na voz dos trabalhadores

Diferentemente das narrativas “Mudanças” e “A fábrica”, que enfatizam os impactos da fábrica de química no cotidiano do subúrbio operário, os contos “Odflia”, “Sabor de Química” e “Nos olhos, gazes e batatas...” dão voz aos próprios trabalhadores. Deste modo, a questão da “divisão social dos odores” e de sua espacialidade é enfocada do ponto de vista dos sujeitos que vivenciam diretamente o mundo do trabalho na fábrica. Os enredos dessas narrativas enfocam as consequências da exposição dos corpos dos trabalhadores a condições insalubres de trabalho. Em outras palavras, esses enredos denunciam uma forma de violência grave determinada pela condição de classe das personagens, temática que remete ao universo da literatura de testemunho.

O testemunho é uma maneira de o sujeito se relacionar com um evento, com algo que lhe acontece: “testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato” (SELIGMANN-SILVA, 2006a, p. 47). O narrador do testemunho pode ser examinado como um narrador que está enfrentando ou enfrentou uma ameaça constante por parte da realidade, condição que faz sua voz ser permeada pela tensão com os aspectos conflitivos da vida cotidiana (GINZBURG, 2012, p.53). Esta situação faz da escrita no testemunho um lugar dedicado ao contato com o sofrimento e seus fundamentos (GINZBURG, 2012, p.53).

²² Este fenômeno também está presente no conto “Mudanças”: “Pai desaparecendo de manhã, nem bem clareando, seguindo o apito que acordava o mundo logo cedo” (JATOBÁ, 1977, p.68).

O conto “Odília” pode ser lido em diálogo com os contos “Sabor de química” e “Nos olhos, gazes e batatas...”, pois formalizam algumas das piores recordações dos trabalhadores da fábrica Nitro Química, como a insalubridade e as péssimas condições de trabalho. Vejamos o início do conto “Odília”: “Lembro do meu homem que a fábrica de química em tão pouco tempo, cinco anos por muito, definhou como um trapo ou um pano de prato de fustão ruim que se gasta no trabalho diário e caseiro” (JATOBÁ, 1991, p.149). A narradora Odília se refere à personagem Martiniano, seu companheiro, um trabalhador que adquiriu problemas mentais após alguns anos de trabalho na fábrica de química, passando a viver na cama balbuciando frases desconexas. Após a doença, o casal sobrevive da pequena pensão que Odília recebe no instituto responsável pelos trabalhadores que adoeceram.

Em termos de focalização narrativa, a posição do narrador deste conto tem proximidades com a perspectiva “eu como testemunha”. Nesta forma de apresentar os fatos há um narrador em primeira pessoa, interno à narrativa, que vive os acontecimentos descritos de forma secundária. O autor constrói a narrativa por intermédio do testemunho de um narrador personagem, sendo o uso desta focalização narrativa relacionado à questão da verdade: seja a busca da verdade ou a intenção de fazer uma situação parecer como tal (LEITE, 2001, p.37). Em termos de teoria do testemunho, pode-se dizer que Odília ocupa a posição de *Testis*. Estas características são corroboradas pelos fortes traços de oralidade presentes neste conto, como se Odília estivesse falando com alguém – com uma figuração do leitor – que participa da cena vendo Martiniano deitado na cama.

Ocupando a posição de *Testis*, Odília narra a partir da periferia dos acontecimentos. Não teve acesso direto às condições de trabalho de Martiniano, assim como não têm acesso à sua interioridade. O discurso desta narradora é marcado por inferências, hipóteses e comparações entre o presente da narração e o passado anterior à doença que afeta seu companheiro. Há nesse discurso um movimento reflexivo que mostra a situação deste trabalhador ao mesmo tempo em que busca entender a doença que o aflige. Para isso, Odília interpreta os discursos desconexos de Martiniano e as informações que lhe são dadas pelos funcionários do instituto que paga a pensão. Odília é designada a testemunhar a difícil e traumática convivência com o companheiro que perdeu a capacidade de narrar a própria experiência.

O adoecimento pelo contato com o gás está presente em relatos de trabalhadores colhidos pelo historiador Paulo Fontes. Em relato dado a este historiador, Roniwalter Jatobá diz que quando alguns migrantes voltavam à terra natal e pareciam loucos da cabeça, muita gente comentava que era de ter trabalhado na Nitro Química (FONTES, 2008, p.118).

Os contos “Sabor de química” e “Nos olhos, gases e batatas...” têm por matéria a narração de trechos do cotidiano dos narradores personagens. A condição de classe dos narradores lhes impõe uma configuração da realidade sensível experimentada, e os leva a tomar contato com espaços, experiências e formas de sociabilidade específicas. As relações sociais e os contatos face a face são permeados pela temporalidade linear e alienada ditada pelos horários impostos pelo ritmo do trabalho, e se caracterizam pela repetição e fugacidade.

Os poucos espaços frequentados – como o quarto de pensão, o bar e a fábrica –também são contaminados por aquela temporalidade. As descrições do quarto de pensão enfatizam o calor, o mau cheiro, a sujeira e a estreiteza. Além disso, trata-se de um espaço que oferece poucas oportunidades de recolhimento e repouso, uma vez que o tempo do descanso e da própria permanência é limitado pela rotatividade de colegas e funcionários da pensão. O quarto de pensão é um bom exemplo dos “espaços de exclusão” (PELLEGRINI, 2008, p.182) presentes na literatura brasileira urbana desde o século XIX. A representação literária da fábrica, embora pouco discutida por estudiosos de literatura e cultura, também pode ser pensada como um desses “espaços de exclusão²³.” Vejamos a representação de uma experiência na fábrica de química presente no conto “Nos olhos, gases e batatas...”: “Segunda de noite, a fábrica: seção F5, Nitroquímica, o gás rondando os olhos, entrando nas vistas marejadas, cegueira. A voz do feitor apressando, o sinal de saída demorando a tocar lá fora, os minutos se segurando, a dor nas vistas” (JATOBÁ, 1980, p.50).

As pequenas notas que compõem a cena retratam a insalubridade do local de trabalho, com ênfase para o impacto do gás sobre os olhos do narrador e para a percepção da temporalidade intensa que caracteriza o ritmo de trabalho imposto pelo sistema fabril. Essa cena pode ser tomada como exemplo daquilo que Márcia Regina da Costa denominou de “pequeno trauma gradativo” (COSTA, 1981, p.19). No entendimento da socióloga, a doença de trabalho seria produzida pelo acúmulo desse tipo de trauma.

Os efeitos deletérios dos locais de trabalho nos órgãos dos sentidos dos trabalhadores fabris já haviam sido denunciados por Karl Marx em “O capital”, como dito acima. Alguns dos elementos que caracterizavam as fábricas do século XIX, como a temperatura artificialmente elevada, a atmosfera poluída com resíduos de matérias primas e o barulho ensurdecedor estão presentes nos discursos literários sobre a fábrica Nitro Química, e também nas recordações de trabalhadores compiladas pelo historiador Paulo Fontes:

²³ Cabe enfatizar, no entanto, que o quarto de pensão e a fábrica também são espaços de solidariedade, sociabilidade humanizadora e companheirismo. Nesses locais os trabalhadores trocam experiências e criam formas de resistência.

Famoso pela insalubridade, o setor de fiação, onde eram produzidos os fios de raio, tornou-se uma espécie de símbolo da precariedade das instalações da empresa. Um sistema de ventilação inadequado não conseguia dispersar os gases tóxicos formados no processo de manufatura do fio e contaminava os operários. Era para essa seção que grande parte dos novos contratados era enviada (FONTES, 2008, p.119).

Por meio dos espaços fabris o capital usurpa “o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho”, expondo os trabalhadores ao acidente, à doença e à morte. A intoxicação pelo gás e a irritação nos olhos persistirá mesmo após o expediente de trabalho, como narrado nesta cena: “No rumo de casa tateando pelas ruas, chegava, depois, o bálsamo da batata crua sobre os olhos sugando o gás, a verdura empretecendo” (JATOBÁ, 1980, p.50). Os efeitos da intoxicação pelo gás também são relatados pelo narrador do conto “Sabor de química”.

Começou como tosse comprida. Revirei no meio da noite, o peito estufado querendo explodir, me torturando. Como labaredas: queimando o pulmão, subindo na carne do corpo, descontando os dias que nem dor de cabeça aparecia. Se chovia, esfriava, pior. Imaginei, até, no começo, que era mania. Mas não. Dor angustiada de morrer, longe de tudo, sozinho. Espantei este pensamento. Hoje, depois de muito tempo, as forças fraquejaram e não saí à rua. Cá, sozinho, sem me mexer, a noite se arrastou vagando. Perdi a segunda-feira que amanheceu clara. A mulher reclamou porque não saía. Sentei na cama com as mãos entre os fios da barba. Senti que me definhava, gosto de química no céu da boca, amargoso como fel, sentindo o quebrante do corpo, fraqueza na cabeça, tremura nas pernas. Quis levantar, o quarto fechado rodou. Olhei as mãos calosas, passei-as no rosto e senti a pele magra, rugas caindo e deformadas à minha indiferença que tinha, até agora, com a vida. O quarto tão pequeno, fechado, que me lembrei dos corredores enormes da fábrica onde tanta gente passava agora. Nem deram pela minha falta. Como labaredas: queimando o pulmão, subindo de novo na carne do corpo. Tusso (JATOBÁ, 1991, p.179).

O horror diante da vida pode levar um sujeito a testemunhar. A passagem apresenta o relato de um adoecimento. O narrador se utiliza da memória para situar os sintomas no tempo. Ao fazer isso, busca entender o que lhe aconteceu. Este movimento subjetivo é típico de sujeitos que passaram por situações em que o real é vivenciado em excesso, ocasionando um trauma. Fazer uma narrativa é uma maneira de tentar organizar a situação traumática, processá-la, compreendê-la enquanto causa e efeito. A bifurcação temporal instaurada na vida do narrador pela doença contamina a disposição temporal dos acontecimentos na narrativa, instaurando duas situações radicalmente distintas e, no entanto, imbricadas. Impossibilitado de trabalhar, o narrador é aposentado, passando a viver da pensão oferecida pelo instituto mantido pela empresa. A aposentadoria significará a precarização das condições de reprodução material da própria existência e o desligamento das relações sociais.

A personagem Martiniano e o narrador do conto “Sabor de química” são sobreviventes, ocupando uma posição semelhante àquela designada pelo termo latino *Superstes*. Este conceito se refere àqueles que viveram algo, atravessaram um evento até o final e podem, portanto, dar testemunha disso (AGAMBEN, 2008a, p.27). Martiniano testemunha com sua presença e seu discurso desarticulado, que pode ser lido como a tentativa de reabilitação por parte de um sujeito que vivenciou uma experiência extrema. No entanto, os problemas psíquicos adquiridos dificultam a criação de nexos entre os acontecimentos da própria vida, atirando Martiniano em uma espécie de outridade.

O narrador de “Sabor de química” foi transformado de maneira irreversível. A experiência excessiva vivenciada na fábrica de química fez esse sujeito torna-se portador de um conhecimento que o separa das outras pessoas. A proximidade gráfica das palavras sabor e saber sugere um jogo de sentidos entre elas. A ideia de sabor remete a um tipo de saber relativo à percepção e ao corpo, um momento da experiência que é anterior ao entendimento racional. A tentativa de organizar a situação extrema vivenciada é difícil e problemática, pois os marcos referenciais que serviriam de apoio para esse ato desmoronaram. Aqui, a outridade física e psíquica trazida pela doença tem por consequência uma outridade social. Enfraquecido pela doença e aposentado por invalidez, deixará de trabalhar. Perdendo a capacidade de realizar a atividade que constituía sua identidade e sustentava o sentido das relações sociais, será evitado pelas pessoas do bairro, tornando-se socialmente invisível.

O testemunho se torna uma necessidade para os sujeitos que passaram por situações onde o real é vivenciado em excesso. O sujeito que testemunha sempre busca um interlocutor, alguém que possa ouvir o relato e ajudar na reconstrução das bases necessárias para a saída da condição de outridade experimentada. Ao colher essas experiências extremas, dando-lhes, em seguida, uma forma simbólica, Roniwalter Jatobá ocupa o papel do interlocutor. Ele não vai embora, ouve a narração insuportável do outro (GAGNEBIN, 2009, p.57) e aceita fazer de suas palavras um suporte que leva adiante, como num revezamento, a história dos trabalhadores da fábrica de química. Ao tomar essa postura, possibilita uma retomada reflexiva do passado que pode nos ajudar a não repeti-lo, criando um futuro diferente.

Nesse sentido, em seu ato de dar visibilidade aos sentimentos, vozes, visões de mundo e modos de vida de operários que conheceram de perto o impacto dos processos de migração, urbanização e industrialização que caracterizaram uma experiência coletiva vivida por milhões de sujeitos, o escritor contribuiu para o necessário trabalho de elaboração do passado, criando referências para o entendimento da experiência operária no Brasil.

2.3 – Migração, memória e subjetividade

A migração interna está entre os principais temas que perpassam as obras literárias de Roniwalter Jatobá. Seu trabalho como escritor, de acordo com o crítico Fábio Lucas, “oferece ao leitor inúmeras facetas da grande novidade que é a cidade para o trabalhador que emigra do interior rural e acanhado, em busca de melhores condições” (LUCAS, 1991, p.9). Uma dessas facetas é representada no conto “A força do sangue”, que integra o primeiro livro do autor, “Sabor de química”, publicado em 1976. A protagonista e narradora é uma velha moradora da cidade de Bananeiras. Ela recebe uma visita do filho que há muitos anos migrara para São Paulo e é convidada a morar com ele, pedido reforçado com a promessa de uma dentadura, um antigo desejo dessa mulher. Aceita o convite e vai morar na metrópole.

Este é um conto narrado em primeira pessoa, característica que se torna mais interessante quando aproximada das reflexões de Alfredo Bosi a respeito da posição do narrador. Pela exploração das técnicas do foco narrativo, o escritor “poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos valores e antivalores do seu meio” (BOSI, 2002, p.121, grifos do autor). Por sua complexidade, optei em pensar o tema da migração – e também sua representação ou figuração estética –, como um evento. Embora todo evento seja também um acontecimento, o contrário não é válido. Fico novamente com as considerações de Alfredo Bosi:

o infinito suceder cósmico e histórico, que nos precede, nos envolve e nos habita, sempre, e em toda parte, do nascer ao morrer, só se torna evento para o sujeito quando este o situa no seu aqui e o temporaliza em seu agora; enfim, quando o sujeito o concebe sob um certo ponto de vista e o acolhe dentro de uma certa tonalidade afetiva (BOSI, 1988, p.276).

O evento é aquilo que sobrevém a alguém e em alguém, constituindo-se “como uma experiência significativa do sujeito, vivência aberta e múltipla, e que a forma só aparentemente encerra nos seus signos e símbolos” (BOSI, 1988, p.276).

A migração é uma forma de deslocamento espacial e também implica na passagem de uma cultura e modo de vida a outro, criando assim uma espécie de marco concreto e simbólico na vida do migrante. Este marco é um evento²⁴. Todo migrante tem sua visão de mundo formada em certa cultura e em certas condições materiais de existência, o que faz de

²⁴ Na crônica *Lembranças de ontem*, o narrador inicia a história da seguinte forma: “Numa tarde de domingo, na sala da casa de Everaldo Silva, na travessa da Tranquilidade, em São Miguel Paulista, o aposentado operário químico Petrônio Antunes começou a lembrar de sua vinda para São Paulo. Tudo aconteceu no difícil ano de 1957, mas para ele a data significava o momento mais importante de sua vida” (JATOBÁ, 1999, p.42). Penso que este trecho reforça a possibilidade de se ler a migração como um evento. A personagem, já na velhice, recorda a viagem como um acontecimento de importância fundamental em sua existência.

sua nova condição um encontro e também uma comparação entre a situação atual e a situação anterior. “Quando duas culturas se defrontam, não como predador e presa, mas como diferentes formas de existir, uma é para a outra como uma revelação” (BOSI, 2004, p.175-176). Porém, no decorrer do desenvolvimento capitalista no Brasil, o encontro de culturas tem sido marcado pela dominação cultural e imposição do estilo de vida gerado pelas relações de trabalho existentes na cidade.

É característico da experiência dos migrantes que vieram de outros estados do Brasil até a cidade de São Paulo o encontro com uma forma de organização social estranha e hostil. Seus saberes e habilidades, sua linguagem, sua visão de mundo e religiosidade, elementos que constituem sua identidade e história de vida, são deslegitimados pela lógica racional e mercantil da grande cidade. “As condições da metrópole desvalorizam os conhecimentos rurais, produzindo nos migrantes um sentimento de rejeição. Enfrentando uma cultura estranha, o migrante se sente perdido, isolado, sem amparo, tendo, no entanto, de adequar-se a esse sistema” (SADER, 1988, p. 89). O migrante torna-se um desenraizado²⁵, apresentando uma condição social própria:

simultaneamente, a condição de quem está aqui e lá, em duas ou mais situações, perspectivas, modos de ser. Pode desenvolver certa equidistância, visualizar criticamente a sociedade adotiva e a originária, colocar-se em condição de “marginal”. É desafiado a pensar-se e sentir-se no contraponto do “eu” e “outro”, “nós” e “eles”, nativo e estrangeiro. Daí a possibilidade de uma autoconsciência *sui generis*, na qual combinam-se o singular e o plural, a identidade e a alteridade, a integração e o antagonismo, a acomodação e a transformação (IANNI, 2004, p.100, grifos do autor).

O conto “A força do sangue” narra uma experiência de desenraizamento, configurada pelo desfiar das reflexões, memórias e anseios de alguém que, estando agora na cidade, tem raízes em uma situação anterior. As formas de experimentação do espaço urbano vivenciadas determinam uma experiência de choque e de regressão dos sentidos.

Em seu estudo sobre o sitiante tradicional e sua percepção do espaço, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) destaca a mobilidade espacial como um hábito e uma necessidade. Isso se dá pela extensão territorial em que o homem do campo vive, e também pelas distâncias que envolvem os bairros rurais e suas formas de sociabilidade. A pequena casa do filho é uma negação das antigas relações entre a narradora e o tipo de espaço em que viveu. Como o casal está sempre no trabalho e a mulher não consegue se orientar na rua, a possibilidade de

²⁵ O migrante é antes de tudo um desenraizado: “perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem” (BOSI, 2004, p. 174).

deslocamento espacial lhe é negada. Resta-lhe perceber a passagem dos dias através dos poucos trabalhos na casa.

Olhos que já presenciaram espaços tão longes que a vista, mesmo uma vista boa, se perdia no azulado da distância, estão regradados. Olhos que percorrem a casa tantas vezes que a minha pouca sabedoria não pode contar, agora perambulam pelo quarto: arrumo a cama de casal, abano a poeirinha que se ajunta de manhã a tarde. Pela casa: abano a mesma poeirinha que entra nos dois cantos ao mesmo tempo, a mesma hora (JATOBÁ, 1991, p. 91).

A regressão espacial está imbricada a uma experiência temporal linear e esvaziada de sentido, pobre de referências sociais coletivas. Os espaços e formas de sociabilidade que constituíram sua identidade estão em outro lugar, sendo seu acesso possibilitado somente pelo uso da memória²⁶.

Por essa condição, as reflexões da narradora mostram-se também como testemunho e ponto de vista sobre o mundo moderno. É a lógica de produção capitalista a grande responsável pela implantação da forma societária racional e mercantil que caracteriza a modernidade. Assim, o mundo moderno apresenta-se de maneiras diferentes, de acordo com a posição que o sujeito ocupa na sociedade de classes. O testemunho da narradora será construído em torno do cotidiano e modo de vida de um casal operário, o filho Zefim e sua esposa.

José de Souza Martins diz que a modernidade apresenta características contraditórias e específicas ao ser pensada na América Latina e no Brasil, muito bem representadas pelos desencontros históricos e temporais existentes. Embora a racionalidade moderna engendrada pelo modo de produção capitalista apresente-se como algo ilimitado essa característica é apenas formal, uma vez que na vida cotidiana dos indivíduos as relações modernas tomam outra forma. Assim, a modernidade não realiza as possibilidades que ela mesmo anuncia (2000a, p.20).

O que se propõe à vida de todos os dias do homem contemporâneo não é essa racionalidade ilimitada, mas seus problemas, sua inconclusividade, suas dificuldades. O homem comum tem de descobrir e inventar caminhos para superá-los. A modernidade se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sobre a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição da necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional de outro. (MARTINS, 2000a p. 22).

²⁶ “O tempo da memória é fundamental para a viagem ao fundo de si [...], pois permite aos personagens aos poucos descobrir a semente da própria identidade e o *continuum* de sua formação, por meio da lembrança, mas também do esquecimento, assim criando uma cadeia de causas e efeitos que se atualiza pela palavra” (PELLEGRINI, 2008, p.124, grifos meus).

A racionalidade moderna e mercantil imposta pelo capitalismo tem como tendência a conversão do ser humano de sujeito em objeto: “impôs a vigília como modo de vida e a tensão da vigília como legítima referência na vida de cada um. A consciência noturna e de sonho, o irracional enfim, restou como contraponto que humaniza a racionalização crescente da sociedade (MARTINS, 2000a, p.23-24). Assim, em meio à sua nova condição, a velha mulher reflete, lembra e deseja. Esses atos apresentam-se como um momento de negatividade que, simbolicamente, coloca os valores tradicionais e modernos em comparação.

Ao estudar as relações entre as lembranças de velhos e suas histórias de vida, Ecléa Bosi retomou algumas posições do sociólogo Maurice Halbwachs para estabelecer as relações entre a memória individual e o processo de socialização. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Halbwachs dá relevo às instituições formadoras do sujeito, realçando a iniciativa que a vida atual toma ao desencadear o curso da memória. “Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar” (BOSI, 1994, p. 54). Uma vez que o acesso ao deslocamento espacial lhe é negado, o fluxo de consciência da narradora vem à tona e dita o ritmo da narrativa.

Gente com precisão dessas mãos, que nunca enjeitaram parto por mais difícil, complicado; coisa que doutor de anel no dedo, diploma estampado na parede, só balangava a cabeça se negando a fazer, eu ia lá, sem carecer de compensação nenhuma, varava noite adentro (JATOBÁ, 1991, p.87).

A lembrança mostra a valorização do trabalho como uma atividade desvinculada do dinheiro e do patrão, feita pela necessidade de ajudar as mulheres no momento do parto. Essa forma de trabalho é exemplo de um tipo de sociabilidade que está em oposição aos valores modernos, pautados pela racionalidade e pelo lucro.

Algo semelhante se dá em um momento de sonho, quando cenas da igreja em época de novena aparecem. “Bença, diz algum menino, espichando a mãozinha na altura de sua barriga coberta de camisa nova. Criança crescida. Coisica que vi nascer segurando com as mãos” (JATOBÁ, 1991, p. 90). A missa é um momento que articula o coletivo de uma comunidade e possibilita a sociabilidade entre jovens e velhos. A mulher podia perceber a passagem do tempo ao ver o crescimento de uma criança que ajudara a nascer.

Após as orações, os homens, mulheres e crianças saem da igreja. “As luzes das velas são assopradas por Santina. Se apagam. A igreja se escurece e espera o dia de amanhã pra tudo recomeçar” (JATOBÁ, 1991, p.90). A menção à novena também é bastante importante, pois se trata de um fenômeno religioso onde as pessoas se encontram para as orações durante

nove dias seguidos. A novena instaura outro ritmo no cotidiano da comunidade, uma vez que aproxima as pessoas e transforma a passagem dos dias em um fenômeno permeado de significado social e coletivo. As cenas da lembrança e do sonho são exemplos de enraizamento. Este conceito foi criado por Simone Weil, e vem ao encontro de nossa discussão.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente (WEIL, 2001, p.43).

O ritmo da vida cotidiana na metrópole mostra-se homogêneo, repetitivo e vazio, permeado em todas as instâncias pela racionalidade moderna e mercantil que tem como tendência a conversão do ser humano de sujeito em objeto. Sozinha em casa, a velha mulher passa os dias procurando afazeres. Não pode sair pela cidade, não há pessoas para conversar. Não vê o filho e a mulher, que saem todos os dias muito cedo e só voltam à noite. As poucas menções aos momentos em que o casal se encontra em casa reforçam o caráter reificado das relações: o filho apenas engole a comida, sem sentir o gosto. Nos domingos, Zefim e a esposa assistem televisão durante todo o tempo, os poucos diálogos existentes girando em torno do ambiente de trabalho.

Mesmo a dentadura prometida, símbolo da sedução que o mundo moderno exerce sobre o homem do campo e uma das grandes motivações para a viagem da protagonista mostra-se inútil. “Riso idiota. Riso besta que esperou anos e anos, passagem de moça pra velha, e, agora, a boca aberta não encontrou uma alma perdida que a visse brilhar na face, dentes alvos que diferenciam da minha pele enrugada” (JATOBÁ, 1991, p.89). Esta passagem pode ser interpretada como uma figuração do caráter falso e desencontrado que muitas vezes envolve os traços da modernidade na América Latina e no Brasil. Os objetos e avanços possibilitados pela modernidade tornam-se deslocados, incompletos e superficiais quando os sujeitos que os experimentam estão desvinculados de uma sociabilidade humanizadora e permeada de sentido.

Em “A força do sangue” são figuradas as formas de resistência de um sujeito ficcional em meio a uma experiência de desenraizamento. O espaço e o tempo experimentados na cidade são opressores e vazios, fazendo a solidão se impor como modo de vida. Há um redimensionamento de instâncias como a memória e o sonho, assim como os anseios e desejos

em relação ao futuro. Essas instâncias fazem contraponto à crescente racionalização da vida cotidiana. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p.55). O trabalho da memória constitui uma tensão entre presente e passado, e aponta para a resistência do sujeito a um ritmo cotidiano que, mesmo sendo-lhe exterior, pois criado sem sua participação, lhe afeta e oprime.

Esse conto tem por mérito representar um ponto de vista diferente em relação a outras obras da literatura brasileira voltadas ao tema da passagem do campo para a cidade. Muitas vezes, a representação da memória e experiência social das personagens que realizam esta travessia gira em torno de uma nostalgia em relação à antiga posição de participante da elite, em uma sociedade onde a divisão entre ricos e pobres, trabalhadores e proprietários, era muito bem marcada. Falo das personagens decadentes que na cidade tornam-se pobres diabos e pequenos burocratas. Embora também passem por uma experiência de desenraizamento, esta se dá por outras formas.

A migração é um fenômeno social bastante atual, atingindo um grande contingente de pessoas de diversos estados do Brasil. Ao voltar-se para o tema, Roniwalter Jatobá nos ajuda a refletir sobre a condição do migrante, seus anseios e motivações. Por essa posição, suas obras literárias possibilitam novas reflexões sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, de um ponto de vista comprometido com a história do oprimido. Suas personagens, ao testemunharem o modelo de modernização conservador e violento que perpassou o país, dão mostras dos limites e contradições que envolveram esse processo.

2.4 – Família operária, memória e subjetividade

A narrativa “O Pano vermelho” é organizada em torno do esforço de um migrante nascido no estado da Bahia, e que se tornou operário na cidade de São Paulo, em rememorar sua vida e experiência. O processo de rememoração é apresentado na forma de notas sobre fatos ocorridos durante os anos de 1952 a 1976. Minha interpretação toma como momento chave a penúltima nota: “1975 – Fiz acordo na fábrica. Saí de lá. Abri esse bar que aqui se vê. Pequeno, freguesia pouca por enquanto, mas vai melhorar. Sei” (JATOBÁ, 1980, p.34, grifos do autor). Trata-se de uma nota que mostra o narrador no tempo presente. O bar é o espaço onde ele se encontra enquanto lembra.

O ato de abrir um bar indica uma mudança significativa no modo de vida do narrador, que deixou de ser operário para ser dono de algo seu. Tenho por hipótese que essa mudança

social não só motivou, mas também criou condições propícias à rememoração. A mobilidade social, ou, nas palavras de Peter Berger, o movimento de um nível da sociedade para outro (1978, p.71) tem grande impacto na reinterpretação da própria vida. Além disso, a situação presente é um dos fatores que levam uma pessoa a lembrar, influenciando o desenrolar do processo de investigação do passado (HALBWACHS, 2006). Às condições propiciadas por sua nova posição social pode ser aproximada uma motivação pessoal. Diz o narrador na nota de 1976: “Fico nesse bar de noite a dia, de dia a noite, como se procurasse um arremediamento do ficar só” (JATOBÁ, 1980, p.34). Rever os acontecimentos passados é uma forma de lidar com a própria solidão.

Como a memória é constituída de lembrança e esquecimento, tem significado não só o que é lembrado, mas também aquilo que é esquecido, ou que, no caso dessa narrativa, é apenas mencionado. Nas palavras de Peter Berger: “À medida que nos lembramos do passado, o reconstruímos de acordo com nossas ideias atuais sobre o que é e o que não é importante” (1978, p.68). Já Maurice Halbwachs (2006) afirma que a formação da memória depende do relacionamento do indivíduo com seus grupos de convívio e grupos de referência. Exemplos são a classe social, o emprego, a família, entre outros possíveis. As ideias do sociólogo francês corroboram a importância do ato de abrir o bar como ação impulsionadora da rememoração, e contribuem para a compreensão de um aspecto importante da narrativa: a relação do narrador com a vida na fábrica. Ele conta que após chegar ao bairro de São Miguel Paulista, situado na zona leste da cidade de São Paulo, em 1953, foi trabalhar na grande fábrica de química²⁷. No entanto, em nenhum momento a vida na fábrica motiva lembranças²⁸. As imagens do narrador como operário fabril não são mostradas ao leitor, foram suprimidas. Tal supressão leva a pensar que, para o narrador, nada há a dizer sobre a vida na fábrica, ou não se quer dizer nada.

A sociedade industrial multiplica as horas mortas que apenas suportamos (BOSI, 2003, p.24), como é o caso das filas, burocracia, preenchimentos de formulários, dentre outras situações. São tempos vazios, não apresentam significação biográfica. “Desse tempo vazio a atenção foge como ave assustada” (BOSI, 2004, p.24). O filósofo Walter Benjamin parte das ideias de Karl Marx e Sigmund Freud para demonstrar como as etapas do trabalho na fábrica

²⁷ Embora o narrador não mencione o nome da fábrica, trata-se da Nitro Química.

²⁸ Há duas passagens na narrativa que podem ser lidas como metáforas para a percepção do narrador sobre a vida na fábrica. A primeira faz parte da lembrança do ano de 1973: “Me ofertaram uma medalha pelos vinte anos de trabalho. Reinaldo brincou: “o que vale isso, pai?” Respondei: “num brinca com as coisas do governo!” Guardei a medalha num malote, outra dia, vi: enferrujara” (JATOBÁ, 1980, p.34). No ano de 1974: “A profissional se esfiapava no passar do tempo, suada, seca, no bolso traseiro da calça” (JATOBÁ, 1980, p.34). A medalha e a

acontecem de forma autônoma ao controle do trabalhador (BENJAMIN, 1989, p.125), obrigando-o a seguir um ritmo que violenta seu corpo, seu sistema perceptivo e sua subjetividade. O rigor da norma e o ritmo acelerado do trabalho na fábrica podem acionar graves efeitos como o ofuscamento perceptivo e o embotamento da cognição e da simples observação do mundo (BOSI, 2004), fatores que interferem no conhecimento de si mesmo e do outro. São efeitos da alienação que levam ao esgarçamento da “substância memorativa” (BOSI, 2004, p.24) e trazem grandes prejuízos para a formação da identidade. A pessoa pode ter dificuldades em se reconhecer como um trabalhador que experimenta condições impostas e que são compartilhadas por outros trabalhadores.

A presença da fábrica de química em outras narrativas de Roniwalter Jatobá contribui para o entendimento da supressão das imagens da vida na fábrica na rememoração do narrador em “O pano vermelho”. Em minha investigação sobre aquelas obras percebi que o sofrimento dos trabalhadores e também os danos decorrentes do trabalho perigoso e insalubre em seus corpos e subjetividades foram de grande gravidade. A exposição aos gases tóxicos resultantes do processo produtivo era um tormento inevitável, fazendo do trabalho na fábrica de química uma atividade dolorosa com a qual não era possível haver identificação. Os trabalhadores não queriam estar ali.

Na narrativa “O pano vermelho” as lembranças estão centradas na convivência com a família, que é o principal grupo de referência para a organização da rememoração do narrador. A disposição das situações e acontecimentos lembrados obedece uma ordem cronológica. No entanto, a evocação das situações e acontecimentos que constituem as lembranças acontece graças a um trabalho ao mesmo tempo subjetivo e afetivo. Assim, forma literária, memória e motivação pessoal se entrelaçam.

A mudança geográfica é um fenômeno tão importante quanto a mudança social no que diz respeito à reinterpretação da vida pessoal (BERGER, 1978, p.71), uma vez que à mobilidade espacial está associada uma mobilidade afetiva (BOSI, 2004, p. 61). Essas relações entre mudança geográfica e vida interior dão sustentação para a investigação de outro tema fundamental na narrativa, a migração. Ela é mencionada já na primeira nota, ano de 1952:

1952 – Na minha pele refletia a mocidade, quem via dizia: tão novo, burego ainda. Tinha: um sonho de pai tão antigo como ele, que passou por toda aquela vida de sustento, vendo os filhos que nasciam no todo sempre em todo ano. E: mãe enrodilhada na cama no resguardo de filho novo, na mesma

carteira profissional, dois símbolos que representam a continuidade da vida no trabalho, se desgastam e se desvalorizam com o passar do tempo.

pequenez quanto as palavras dela, relutando, pra que ir tão longe? Eu: ali, sempre vendo aquela velhice que vinha no correr dos anos trazida quem sabe por quem, que ia entrando nas pessoas. Como ser tão parado no viver? Esperando pai morrer, mãe morrer, aqui, tudo miúdo, até a vida (JATOBÁ, 1980, p.31-32, grifos do autor).

Na recordação do ano de 1952, inicialmente o narrador fala de si e de sua aparência na época, quando ainda era jovem. Em seguida, o grande tema dessa lembrança, o desejo de migrar, é mencionado. Migrar era um sonho de seu pai, tão antigo quanto ele, e com o qual o narrador se identifica, o incorporando como projeto. Dizer que o desejo de seu pai é tão antigo quanto o próprio pai é aproximar o sujeito de seu desejo. Lembrar-se do pai é lembrar sua vontade de viajar. Homem e desejo estão unidos na lembrança, de forma que um não existe sem o outro. Esse arranjo subjetivo organiza a lembrança do narrador e reforça a importância da viagem enquanto tema fundamental na constituição e compreensão de sua identidade. A ideia de uma possível viagem tem influência importante no relacionamento da família, sendo um motivo de desavença, como aparece na fala da mãe. A discordância da mãe em relação ao desejo de migrar partilhado por pai e filho indica uma fratura no modo de vida familiar.

A nota do ano de 1953 pode ser relacionada com a nota do ano anterior. Nela é contada a partida e a viagem do narrador e de outros migrantes em um caminhão coberto com uma lona. Há também a confirmação do desejo do pai em se mudar, sonho realizado pelo filho: “São Paulo: como nos velhos sonhos de pai” (JATOBÁ, 1980, p.32). Os dois primeiros lugares de São Paulo mencionados pelo narrador são o bairro de São Miguel Paulista e a grande fábrica de química. Na folga próxima ao fim de seu primeiro ano como trabalhador o narrador volta até a Bahia e traz Adelina, que, em suas palavras, preenche “o vazio de uma mulher” (JATOBÁ, 1980, p.32).

Essas notas iniciais, às quais se soma a nota sobre o ano de 1954, apresentam os primeiros movimentos da construção da casa, além de mostrarem a formação da família do narrador. A casa foi feita nas folgas de fim de semana, em um terreno comprado no Jardim Helena, bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo: “No passar do ano fiz em oito domingos seguidos um quarto e uma cozinha, fiz moradia desse começo de casa” (JATOBÁ, 1980, p.32). A casa autoconstruída é o espaço que simboliza o trabalho como atividade permeada de sentido, ocupando uma posição oposta ao espaço da fábrica. É um “espaço expressivo” (BOSI, 2004, p.25). A valorização da casa e de seu interior acontece como contraponto à face estranha e adversa exibida pela cidade, como se suas paredes criassem um mundo acolhedor que isola as pessoas “do mundo alienado e hostil de fora” (BOSI, 2003, p.25). Para o historiador Murilo Leal, a aquisição da casa própria tinha múltiplos significados

para os migrantes que se tornaram moradores dos bairros de periferia nas décadas de 1950 e 1960:

forma de obter segurança econômica, permitindo escapar do aluguel e morar a baixo custo, e forma de encaminhar um projeto de ascensão social, compondo um patrimônio e mesmo obtendo renda, alugando cômodos nos fundos das casas. Ao mesmo tempo, forma de reduzir o sentimento de insegurança existencial e conquistar referência duradoura para a construção de identidade individual e coletiva (LEAL, 2011, p.98).

A casa e a possibilidade de morar estruturam nos planos material e simbólico a elaboração de um “projeto familiar de mobilidade social” (DURHAM, 2004, p.383) e formam uma referência necessária para enfrentar o confinamento no bairro enfrentado por muitas famílias que vivem na periferia. O investimento material e psíquico do narrador no imóvel autoconstruído, além de ser uma tática de enfrentamento à pobreza, faz da casa e do bairro os grandes pontos de referência espacial para seu processo de rememoração. A interação das personagens com esses espaços e as mudanças neles vivenciadas são marcos para a compreensão do modo de vida e da subjetividade dessa família operária.

Exemplares nesse sentido são as outras lembranças que fazem parte da nota do ano de 1954: “Nas noites como uma roça, sapos cantavam longe na vargem do Tietê, Adelina, sempre dizendo, sinto saudade. Nasceu Reinaldo” (JATOBÁ, 1980, p.32). Além de mostrarem o caráter pouco urbanizado do bairro Jardim Helena naquele momento, as lembranças inserem duas questões centrais para minha interpretação do conto. Uma delas é a não adaptação da personagem Adelina à vida na grande cidade, perceptível logo no primeiro registro de uma fala sua. A outra questão diz respeito às primeiras menções aos fenômenos de nascimento e morte, que serão constantes nas lembranças dos outros anos. Por sua recorrência, o nascimento e a morte dos filhos e parentes podem ser tomados como acontecimentos densos de “substância memorativa”, “marcos em que os signos sociais se concentram apoiando a memória individual” (BOSI, 2004, p.62-63). Esses importantes marcos da memória auxiliam o narrador em seu esforço de relembrar a própria existência em uma ordem cronológica.

As mortes²⁹ mencionadas podem ser lidas como sinais do trabalho de luto realizado pelo narrador. Trabalho de luto no sentido proposto por Sigmund Freud: “O luto, via de regra,

²⁹ Situações de morte e nascimento na narrativa: Em 1954, nasce Reinaldo, o primeiro filho. Em 1955, o não nascimento de João Batista quase leva Adelina ao falecimento. O pai do narrador morre afogado ao tentar retirar um bezerro do rio Bananeiras. O bezerro era de Gercílio Batista, personagem que representa o coronel com seu poder de mando e está presente em outras narrativas de Roniwalter Jatobá. Está morte violenta e sem sentido reforça o caráter precário da vida na Bahia, e contribui para o entendimento do desejo de migrar do pai, que foi incorporado pelo filho. Em 1956, nasce o filho Getúlio Vargas, em 1957, Maria Aparecida. No começo de 1960,

é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal, etc.” (FREUD, 2011, p.47). Uma a uma, as lembranças e expectativas que relacionavam o sujeito com a pessoa perdida serão psiquicamente trabalhadas, de forma que os vínculos sejam ressignificados e a vida possa seguir. Trata-se de um trabalho difícil, cuja duração varia de pessoa para pessoa. O processo de rememoração ajuda o narrador a lidar com acontecimentos que são excessivamente dolorosos. Através da rememoração, esses acontecimentos são organizados em uma forma narrativa, ação que permite compreendê-los em uma chave que envolve causa e efeito. A disposição das mortes vivenciadas em uma narrativa cria um limite simbólico para a dor sentida e possibilita sua elaboração. Trata-se de um ato que proporciona o autoconhecimento e a saúde mental.

A maior parte das mortes lembradas pelo narrador tem relação com a pobreza vivenciada por sua família, situação que pode ser percebida através das más condições de vida oferecidas pela urbanização precária do bairro de periferia onde vivem. A pobreza expõe as pessoas ao perigo de morte e também interfere no projeto familiar, como pode ser notado no acidente que Adelina sofreu no ano de 1960. Ela escorregou enquanto carregava um balde cheio de água que pegara no poço. Grávida, perde o menino e quase morre.

A pobreza também é visível no papel que as mercadorias cumprem na narrativa, funcionando como elementos organizadores da rememoração. A única lembrança do ano de 1961 é a aquisição de uma bicicleta. Em 1962, com menos de nove anos de idade, Reinaldo começa a trabalhar engraxando sapatos em um ponto da estação de trem. O narrador diz que no fim desse ano, com sacrifício, compraram uma televisão. As aquisições da bicicleta e da televisão são lembradas como momentos importantes, pois remetem à luta pela melhoria das condições de existência e à luta contra a pobreza. As mercadorias em questão estão enlaçadas a “uma experiência vivida” (BOSI, 2004, p.26) e significativa, o que faz delas exemplos daquilo que Ecléa Bosi conceitua como objetos biográficos.

A meu ver, a presença da televisão na narrativa é uma metáfora no sentido pensado por Tânia Pellegrini, ou seja, símbolo de um período de profundas transformações na vida cultural brasileira, um dado visível de nossa modernização (PELLEGRINI, 1999, p. 15). Remeto aqui ao caráter anômalo e desencontrado da modernidade na América Latina e no Brasil. A noção de modernidade está associada à racionalização da vida trazida pelo capitalismo, ou que deveria ser por ele trazida. Para José de Souza Martins, a modernidade “é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social

nasceu Roberto. A mãe do narrador morre no ano de 1964 e Adelina, em 1969. Outras mortes serão discutidas na interpretação da narrativa.

que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar” (MARTINS, 2000a, p.20). Ainda segundo o sociólogo, e conforme a discussão anteriormente realizada, a instauração da modernidade ocorre quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina. O conflito que tem mais força é o cultural, havendo disputa entre valores sociais relacionados à constante necessidade de se optar entre o novo, de um lado, e o tradicional, de outro.

A aquisição da televisão sinaliza a presença da modernidade na vida do narrador, condição social que traz a catástrofe e a desagregação familiar. A relação entre modernização da vida e catástrofe aparece na lembrança da morte do filho Getúlio, atropelado na primeira rua asfaltada do bairro no ano de 1965, vítima de um carro que desaparece sem prestar satisfação nem auxílio.

A modernidade e o capitalismo criam novas necessidades de consumo ao inserirem as pessoas em um universo de desejos que tem a mercadoria como centralidade. Na lembrança do ano de 1970, esse efeito perverso se mostra como motivo de desacordo na família. “Maria Aparecida chorava sempre no negar das coisas que nunca, ninguém aqui, podia nem ter. Pedia que ela esperasse, se botasse mais moça, até poder trabalhar. Num dia não amanheceu em casa. Sumiu em sua sina” (JATOBÁ, 1980, p.34). A postura de Maria Aparecida vai à contramão da postura de Reinaldo, o filho mais velho. Ele, ao ir trabalhar como engraxate, aceitou o projeto familiar de mobilidade social. Como dito, a televisão é comprada justamente no ano em que o menino começa a trabalhar. A postura de Maria Aparecida indica uma negação do projeto familiar, havendo um conflito de valores sociais aqui. Discordando das palavras do pai que a convidam a ter paciência, esperando a idade na qual poderia trabalhar e ter dinheiro para consumir, ela decide ir embora. A família é rejeitada por ser percebida como local da pobreza e da estagnação. Agindo assim, a filha rompe os “laços e lealdades familiares” (VELHO, 1994a, p.47), instaurando para si outro projeto de vida.

O descontentamento com a situação experimentada pela família também é partilhado por Adelina, cuja forte sensação de estranheza em relação à própria existência se manifesta em seu sonho no ano de 1963: “Adelina acorda numa noite, soltando gritos pela escuridão, sonhando num presságio triste, como se mil homens lhe estivessem estrangulando, amedronta a casa inteira e ela pare, morto e minguado, um ente, nem homem nem mulher, de três meses” (JATOBÁ, 1980, p.33). Em sua investigação sobre os sonhos de moradores da cidade de São Paulo, José de Souza Martins parte da suposição de que eles “são documentos sobre o estado do relacionamento social entre nós e nós mesmos” (MARTINS, 2000b, p.66). Para o sociólogo, os sonhos não seriam repetições deformadas do que ocorre na vigília, mas sim “resíduos insubmissos da racionalidade e do poder dela que, ao invadirem a vida cotidiana,

reduzem a imaginação ao imaginário, a criação à submissão, a coragem ao medo” (MARTINS, 2000b, p.66). Haveria, assim, uma relação de tensão entre o material noturno e a vida diurna, onde o primeiro põe diante dos olhos e consciência do sonhador a falta de sentido, a opressão e a arbitrariedade daquela.

Através das poucas informações dadas pelo narrador, lemos que em certa noite Adelina acorda gritando e assusta os moradores da casa. O despertar brusco de Adelina e o pavor sentido por ela levaram o narrador a pensar na imagem de mil homens que a estrangulavam, como se algo estranho e muito hostil afetasse a mulher. A situação tem proximidade com características dos sonhos de moradores da cidade de São Paulo investigados por José de Souza Martins, pois, como ele diz, muitos sonhos são marcados pela presença do estranho. “*Quase todos os sonhos têm implícito um conceito de estranho e de um estranho que representa perigo e ameaça para o sonhador*” (MARTINS, 2000b, p.74, grifos do autor). O estranho – que se manifesta com tamanha força a ponto de fazer a mulher acordar gritando – é o outro imaginado. No caso de Adelina, penso que esse outro é constituído pelo modo de vida da grande cidade e pelas relações sociais que ele impõe à sua família.

O sonho de Adelina remete ao tema de sua não adaptação à vida na grande cidade, um problema que se aprofunda com o passar dos anos, como pode ser notado em duas falas da personagem que são lembradas pelo narrador. No ano de 1966, entristecida, Adelina andava pelas tardes de domingo, comparando: “miséria aqui, miséria lá, aqui é cativoiro” (JATOBÁ, 1980, p.33). Em 1967, ao receber a notícia da morte de sua mãe, Adelina se põe em luto, sempre dizendo “que sua sina era viver nesse cativoiro” (JATOBÁ, 1980, p.33). São momentos em que Adelina percebe a si mesma, interpreta sua vida. A comparação entre a miséria da vida anterior à viagem para São Paulo e a miséria da vida atual demonstra a insatisfação com o presente, explicitada pela palavra cativoiro. Esta conota um sentimento de falta de liberdade, de prisão, encarceramento. A palavra cativoiro também está presente na fala de 1967, sendo associada à ideia de sina, palavra que tem proximidades com a noção de destino. Sina e destino são palavras que remetem à falta de controle sobre a própria existência, como se essa sofresse a ação de forças e fatores externos (VELHO, 1994b, p.125) mais poderosos que a capacidade de entendimento da pessoa. Ao não conseguir entender que as condições sociais e históricas são os fatores que criam dificuldades, impõem limitações e fazem de sua vida algo sem sentido, estranho e alienado, Adelina se vale da ideia de sina para caracterizar sua infelicidade.

Mesmo a imagem persecutória com que o narrador traduz a reação de Adelina ao sonho dialoga com o campo de significados da palavra cativoiro. Se a impressão do narrador sobre o

pavor de Adelina estiver correta, o sonho pavoroso deve ser entendido como uma elaboração onírica do sentimento de estar presa, sentimento decorrente de uma vida desenraizada e estranha. Em outras palavras, é como se Adelina percebesse que as relações sociais que acontecem no espaço da rua e da cidade – sentidas pela mulher como algo perigoso, despersonalizado e sem sentido – a cercassem de todos os lados, podendo alcançá-la a qualquer instante. Como nos diz o narrador em sua lembrança do ano de 1963, o sonho de Adelina era também um “presságio triste”, expressão que pode ser lida como uma referência à violência policial sofrida pelo casal no ano de 1968: “Vieram uns soldados. Bateram na porta, abri. iam me levar. Adelina me segurou, um soldado bateu nela com o fuzil. Ela me soltou. Voltei, solto, era engano, mas por meses não olhei frente à frente nos olhos baixos de Adelina” (JATOBÁ, 1980, p.33).

O narrador fala do ponto de vista daquele que foi vítima da ação autoritária e do poder dos soldados, e também do ponto de vista de quem presenciou a violência contra sua esposa. Após sofrer a violência do soldado, Adelina tem uma confirmação da sensação de desenraizamento que a perseguiu durante anos. O golpe faz a falta de “fidedignidade do mundo social” se mostrar como um dado irreduzível, havendo um colapso em sua já frágil sensação de “autossegurança” (HONNETH, 2009, p.216). Com a violência sofrida, Adelina perde a confiança em si mesma e em seu mundo social. Seus olhos baixos são o sintoma do mal-estar e do trauma que a afetam. O golpe de fuzil sofrido por Adelina também rebaixa o valor próprio do casal. A sensação de impotência diante de sujeitos mais fortes abala a dignidade e a honra do narrador, colocando à prova os aspectos de sua identidade constituídos pelo papel de responsável pela casa e pelo papel de marido. Humilhado, por meses não conseguirá olhar nos olhos de Adelina.

Essa passagem da narrativa exemplifica o impacto da ditadura civil-militar na vida cotidiana de trabalhadores e moradores da periferia. Trata-se de um momento no qual a obra literária realiza um diálogo crítico com a história do país, dando visibilidade ao sofrimento de pessoas que vivenciaram a violência de Estado. Não por acaso a agressão aconteceu em 1968, um ano emblemático quanto ao endurecimento do regime militar, que “seguia cada vez mais o curso de uma ditadura brutal” (FAUSTO, 1999, p.480). Infelizmente, a situação vivida pelo narrador e por Adelina se repete no Brasil contemporâneo, com matizes mais brutais. Os policiais militares responsáveis pelo desaparecimento, tortura e morte do ajudante de pedreiro

Amarildo de Souza³⁰ atualizaram a violência de Estado que foi recorrente na ditadura-civil militar brasileira.

Trata-se de um mecanismo de repetição da violência acontecida naquele momento histórico, e remete à temática clássica que afirma que as sociedades estão destinadas a “repetir o que são incapazes de elaborar” (TELES; SAFATLE, 2010, p.9). Pensando a partir de uma perspectiva que aproxima psicanálise e história, podemos dizer que aquilo que é expulso do simbólico retorna no real. A violência policial contemporânea está fortemente relacionada à necessidade de julgamento das ações violentas cometidas pelas forças armadas no período da ditadura civil-militar. A recusa do Estado em investigar e punir aquelas ações violentas contribui para sua repetição no presente. Ao inserir a violência de Estado realizada pelas forças armadas em sua narrativa, Roniwalter Jatobá colabora com a elaboração de nosso passado violento, dando visibilidade e voz para as vítimas.

A última nota da narrativa situa o narrador em seu momento presente. Ele reafirma o vínculo com a família e demonstra ser alguém que vê possibilidades na continuidade da vida: “Rita, mulher de Reinaldo, quem imaginava aquele corpo fraco, se tornou mãe, esperança deste corpo, sonho novamente começado em fim de vida. Vem pena de Reinaldo: esperançoso ele. Dou fé” (JATOBÁ, 1980, p.34). Vê na gravidez de Rita um prolongamento de sua própria existência, como se um sonho seu fosse recomeçado pelo casal. Tem fé na situação do filho, partilha de sua esperança. Fé, na maneira pensada por Erich Fromm. Não como uma forma fraca de crença ou conhecimento, e nem aquela fé nisto ou naquilo. A fé sentida pelo narrador é confiança, é expressão da convicção de uma possibilidade real. “A fé, como a esperança, não é a previsão do futuro, é a visão do presente num estado de gravidez” (FROMM, 1981, p.30). A percepção da mudança experimentada em sua própria vida faz com que o narrador tenha fé na possível mudança trazida pela chegada de uma criança. Ele anseia, está aberto para um futuro melhor.

O narrador tornou-se alguém experiente, que conseguiu superar à sua maneira a pobreza, as mortes e a violência policial vivenciadas. A rememoração foi o modo encontrado para compreender sua própria formação, no sentido de *Bildung*: “o processo pelo qual uma pessoa torna-se gradualmente aquilo que é, em conflito com o mundo exterior” (PORTELLI, 2010b, p.169). Essa formação, que foi recuperada através do processo de rememoração, testemunha uma perspectiva da luta de classes que não se faz nas greves ou nos sindicatos,

³⁰ Comentarei com detalhes o caso Amarildo na próxima seção deste capítulo.

“mas na luta diária contra a morte” (PORTELLI, 2010a, p.104). Nessa situação, sobreviver é, em si, resistir.

2.5 – A violência policial continua: sobre Amarildo, Martiniano e outros trabalhadores

No dia 14 de novembro de 2013 foram completados 4 meses do desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. A ação realizada em 14 de julho de 2013 por policiais militares vinculados à Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) teve uma repercussão surpreendente, pois um trabalhador pobre tornou-se notícia em um país onde o desaparecimento dos pobres costuma resultar apenas em silêncio e impunidade (BRUM, 2013). As investigações apontam que Amarildo de Souza foi assassinado durante tortura realizada por policiais dentro do contêiner onde funciona uma base da Unidade de Polícia Pacificadora instalada na favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. Mais de 20 policiais são acusados de participação na morte de Amarildo, entre eles o major Edson Santos (TELES, 2013), que na época era comandante da Unidade de Polícia Pacificadora instalada naquela comunidade. No início das investigações o mesmo major alegou que Amarildo teria ficado menos de cinco minutos na unidade, tempo suficiente para realizarem a averiguação pela qual foi levado até lá, e que depois teria sido liberado (BRUM, 2013). Hoje sabemos que Amarildo foi torturado por pelo menos 40 minutos, e que o major Edson Santos tinha conhecimento dessa ação criminosa.

O desaparecimento de Amarildo de Souza concentrou uma série de questões importantes, tornando-se um dos acontecimentos mais debatidos nos últimos meses. Amarildo foi transformado em um símbolo com o qual pessoas que tiveram parentes e amigos que foram vítimas da violência de Estado se identificaram. Esse fenômeno foi possível graças à atitude tomada por seus familiares. Após o desaparecimento, os parentes acorreram à sede da Unidade de Polícia Pacificadora no morro, a delegacias, ao Instituto Médico Legal, a hospitais, a casas de parentes em Niterói e Nova Iguaçu. Não encontrando respostas, Michele Lacerda, sua sobrinha, e Elizabete Gomes da Silva, sua esposa, organizaram em 17 de julho uma manifestação na base do morro, o que resultou no fechamento do túnel Zuzu Angel, estrutura responsável pela ligação entre os bairros da Zona Sul da cidade e a Barra da Tijuca (CALIARI, 2013a). A manifestação foi ao encontro da politização pela qual têm passado as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro desde os grandes protestos em junho de 2013.

As ondas de protestos populares, iniciadas em São Paulo em junho, e que se espalharam pelo País durante a Copa das Confederações, continuavam a

bater no Rio, sobretudo contra o governador Sérgio Cabral. Ao fecharem o túnel Zuzu Angel, os moradores da Rocinha traziam agora uma nova pauta para os protestos: onde está Amarildo? A pergunta foi imediatamente apropriada por manifestantes, artistas, imprensa, militantes de direitos humanos. Parecia que, finalmente, a população passava a se sensibilizar com o destino de um trabalhador pobre, preto e favelado, aparentemente vítima de arbitrariedade policial (CALIARI, 2013a).

A mobilização dos familiares e amigos de Amarildo em denunciar seu desaparecimento através de uma manifestação fez com que a violência policial sofrida por uma família de trabalhadores que mora na favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro – acontecimento que levou a uma reorganização forçada da vida dessas pessoas – tivesse visibilidade. O sofrimento dos familiares, suas palavras, suas fisionomias, sua casa e sua esperança em rever Amarildo foram divulgadas na imprensa e nas redes sociais, sendo conhecidas por milhões de pessoas. Exemplar nesse sentido é o documentário “Eu, um Amarildo”, de Rômulo Cyríaco (2013). Nessa realização o cineasta cumpriu o papel de mediador solidário, captando as imagens e relatos dos familiares daquele trabalhador. A perda de um parente e também a violência levam as pessoas a narrarem, a darem o seu testemunho, reinterpretando assim a própria vida. Narrar é reconstruir o acontecimento que trouxe a insegurança, a tristeza e o trauma, é também um passo necessário na compreensão e elaboração do desaparecimento da pessoa querida.

A meu ver, os desdobramentos do caso Amarildo na imprensa e nas redes sociais reiteram a importância da noção de testemunho como forma de enfrentamento e elaboração de acontecimentos violentos. Quando falo em testemunho, reporto aos usos da narrativa que tiveram força no século XX, perpassando diferentes gêneros literários, e também o cinema, o teatro e a história em quadrinhos. Em todas essas produções culturais, e com mais força na literatura, é recorrente o estabelecimento de uma relação entre narrativa e violência. Assim, o testemunho visa dar uma forma narrativa para um acontecimento violento. Há, na produção da literatura de testemunho, uma vontade de verdade, característica que remete ao uso jurídico da figura da testemunha.

A literatura de testemunho realizada na América Latina tem por característica o estabelecimento de um vínculo entre “a produção literária e o resgate da História contemporânea” (DE MARCO, 2004, p.45). O escritor que se lança à produção do testemunho quer revelar uma versão da história que foi negada pela história oficial, quer que aspectos desconhecidos de um acontecimento venham à tona. Esse vínculo entre literatura e história faz com que nas produções literárias voltadas para o testemunho o discurso literário e seu referente estejam conectados de maneira indissolúvel (MORAÑA, 1995), havendo um

redirecionamento das relações entre literatura e realidade. É uma literatura que fala do real, na maior parte das vezes de um real terrível, excessivo, da ordem do traumático.

Em muitos casos, a literatura de testemunho dialoga com modalidades expressivas da história oral, da crônica, do ensaio etnográfico e da entrevista jornalística. Há algo em comum em todas essas modalidades, e que também está presente na literatura de testemunho: o mediador solidário. Este é um sujeito letrado que se aproxima de sujeitos pertencentes a setores subalternos da sociedade para ouvir e conhecer suas histórias. O mediador solidário colhe o relato do sujeito subalterno e o envolve em uma forma narrativa. Graças ao mediador solidário, a história relatada pelo sujeito subalterno pode circular na esfera pública, sendo conhecida por outras pessoas. É o caso do já mencionado filme “Eu, um Amarildo”, de Rômulo Cyríaco (2013). Outro exemplo é a reportagem realizada por Tânia Caliari. Esta jornalista baseou-se no relato de Elizabete Gomes da Silva, em notícias de jornais, em depoimentos dados por testemunhas durante o inquérito, e na entrevista com o delegado empenhado na primeira fase da investigação do caso Amarildo para escrever uma versão sobre o desaparecimento do trabalhador. Ela conta que naquele domingo, dia de Flamengo e Vasco, Amarildo e seu primo Luiz passaram o dia pescando na praia de São Conrado. Amarildo regressou no fim da tarde, limpou os peixes na porta de sua casa e saiu para comprar limão e alho no bar do Júlio, que fica próximo de sua moradia. O dono do bar e mais quatro pessoas tomavam cerveja, faziam uma moqueca e acompanhavam o jogo de futebol.

Ao chegar, Amarildo foi solicitado por uma moradora para que levasse suas malas até a rua 2, onde pegaria um táxi para a rodoviária. Amarildo fez o carreto, voltou ao bar satisfeito, dizendo que recebera 30 reais pelo serviço. O grupo viu então a chegada de um grupo de PMs e a abordagem feita a Amarildo pelo policial Douglas Vital, que pediu seu documento. Segundo contam as testemunhas, todos estranharam o pedido, pois sabiam que Vital conhecia Amarildo e que ainda assim, depois de ver sua carteira de identidade, o policial disse que o levaria para averiguações. Julio, o dono do bar, e Luiz Carlos, questionaram a atitude: “levar Amarildo pra quê?”.

Luiz Carlos foi então encarado por Vital, que indagou: “você me conhece? Sou o cara de macaco”. O grupo de oito policiais – nem todos entraram no bar, parte deles esperava do lado de fora – desceu então o Beco do Cotó até chegarem à Rua 2, conduzindo Amarildo ao Centro de Comando e Controle (CCC), um posto da UPP onde ficam monitores com as imagens captadas por cerca de 80 câmeras que vigiam as ruas da Rocinha. Nesse ínterim, Luciana, que estava no bar no momento da abordagem, subiu o beco e foi avisar Bete, que desceu com a filha Beatriz até o CCC. Bete esperou do lado de fora do posto, conversando com um policial, até que viu um carro da polícia parar e seu marido sair do posto. Correu a seu encontro, e já dentro da viatura Amarildo lhe disse que o seu documento estava com Vital. A viatura seguiu para a sede administrativa da UPP na Rocinha, num local conhecido como Portão Vermelho, na parte alta da favela que faz divisa com a mata de um parque. Como nunca voltou para casa, ficou a pergunta: onde está Amarildo? (CALIARI, 2013b).

Mediante o uso da narrativa, Tânia Caliarí cria uma versão dos acontecimentos que culminaram na tortura e desaparecimento de Amarildo. Este é mostrado como trabalhador, sendo focado, inclusive, em seu trabalho como carregador, que lhe trouxe o apelido de “boi³¹” (BRUM, 2013). Fica patente no relato a truculência do policial Douglas Vital, que pede os documentos de Amarildo mesmo o conhecendo, e o leva para o posto da Unidade de Polícia Pacificadora dizendo ser necessário realizar averiguações. A ação do policial gera estranhamento em Júlio e Luiz Carlos, que questionam sua atitude. Logo em seguida Luiz Carlos é intimidado pelo policial Douglas Vital, em uma ação que remete aos piores aspectos da tradição autoritária brasileira. O “você me conhece?” dito por Vital atualiza a expressão “Sabe com quem está falando?”, usada por Roberto DaMatta (1997) para explicar o caráter perverso que muitas vezes perpassa as microrelações entre pessoas na sociedade brasileira. Ao agir assim, Vital quer demonstrar que sua posição de policial o diferencia dos outros ali presentes, vistos por ele como meros favelados, e por isso mesmo possíveis criminosos. Mais que isso, Amarildo, Júlio e Luiz Carlos fazem parte das classes populares ou, para usar a expressão de Paulo Sérgio Pinheiro, “as classes torturáveis” (PINHEIRO, 1991, p.48). A narrativa de Tânia Caliarí também apresenta uma ação de solidariedade e resistência por parte dos moradores da comunidade ao contar que Luciana, uma das pessoas que estavam no bar, corre para avisar a esposa de Amarildo sobre sua prisão.

De acordo com Eliane Brum, uma testemunha disse que o policial Douglas Vital vivia implicando com Amarildo e com sua família. “Esse policial é ruim, gosta de humilhar os pobres daqui” (BRUM, 2013). Talvez por isso o policial tenha tido tanta pressa em averiguar Amarildo, que foi levado vestindo apenas bermuda e chinelos, sem camisa. Como aponta a jornalista Eliane Brum, é inaceitável qualquer pessoa entrar num posto policial e desaparecer (BRUM, 2013). A ação dos policiais no bar do Júlio está vinculada a um contexto maior, pois nos dias 13 e 14 de julho de 2013 a favela da Rocinha passou pela “Operação Paz Armada”, que colocou 300 policiais na comunidade e prendeu dezenas de pessoas. As informações colhidas por jornalistas indicam que Douglas Vital agiu de má fé, se valeu de sua posição como policial para resolver um problema pessoal de forma criminosa. Atualmente esse policial é acusado, junto de mais 3 policiais, de ter executado a tortura que levou Amarildo a morrer (TELES, 2013).

³¹ “Os conhecidos chamavam Amarildo de “boi”. Porque fazia a proeza de carregar dois sacos de cimento nas costas, apesar de magro e quase baixo, em seu pouco mais de 1,70 metro de altura. Porque era também quem carregava os doentes nas costas, tirando-os de dentro da favela e vencendo as escadarias da Rocinha” (BRUM, 2013).

Tenho por hipótese que a morte violenta de Amarildo tem estreita relação com outras mortes violentas de trabalhadores causadas por policiais militares ao longo do século XX – em especial, durante a ditadura civil-militar –, e remete à relação tensa entre presente e passado que se instala em sociedades que, como a sociedade brasileira, “fazem de tudo para agir como se nada soubessem a respeito do que se acumulou às suas costas” (TELES; SAFATLE, 2010, p.9). Nesse sentido, a sociedade brasileira é afetada pela repetição dos acontecimentos violentos do passado recente que não foram elaborados. A psicanalista Maria Rita Kehl se apoia nas reflexões de Sigmund Freud para demonstrar como o conhecimento do passado violento que foi reprimido pelo Estado e por grupos que colaboraram com a violência de Estado seria salutar para nossa sociedade.

A verdade social não é ponto de chegada, é processo. Sua elaboração depende do acesso a informações, mesmo as mais tenebrosas, mesmo aquelas capazes de desestabilizar o poder e que, por isso, se convencionou que deveriam ser mantidas em segredo. Se o reconhecimento dos fatos que um dia se tentou apagar não costuma trazer boas notícias, em contrapartida a supressão da verdade histórica produz sintomas sociais gravíssimos – a começar pela repetição patológica de erros e crimes passados (KEHL, 2013).

A elaboração do passado violento – cujos primeiros passos ocorrem com o conhecimento e a publicização da verdade sobre os acontecimentos mantidos em segredo – contribuiria para a cessação de sua repetição no presente. Seguindo de perto o argumento de Maria Rita Kehl, tenho por pressuposto que a violência policial contemporânea que assassinou Amarildo e tantos outros trabalhadores e moradores da periferia pode ser entendida como um sintoma social gravíssimo, um exemplo da repetição patológica de erros e crimes do passado. Ainda no ensaio “Os crimes do Estado se repetem como farsa”, Maria Rita Kehl afirma que só a arte nomeia os crimes silenciados no Brasil.

A literatura de testemunho, por seu diálogo crítico com a história e sua vontade de mostrar a verdade, de denunciar, vem ao encontro das reflexões da psicanalista. Tendo em vista essas características, e também a relação entre narrativa e violência que é recorrente na literatura de testemunho, investigarei a seguir momentos da violência policial exercida contra trabalhadores em duas narrativas do escritor Roniwalter Jatobá, publicadas nas décadas de 1970 e 1980, em plena ditadura civil-militar. As obras literárias serão tomadas como objetos culturais que contribuem para o conhecimento do passado. Nesse sentido, o objetivo da investigação é dar visibilidade a formas de violência policial ocorridas no passado, e que se repetem no presente, apresentando assim a semelhança entre situações que ocorreram em momentos históricos distintos. Tal semelhança, a meu ver, indica uma continuidade histórica da violência. Espero, com esse exercício, trazer elementos para uma reflexão sobre a postura

autoritária que tem marcado a polícia militar no decorrer do século XX, com ênfase no período da ditadura civil-militar, contribuindo assim para o debate sobre a necessária desmilitarização da polícia hoje.

A primeira cena de violência policial que trago à discussão faz parte da narrativa “Insônia” (1977). Seu enredo apresenta não só a violência policial em seu momento concreto – o tapa –, mas também a antecâmara da violência, construída através da interação gerada pela abordagem policial. A narrativa enfoca a situação de um operário que, em uma noite, ao não conseguir dormir, resolve sair de casa na madrugada para dar uma volta. Como no outro dia trabalhará na fábrica, deseja retomar o sono para evitar possíveis descuidos e acidentes decorrentes da falta de atenção no trabalho. Na rua, muito perto de sua casa, é abordado por um policial. Sendo uma narrativa contada em primeira pessoa, do ponto de vista de alguém que se lembra de algo que aconteceu a si, o leitor tem acesso ao acontecimento e à vida psicológica do narrador, com suas impressões, reflexões e reações ao momento de grande perigo.

A abordagem, que demonstrará a disparidade de forças entre um cidadão e um policial, é instaurada por uma pergunta: “– Para onde vai, rapaz? – disse o vulto parado, bem na minha frente, amarelado pela luz do poste” (JATOBÁ, 1911, p.55). Aqui, a pergunta acontece como intromissão, indo ao encontro das ideias de Elias Canetti. “Onde ela é aplicada como um instrumento de poder, a pergunta corta feito faca a carne do interrogado” (CANETTI, 1995b, p.285). As reações do narrador são o susto e o medo, sensações que o impactam profundamente. Canetti diz que com a pergunta o inquiridor se lança ao inquirido. Assim, se o inquiridor logra tocar o inquirido com a pergunta, ou seja, se consegue obrigá-lo a responder, “ele o capturou, aprisionando-o em um determinado lugar” (CANETTI, 1995b, p.287). Ao perguntar, o policial se anunciou, impôs sua presença, fez o narrador parar. Vendo a aproximação do policial, ele sente-se preso, acuado, tem vontade de fugir. No entanto, para de se movimentar.

O homem foi se achegando devagar, o farol de um carro acendeu-se me alumando; o homem encostou, vi a mão dele cutucando alguma coisa na cintura. Ele chegou, *documento*, disse, a voz quebrando a paz do silêncio. Aquilo me aliviou um pouco, aí lembrei que tinha saído pelado de papelada. Fiz que caçava nos bolsos. Então disse, *moro logo ali*, e apontei com o dedo o cômodo cinza, lá morto nessas horas da noite entre outros quartos (JATOBÁ, 1981, p.55, grifos do autor).

A postura do policial enreda o narrador em uma situação de desvantagem, sentida por ele como perigo iminente. Não havendo como fugir, está à mercê da força e do poder policial. A presença da força ocorre, para Elias Canetti, quando algo se encontra próximo e presente,

estando sujeito, inclusive, à força física. “Dispondo de mais tempo, a força transforma-se em poder³²” (CANETTI, 1995a, p.281). A pergunta inicial do policial instaura uma situação de “registro policial”, que é uma forma de interrogatório. Este, segundo Canetti, “é dirigido contra o mais fraco” (CANETTI, 1995b, p.289). A situação de registro policial traz consigo um conjunto de perguntas que tendem a se repetir, que são recorrentes. Aquele que faz as perguntas se vê como alguém que está a serviço da segurança e da ordem. “A primeira pergunta que se faz oficialmente a um homem diz respeito a seu nome; a segunda, a seu domicílio, seu endereço. Têm-se aí [...] as duas perguntas mais antigas que existem: aquelas que têm por objeto a identidade e o lugar” (CANETTI, 1995b, p.289). É o que acontece na cena, com algumas modificações. A primeira pergunta questiona o destino do narrador. Já a pergunta sobre a identidade é feita na forma de uma ordem, a solicitação dos documentos. Canetti argumenta que no “registro policial” é construído um sistema de perguntas que se presta ao controle sobre as respostas. Sendo muito mais fraco que o interrogador, o interrogado somente escapa quando faz crer que não é um inimigo.

O narrador percebe que a ausência dos documentos dificulta sua situação, só lhe restando convencer o policial com seus argumentos. Diante da ausência dos documentos, o policial trata o narrador como um possível inimigo, fazendo com que erga os braços e caminhe até a viatura. A ordem dada pelo policial faz o narrador sentir um medo cada vez maior, acessando mentalmente seu repertório de conhecimentos sobre a polícia: “Nem sentia mais o vento, o corpo esquentou no medo, ferveu nas lembranças casos contados do que essa gente apronta no meio da noite” (JATOBÁ, 1981, p.55). O medo, inclusive, afeta a memória e a percepção dos movimentos do narrador: “Nem lembro como consegui chegar até o carro, as pernas descompassadas, os braços doendo nas alturas” (JATOBÁ, 1981, p.56). Suas reflexões indicam que a violência policial era um fato conhecido. Diante do poder do policial, o sentimento de medo se torna uma presença constante que aumenta cada vez mais. Aliás, como vimos, o medo está presente desde o momento em que o policial se anuncia ao fazer a

³² “A diferença entre força e poder deixa-se demonstrar de um modo bastante simples: no relacionamento entre gato e rato. O rato, uma vez capturado, encontra-se à mercê da força do gato. Este o apanhou, mantém-no cativo e vai matá-lo. Tão logo, porém, começa a brincar com ele, um novo elemento se apresenta. O gato o solta novamente e permite-lhe correr um pouco. Mal o rato dá-lhe as costas e põe-se a correr, ele já não se encontra mais à mercê daquela força. O gato, porém, dispõe do poder para apanhá-lo de volta. Se o deixa correr indefinidamente, permite-lhe escapar de sua esfera de poder. Mas até o ponto em que está certo de poder alcançá-lo, o rato estará sob seu poder. O espaço sobre o qual o gato projeta sua sombra; os instantes de esperança que permite ao rato, mas tendo-o sob sua estrita vigilância, sem perder o interesse nele e em sua destruição - tudo isso junto (o espaço, a esperança, a vigilância e o interesse na destruição) poder-se-ia designar como o corpo propriamente dito do poder, ou simplesmente, como o poder em si” (CANETTI, 1995a, p.281).

primeira pergunta, assustando o narrador. A presença do policial transforma a rua na qual o narrador mora em uma paisagem do medo³³.

O geógrafo Yi-fu Tuan define o medo como um sentimento complexo experimentado pelos indivíduos de forma subjetiva. Um dos componentes que distinguem o medo de outros sentimentos é o sinal de alarme que é disparado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente. Para o autor, se o meio ambiente for a cidade, a maior ameaça são as outras pessoas. Na narrativa “Insônia”, a abordagem policial é o evento impeditivo que insere o narrador em uma situação inesperada, sentida por ele como uma ameaça.

Na continuidade da cena, o policial lança mão de seu poder para se aproximar do narrador, reativando a relação entre poder e força. Na lembrança dessa aproximação, a ênfase recai nos aspectos corporais do policial. “O homem parou perto de mim quase atracado, com jeito malcriado, senti o cheiro dele, da boca, do pano de corpo suado” (JATOBÁ, 1981, p.56). A grande proximidade corporal do policial aumenta o medo, uma vez que a violência física se torna uma grande possibilidade. “O medo sem estancar aumentava no coração o sofrimento. Pensamento nas ruindades que bem podiam fazer nesse corpo só” (JATOBÁ, 1981, p.56). O medo sentido leva à projeção de possíveis agressões através da imaginação, instância psíquica que “aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade de medo no mundo dos homens” (TUAN, 2005, p.11). O narrador toma consciência da fragilidade do próprio corpo, teme por sua integridade física e pela violência sem limites. O grande temor decorre da possibilidade do encontro com a alteridade radical, a morte.

A situação de grande medo e o sofrimento que ela traz desperta “experiências fundamentais do ser humano” (AMÉRY, 2013, p.62). Uma delas acompanhou o narrador em sua postura de defesa diante do policial, é a luta pela sobrevivência. A outra diz respeito à expectativa de ser ajudado. Esta expectativa será quebrada pela certeza de que nenhum conhecido que poderia confirmar seu argumento passaria pela rua naquele momento. A expectativa também será quebrada pelo diálogo humilhante entre o policial que o acossa e outro que está na viatura. De forma displicente, ao ser perguntado sobre o que fazer, o policial que está na viatura manda o primeiro agredir o narrador:

Nem bem esperei, a mão do homem veio forte acertando em cheio no cangote, senti o baque, caminhei desequilibrado pela calçada, segurei no

³³ No sentido debatido na investigação sobre o acidente com o caminhão de turma no capítulo 1. Retomo a definição de Yi-fu Tuan sobre as paisagens do medo: “O medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras. “Paisagem”, como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como entidade física mensurável. “Paisagens do medo” diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real” (TUAN, 2005, p.12).

muro, esperei me preparando outro supapo que não aconteceu, me firmei com os pés no chão, apressado pra dentro, medroso (JATOBÁ, 1981, p.56).

Sopapo, tapa, bofetada, a agressão pode receber vários nomes. Ela vem do policial e é forte e certa. O narrador fica desorientado, perde o equilíbrio. Prepara-se para receber outra agressão, que não vem. Entra em sua casa com pressa e com medo. Algo grave aconteceu. Ao refletir sobre a primeira bofetada que recebeu de um soldado nazista, Jean Améry – jornalista, escritor e sobrevivente do campo de concentração – usou a expressão “experiência espantosa”. A primeira agressão torna a vítima consciente de seu desamparo e já contém em germe tudo o que poderá sofrer (AMÉRY, 2013, p.60). A agressão lança a vítima em outra situação existencial, como se uma fronteira tivesse sido atravessada. “Confiança no mundo” é o nome dado por Jean Améry para aquilo de que o sujeito é privado ao tomar a primeira bofetada. Sua noção de “confiança no mundo” parte da certeza de que os outros, com base nos contratos sociais escritos e não escritos, o pouparão, ou seja, respeitarão sua fronteira física e, por isso, sua existência metafísica. Améry vê as fronteiras de seu corpo como as fronteiras de seu Eu. A existência da “confiança no mundo” está relacionada com a possibilidade de decidir quais tipos de estímulos alcançam suas fronteiras corporais, aquelas que são responsáveis por o isolar do mundo externo. A primeira bofetada ultrapassa essa fronteira, fazendo desabar a confiança no mundo.

O outro, *contra* quem me encontro fisicamente no mundo e *com* quem posso conviver desde que não transgrida a fronteira da superfície da minha pele, me impõe sua própria corporalidade com a bofetada. Ele se apossa de mim e, com isso, me aniquila. É como uma violação, um ato sexual sem consentimento por parte de um dos parceiros. Caso exista alguma chance, mesmo mínima, de me defender, aciono o mecanismo para tentar corrigir a violação de fronteiras cometida pelo outro. Em legítima defesa, expando meu corpo, uso minha própria corporalidade como objeto e restabeleço a confiança na continuidade da minha existência. O contrato social adquire, então, outro texto e outras cláusulas: olho por olho, dente por dente. Também é possível organizar a vida desse modo. *Não é possível* quando o outro lhe faz perder um dente ou lhe deixa o olho roxo de pancadas, quando sofremos, indefesos, a agressão do inimigo que se tornou nosso próximo. Finalmente, se não podemos esperar nenhuma ajuda, a violação física por outro se converte em uma forma consumada de aniquilação existencial (Améry, 2013, p.61-62, grifos do autor).

A bofetada redimensiona as expectativas sobre as relações entre uma pessoa e outra, criando uma situação na qual aqueles que se relacionam passam a ocupar as posições de agressor e vítima. Tal processo se dá pelo fato da corporalidade do outro, com quem agora se vive “contra” – como se vive contra um inimigo –, invadir a corporalidade da vítima, se impondo, fazendo do corpo invadido algo alheio ao próprio controle. O desrespeito que toca a

camada corporal de uma pessoa também foi alvo das reflexões de Axel Honneth, que, como Jean Améry, associa a violação física ao desarranjo subjetivo. Na reflexão de Honneth, a subjetividade é aproximada da questão da identidade e da autorrelação do sujeito. Assim, para o pensador, as pessoas agredidas são feridas em sua “compreensão positiva de si mesmas” (HONNETH, 2009, p.213), que elas adquiriram de forma intersubjetiva através do processo de socialização. É recorrente nas autodescrições daqueles que foram maltratados por outros o sentimento de desrespeito moral, havendo a menção a categorias morais como ofensa ou rebaixamento. Nas palavras de Axel Honneth:

toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito; pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda de senso da realidade. Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social (HONNETH, 2009, p.215).

De certa forma, é como se Axel Honneth retomasse os principais temas da reflexão acerca da violência realizada por Jean Améry, levantando, porém, novas questões. Honneth afirma que toda tentativa de se apossar do corpo de uma pessoa contra sua vontade, ação que está diretamente relacionada à ideia de ultrapassagem da fronteira corporal proposta por Améry, é vista como uma grave forma de humilhação. Esta se liga à dor física, mas também à sensação de estar sujeito à vontade do outro, o agressor. À ideia de sujeição ao outro ecoa a sensação de aniquilação existencial – tema pensado por Améry – decorrente da certeza da vítima de que não será socorrida ao sofrer o mau trato físico.

Há, com a agressão, uma perda de confiança em si mesmo e no mundo. O sujeito vê abalada sua relação com o próprio corpo e com a própria identidade. Agora, traz consigo a marca e a memória da violência, consequências do desamparo e do mal-estar gerados pela situação traumática. O caráter excessivo desse tipo de acontecimento interfere na relação que a vítima tem com as camadas corporais que são fundamentais para o relacionamento prático com os outros sujeitos, sintoma que remete à noção de vergonha social. “O conteúdo emocional da vergonha consiste [...] em uma espécie de rebaixamento do sentimento do próprio valor” (HONNETH, 2009, p.222-223). Com a agressão recebida, o sujeito se vê como

alguém de valor social menor do que havia suposto previamente, enfrentando assim uma forte sensação de rebaixamento pessoal.

A ideia de vergonha social como consequência da violência policial está presente na última cena literária arrolada para esta discussão, que faz parte da narrativa “Via Sacra”. Esta traz a história de um operário que está retornando para casa após um dia de trabalho. O narrador se encontra na rua e enfrenta uma forte chuva enquanto se dirige para a estação de metrô. A narrativa é constituída pelas impressões, reflexões e lembranças vivenciadas pelo narrador ao passar por cada uma das treze estações que fazem parte de seu trajeto. Destaco a lembrança que vem ao narrador quando passa pela sexta estação:

Liberdade. E eles chegaram sem pedir licença, sem papeleta de juiz autorizando, sem nada além de armas. Armas e sentimentos ruins, só. Martiniano ainda fez força na porta, que veio abaixo, depois gritos, raiva, palavrões e ódio. Foi você, seu puto!, um deles gritou. Martiniano sentiu o peso duma arma na cara, a raiva, incontida no rosto, no peito de um, o desejo doutro de matar nas unhas, nos cabelos, nos culhões, nos braços, na carne, na alma. E Martiniano sumiu. Sumiu de corpo e se ainda fosse vivo também sumido de alma, homem forte Martiniano, vivo ainda, ali sentado no lugar daquele homem que olha o chão, olharia os pés com o olhar baixo (JATOBÁ, 1977, p.21).

O registro dessa lembrança é feito mediante o uso da ironia, uma vez que a estação de nome “Liberdade” traz à consciência do narrador uma cena de violência brutal, na qual a personagem Martiniano tem sua casa invadida por policiais. As poucas informações dadas pelo narrador reforçam o caráter enigmático dessa lembrança no contexto da narrativa, um enigma que é partilhado pelo leitor. Não sabemos quem é Martiniano. Não sabemos o motivo da acusação que leva os policiais a agirem com tamanha raiva e violência. Sabemos apenas que um sujeito foi vítima de uma ação ilegal e desapareceu.

O narrador, através da memória, dá visibilidade para a vítima. Fala pelo outro que foi injustiçado, impede que sua história, ao menos por um breve momento, caia no esquecimento. Diante do desaparecimento de Martiniano, ao narrador resta apenas projetar os possíveis efeitos da violência policial na subjetividade da vítima. Esta, estivesse viva, teria perdido a alma, expressão que indica uma mudança subjetiva de grande gravidade, uma crise moral. A vergonha social que teria afetado Martiniano contamina o imaginário e a percepção do narrador. O olhar baixo, voltado para o chão, do homem que está sentado à sua frente evoca a figura de Martiniano, que, humilhado, também com o olhar baixo, miraria os próprios pés. Assim, na imaginação do narrador, o rebaixamento afetaria a subjetividade de Martiniano, que é figurado como alguém que, após ser agredido, teria perdido a firmeza no olhar.

A solução estética construída por Roniwalter Jatobá instaura no leitor um sentimento semelhante à dúvida e à angústia vivenciadas por parentes e amigos de pessoas desaparecidas após ações policiais. Aqui, o trabalho estético do escritor se alia ao trabalho de luto daqueles que sentiram a dor de perder alguém. A personagem Martiniano faz parte da comunidade de destino de Amarildo, e também de todos aqueles que desapareceram ou foram mortos pela polícia militar e pelas forças armadas brasileiras nas últimas décadas. Inclusive, como ocorre com o narrador de “Via Sacra”, que imagina como seria o comportamento de Martiniano caso ele estivesse vivo, os parentes de Amarildo também lançaram mão da imaginação. Nesse caso, projetaram como teria sido o comportamento daquele trabalhador em relação à agressão policial. A irmã de Amarildo, Maria Eunice Dias Lacerda, disse ainda no mês de agosto: “É duro dizer, mas eu acho que meu irmão está morto. Ele sempre dizia que revidaria se fosse agredido por um policial. Dizia que trabalhador não pode levar tapa na cara e ficar quieto” (BRUM, 2013). Semelhante é a visão do filho mais velho Anderson, de 21 anos, em seu testemunho no filme “Eu, um Amarildo”: “Isso, boto minha mão no fogo, bateram muito no meu pai, mas meu pai reagiu. Meu pai também não morreu quieto, meu pai não morreu calado” (CYRÍACO, 2013). Ainda no testemunho dado ao cineasta, Anderson disse que é muito triste perder o pai e não saber onde ele está agora, não saber o que ele sentiu na hora. Elisabete Gomes da Silva, bastante afetada pelo desaparecimento e pela situação difícil da família – com medo da polícia, eles vivem na casa de Michele Lacerda, 17 pessoas ao todo – voltou a beber e usar drogas (CARVALHO, 2013). O luto da família se torna muito mais doloroso uma vez que o corpo de Amarildo não foi encontrado.

A morte de Amarildo é um sintoma social grave, e remete ao necessário trabalho de elaboração do passado violento da sociedade brasileira. O conhecimento do passado e a punição dos sujeitos responsáveis pela violência de Estado durante a ditadura civil-militar e em outros momentos da história contribuiriam para que o atual cenário de violência nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, e em tantos outros lugares fosse transformado. A ação dos policiais militares que participaram da tortura e morte de Amarildo demonstra a urgência de uma transformação nas políticas de segurança pública, o que poderia ser feito com a extinção das Unidades de Polícia Pacificadora e com a desmilitarização da polícia, por exemplo. Enquanto essas mudanças não ocorrem, cabe à sociedade e ao Estado investigar e denunciar os casos de violência grave, visando assim sua reparação e seu fim.

Capítulo 3 – Acidentes de trabalho em relatos de operários na obra de Antonio Possidonio Sampaio

Neste capítulo investigo a obra “A capital do automóvel: na voz dos operários”, publicada em 1979 por Antonio Possidonio Sampaio. O livro é composto por vinte e cinco depoimentos colhidos em forma de entrevistas, e resulta da convivência do autor com trabalhadores da região do Grande ABC Paulista. Sampaio conversou com trabalhadores de idades diferentes, com posições políticas e visões de mundo distintas, que falaram sobre muitos aspectos da vida cotidiana na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo. Os trabalhadores não só falaram de si, mas sugeriram ao entrevistador outras pessoas que poderiam contar mais detalhes sobre os temas discutidos. Em alguns casos, eram convidados por Sampaio a falarem uns sobre os outros, comentando assim o comportamento e as escolhas de seus pares.

Ao prefaciar o livro, Maurício Soares de Almeida afirmou que diferentemente do que apregoavam as autoridades da época, São Bernardo do Campo era uma cidade de contrastes. Assim, o imenso parque industrial crescia na mesma velocidade em que aumentava o número de favelas (ALMEIDA, 1978, p.10). Eis alguns dados sobre a cidade no ano de 1978:

temos em São Bernardo do Campo perto de 70 mil favelados (um quarto da população total), dos quais 70% são de famílias de trabalhadores com emprego fixo, inclusive nas indústrias de automóveis. Os problemas de saúde, de educação, de saneamento básico, de transporte, etc., acumulam-se sem solução. Mas, o produto mais trágico desta situação são os menores que crescem praticamente abandonados, direcionados para a marginalização e para o crime. Mais de 13 mil deles perambulam por nossas ruas (ALMEIDA, 1979, p.10).

Mediante os dados apresentados é possível depreender que mesmo os trabalhadores empregados na indústria automobilística muitas vezes eram obrigados a morar em favelas. Alguns dos fatores que levaram operários e familiares a procurarem essa forma de habitação serão discutidos nas análises das narrativas. Os depoimentos colhidos trazem um desenho coletivamente construído do modo de vida dos trabalhadores daquela cidade contraditoriamente desigual, mostrando seus dramas, anseios, sofrimentos e ideias para combater a opressão vivenciada nas fábricas e nas ruas. Maurício Soares de Almeida vê o livro como um grito a favor dos marginalizados. Ainda segundo Almeida, o advogado e jornalista Antonio Possidonio Sampaio, ao tomar emprestada a voz do operário, da operária e dos marginalizados “põe para fora um coração angustiado e sedento de justiça. É uma denúncia densa, grave, e profundamente humana” (ALMEIDA, 1979, p.9). Leio “A capital do automóvel: na voz dos operários” como uma obra de testemunho, mas em um sentido

diferente daquele que foi discutido nas obras de Murilo Carvalho e Roniwalter Jatobá. Antonio Possidonio Sampaio se valeu de sua militância de longa data e de seu amplo conhecimento sobre os problemas dos trabalhadores para colher os relatos e passar as palavras adiante. Seu papel foi o de transcrever os relatos e os organizar em forma de livro.

A meu ver, a atuação do autor em jornais populares e como advogado especializado em acidentes de trabalho e moléstias profissionais fazia dele uma pessoa portadora de um bom conhecimento dos temas relatados e também das pessoas que relataram, características que são importantes na hora da realização do testemunho (RANDALL, 1992). No ensaio “Que é e como se faz um testemunho?” Margareth Randall apresenta alguns procedimentos que são fundamentais para o contato entre o intelectual solidário e as testemunhas que relatam suas histórias. Para a autora (1992, p.30), quando o informante sente que está falando com alguém que compreende algo de sua vida e experiência, as possibilidades de ser instaurado um vínculo de confiança são maiores.

A diversidade de temas abordados pelos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados por Antonio Possidonio Sampaio permite diferentes interpretações do livro. Optei por trabalhar as narrativas contadas por três trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho. A opção se justifica pelo fato de o tema do acidente ser muito recorrente nos relatos, sendo mencionado inclusive por pessoas que não o sofreram, mas que contam a história de algum amigo ou parente que dele foram vítima. Outro fator que justifica a escolha do acidente de trabalho é a coerência com o tema desta tese, já que as três narrativas são exemplos do testemunho enquanto uso da narrativa que serve para o enfrentamento e maior compreensão de experiências traumáticas ocorridas no passado. Defendo que Antonio Possidonio Sampaio conseguiu, a partir de sua ação como intelectual solidário, instaurar involuntariamente um espaço terapêutico que propiciou aos trabalhadores a possibilidade de dar um passo na elaboração de suas experiências como acidentados no trabalho.

3.1 – A história do bilheteiro

Já na primeira frase do relato o leitor toma conhecimento da situação de pobreza e insegurança social que foi enfrentada por muitos trabalhadores aposentados em decorrência de acidentes de trabalho durante o período da ditadura civil-militar. “Com esse auxílio que ganho da Caixa, meu filho, eu já teria batido as botas” (SAMPAIO, 1979, p.44). Nesta frase o trabalhador assinala sua situação atual como aposentado por invalidez, um acidentado no trabalho. Como o valor de sua aposentadoria não cobre as despesas necessárias para sua

sobrevivência, lançou-se a uma das atividades que restam para sujeitos que se tornaram inválidos para o trabalho braçal em decorrência de lesões físicas no corpo: tornou-se vendedor de bilhetes de loteria. Antonio Possidonio Sampaio nomeia o sujeito como bilheteiro.

Leio o depoimento desse trabalhador como um esforço de reconstituição de sua trajetória social e biográfica através da memória. Trata-se de um trabalho da memória, atividade que é, para Michael Pollak (1992, p.4), indissociável da organização social da vida. Não só as situações evocadas pela memória, mas a disposição das situações no relato e também as palavras utilizadas para relatar e nomear essas situações ocorrem em função das preocupações pessoais do sujeito que lembra. A motivação pessoal da memória faz com que essa volta ao passado tenha ligação com o sentimento de identidade, ou seja, com “o sentido da imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992, p.5). Essa relação existe porque aquele que lembra constrói uma imagem de si impulsionada pelos aspectos da vida que vem à tona no esforço de rememoração. A investigação da memória de um sujeito revela aspectos de sua trajetória social e de sua identidade.

A memória não é passividade, é uma forma organizadora (BOSI, 2004). O sujeito que lembra se posiciona em relação ao seu passado. No entanto, além das preocupações pessoais que motivam a evocação das situações lembradas, é necessário mencionar os aspectos afetivos que interferem na forma da rememoração. Nesse sentido, Ecléa Bosi afirma ser importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação do passado. Isso deve ser feito porque esses caminhos são o mapa afetivo da experiência do sujeito e de seu grupo (BOSI, 2004, p.56). O ato de lembrar envolve escolhas voluntárias e involuntárias, lembrança e esquecimento, evocação e supressão. É também uma forma de criação, um trabalho que envolve aspectos estéticos e ficcionais.

Em suas reflexões sobre a memória o sociólogo Michael Pollak (1992) visualiza a existência de três elementos que lhe são constitutivos: os acontecimentos, as personagens e os lugares. Estes elementos constitutivos são importantes no trabalho de interpretação do relato que serve como suporte para a memória do recordador e contribuem para o enquadramento das lembranças que trazem grande significação biográfica, aquelas que ordenam a disposição dos acontecimentos no processo de rememoração. Inicialmente, o lugar é o elemento constitutivo que tem mais força no trabalho da memória do bilheteiro.

Após falar de sua condição como aposentado, diz ter chegado a São Bernardo do Campo em 1958, “quando isto aqui era um subúrbio insignificante” (SAMPAIO, 1979, p.44). Essa cidade é uma referência de fundamental importância. É o lugar onde se encontra no momento em que fala com Antonio Possidonio Sampaio, sendo também o marco no qual se

situa para reconstituir sua trajetória. Aqui, o espaço geográfico está imbricado à sua posição social e existencial. Ao relatar, organiza para si mesmo sua trajetória e expõe para o seu interlocutor as situações e acontecimentos que o fizeram chegar à cidade de São Bernardo do Campo, local aonde veio a se tornar bilheteiro.

É marcante no início do relato a alusão aos lugares percorridos até a chegada a São Bernardo do Campo. Tendo por origem o estado nordestino do Ceará, o trabalhador conheceu a migração muito jovem: “mas desde menino que ando por esse mundão a fora” (SAMPAIO, 1979, p.44). A presença dos deslocamentos espaciais enquanto marcos importantes na trajetória social é uma característica do modo de vida de sujeitos que, para Alfredo Moffatt, fazem parte da classe operária baixa. Os membros desse estrato da classe operária são levados a se deslocar em busca de trabalho (MOFFATT, 1983a, p.74). O psicólogo afirma que a necessidade de deslocamento tem grande impacto na estruturação familiar dos trabalhadores, gerando instabilidade e desmembramento. Como veremos mais adiante, a instabilidade familiar e o desmembramento estão presentes no relato do bilheteiro, caracterizando momentos importantes de sua memória.

Em meio à narração das cidades e estados onde tentou a vida, mencionará, pela primeira vez no relato, a palavra encontrada para nomear as situações desfavoráveis enfrentadas. Trata-se da palavra “destino”: “mas destino é destino, meu bom, e sujeito que tentar fugir dele apostado que se acaba antes do tempo” (SAMPAIO, 1979, p.44). Na forma como foi inserida no discurso, precedida pela conjunção “mas” e enfatizada pela repetição, a palavra destino interrompe o fluxo do relato, gerando uma descontinuidade. Interrupção e descontinuidade são noções que, para o psicólogo Alfredo Moffatt, caracterizam a crise psicológica. Assim, quando o trabalhador diz destino, mostra um sintoma. A palavra destino remete às derrotas sofridas, às adversidades enfrentadas e às crises vivenciadas. “A crise³⁴ se manifesta pela invasão de uma experiência de paralisação da continuidade do processo da

³⁴ Se a crise psicológica é aguda, acontece uma experiência de despersonalização, ou seja, o processo de se perceber como um “outro”. Esse processo provoca “uma descontinuidade na percepção de nossa vida como uma história coerente, organizada como uma sucessão na qual cada uma das etapas é consequência da anterior” (MOFFATT, 1983b, p.13). A pessoa deixa de se perceber como uma sucessão inteligível e se fragmenta, é afetada na percepção de sua própria identidade. Quando a trama temporal de sustentação do psiquismo se desfaz, a pessoa tem a sensação de ter sido lançada fora de sua própria história. A percepção de que o tempo objetivo não existe atira a pessoa em um vazio paralisado, como se estivesse presa. Tal situação é tão insuportável que dela se sai, de acordo com a gravidade da fragmentação vivenciada, através do delírio ou da neurose, que são formas de restituição da trama de continuidade do eu no tempo (MOFFATT, 1983b, p.8). O contato visual com pessoas delirantes gera estranhamento. Na perspectiva sugerida por Alfredo Moffatt, isso acontece pelo fato de o delírio ser uma “trama de continuidade do eu no tempo” que não é compartilhada pelos observadores. Ele é uma resposta subjetiva e improvisada à crise, uma resposta individualizada que sustenta um eu fechado, só. Essa digressão acerca da teoria do psiquismo proposta por Alfredo Moffatt foi realizada com o intuito de apresentar ao leitor a abordagem que será utilizada na investigação das lembranças de crise relatadas pelo bilheteiro.

vida. De repente, nos sentimos confusos e sós, o futuro se nos apresenta vazio e o presente congelado” (MOFFATT, 1983b, p.13). Quando Moffatt fala em “continuidade do processo da vida”, ele se refere ao funcionamento do psiquismo humano. O psicólogo entende que a consciência humana tem existência pontual. A percepção que as pessoas têm do “eu” como uma continuidade coerente e permeada de sentido é resultado de uma construção imaginária, culturalmente aprendida. Em outras palavras, a cultura está a serviço de assegurar a continuidade do eu no tempo. Nessa teoria, o psiquismo humano está estreitamente ligado com as noções de tempo e de identidade.

Retorno ao início do relato. Após a primeira alusão à palavra destino, a apresentação dos deslocamentos espaciais realizados é retomada, sendo contada ao leitor a forma como o bilheteiro descobriu a existência da cidade em que se encontra enquanto relata: “Pois sim, em 58 estava me batendo aí pelo interior de São Paulo, quando uns chapas me falaram de São Bernardo” (SAMPAIO, 1979, p.44-45). Decidiu ir para essa cidade graças ao entusiasmo de um desses conhecidos. Dentre os lugares aludidos, dois têm grande importância afetiva para o narrador, justamente os que antecedem a viagem para a cidade do ABC Paulista.

Parte de minha família ficou enterrada em Marília. Primeiro foi a velha, no Paraná, depois os dois meninos, que eram meu braço direito. Os meninos, o Antônio e o Gildásio, nem gosto de me lembrar deles. O primeiro tinha dezenove anos. O outro dezessete. Meninos trabalhadores tavam ali. Eram o orgulho lá de casa (SAMPAIO, 1979, p.45).

Nessa passagem novos elementos constitutivos são incorporados ao processo de rememoração. Agora, além de focar os lugares, o narrador fala também de pessoas e acontecimentos. Lugar, pessoa e acontecimento são elementos que aparecem imbricados no relato, criando um suporte no qual situações dolorosas, excessivas, da ordem do traumático, são dispostas. É possível notar um deslocamento na maneira de relatar. No início, o bilheteiro partiu de sua situação atual, para depois relatar de maneira cronológica os lugares pelos quais passou. Agora, os acontecimentos de grande gravidade servem como marcos para a organização do relato. A tonalidade afetiva tem mais força nesse momento.

A presença do trauma se faz notar pelas palavras utilizadas na referência aos filhos. São lembrados como seu orgulho, como aquilo que esse trabalhador tinha de mais precioso. Ao mesmo tempo, não gosta de se lembrar deles. A relação difícil, que desperta afetos conflitantes, acontece porque se lembrar dos meninos é lembrar o momento em que se viu inserido em uma situação inesperada (MOFFATT, 1983b). Essa passagem do depoimento insere o processo de rememoração nos gêneros do luto e da lamentação (DAS, 2011). Ao falar com Antonio Possidonio Sampaio, o bilheteiro acaba por rever acontecimentos graves,

iniciando um trabalho de elaboração de suas perdas materiais e afetivas. Além da referida morte da primeira esposa, a lembrança do período em que viveu com sua família no Paraná é motivada por outra perda:

Quando cheguei ao Norte do Paraná, num patrimônio que naquele tempo só tinha mais umas cinco casas além da do patrão mas hoje parece até que já virou cidade, logo arranjei ameia um pedaço de terra de um moço de Londrina. Nos dois primeiros anos, me aprumei na vida e entre o café colhido e as demais plantações, me sobrou o suficiente para comprar um pedaço de terra que era a minha maior paixão. O dono das terras, Doutor Paulo Gonçalves, teve tanto entusiasmo com a produção que me disse: Olha, o senhor continua cuidando disto aqui e quem sabe, no futuro parte dessas terras será sua! Olha, moço, acredite que aquelas palavras do doutor não me saíam da cabeça. E quase viramos bichos no eito. A velha, os filhos, todos não sabiam o que era domingo nem feriado. A plantação de café, o senhor olhava assim e perdia o olhar de vista naquele mundo verde. Mas destino é destino, moço. Em maio ou junho de 57, se não me falha o juízo, veio a desgraça. Olhe, moço, nem gosto de me lembrar. Uma tal de geada negra queimou o cafezal inteiro. Quando a onda passou, me veio aquele desgosto e não adiantou o doutor bacharel argumentar até com promessas de ajuda que não sei quem do governo podia arrumar pra amparar a gente. O desgosto foi tanto que larguei tudo naquela desolada tristeza. Outros, meeiros, arrendatários e fazendeiros, também perderam as safras e só se via gente deixando aquelas terras (SAMPAIO, 1979, p.45).

A viagem ao Norte do Paraná inseriu o trabalhador em uma nova tentativa de se estabelecer na vida, tentativa que pode ser interpretada como um projeto. Este, segundo o antropólogo Gilberto Velho, tem por base a possibilidade de escolha (VELHO, 1980). O projeto não é um fenômeno puramente interno, sua formulação se dá dentro de um “campo de possibilidades” (VELHO, 1980) circunscrito histórica e culturalmente. No caso em questão, esse campo de possibilidades é bastante reduzido, estritamente relacionado ao engajamento da família no trabalho com a terra. O “cálculo e o planejamento” (VELHO, 1980, p.46), elementos que evidenciam a existência de um projeto, se mostram presentes na forma como o trabalhador agiu. Em um primeiro momento, trabalhou como meeiro. Após dois anos de boas colheitas, se valeu dos ganhos para comprar um pedaço de terra, que é lembrada como sua maior paixão. Essa maneira de se referir à terra adquirida é um exemplo dos aspectos afetivos que envolvem aqueles que se engajam em um projeto. Quem projeta estabelece um vínculo afetivo com o tempo: antevê situações e percebe a vida como uma continuidade permeada de sentido e de possibilidades, aberta a realizações.

As palavras de incentivo do dono das terras da região são recebidas como uma forma de reconhecimento, reforçando o projeto de se estabelecer como trabalhador e pequeno proprietário rural. Além disso, o incentivo enfatiza aquele que, para Jurandir Freire Costa, é um dos principais elementos definidores da identidade de trabalhador, a “capacidade de

trabalho” (COSTA, 1989, p.27). Ser reconhecido, ou, em outras palavras, ser identificado como alguém que trabalha bastante, que é “trabalhador”, reforça a identidade de pessoas que trabalham com as mãos, afirmando o sentido da atividade desenvolvida. Com o reconhecimento o bilheteiro se esforçar ainda mais, esforço que é partilhado por todos os membros da família. Na metáfora utilizada, eram como “bichos no eito,” trabalhando diariamente, mesmo em domingos e feriados.

Justamente no momento de prosperidade a família se depara com o revés. O trabalhador afirma não gostar de se lembrar do que aconteceu. Inclusive, chega a dizer: “nem conseguia pensar com meu próprio juízo” (SAMPAIO, 1979, p.45). O uso da noção de destino para nomear e compreender a geada que queima todo o cafezal sinaliza a presença de uma crise psicológica. Este fenômeno se manifesta pela invasão de uma experiência de paralisação da continuidade do processo de vida (MOFFATT, 1983b). O futuro se mostra vazio para sujeito que é acometido pela crise psicológica, e o presente se mostra congelado. Isso acontece porque a pessoa é mergulhada em uma situação que não era esperada, que não estava prevista. Na teoria de Alfredo Moffatt, é o caráter imprevisto da mudança vivenciada que faz uma situação ser traumática. A geada chega de surpresa e interrompe o projeto no qual o trabalhador havia amparado sua identidade. Como a trama de sustentação da continuidade do seu “eu” se dissolve, é tomado pela crise. O que adocece no estado de crise é o processo de viver:

a história fica descontínua e, portanto, o eu não pode se perceber como sucessão inteligível e se fragmenta sem atinar como conceber sua nova situação (como codificá-la) e sem saber como atuar, pois as estratégias com que contava já não se adaptam às novas circunstâncias (MOFFATT, 1983b, p.14).

Sem saber o que fazer, o narrador pergunta para a esposa: “E agora?” (SAMPAIO, 1979, p.45). Essa pergunta denuncia a dificuldade em agir fora do projeto. Quem perde o projeto fica marginalizado, fora do tempo, não sabe como lidar com a situação. A resposta da esposa é um exemplo de enfrentamento precário à ausência de projeto. Ela, que também não sabe como agir, afirma que será como Deus quiser. Recorrer a Deus para dar conta de enfrentar uma situação difícil é um procedimento semelhante ao uso da ideia de destino. Quem recorre a Deus ou ao destino em contextos de dificuldade confia que uma instância exterior e para além do próprio controle determinou a situação enfrentada. Assim, caberá a essa mesma instância reconduzir a existência para uma nova trama de continuidade. Ao mesmo tempo, Deus e destino são formas de nomear a catástrofe. São palavras que criam uma forma simbólica para o acontecimento que, por ser desmesurado, é de difícil compreensão.

Retomarei essa discussão mais à frente. Novamente, graças a indicações de conhecidos – “chapas”, no dizer do narrador –, ele se desloca com a família até a cidade de Marília.

O projeto de se estabelecer como trabalhador e pequeno proprietário rural no norte do Paraná pode ser entendido como uma experiência de mobilidade social. Seja em casos de ascensão ou de descenso, a experiência de mobilidade social “introduz variáveis significativas na experiência existencial” (VELHO, 1980, p.34). Como vimos, o projeto acima interpretado traz consigo os momentos de ascensão e descenso. A derrota do projeto foi uma variável significativa na trajetória daquela família, e teve um forte impacto na subjetividade do trabalhador. O grande impacto subjetivo sentido em decorrência da destruição causada pela geada remete à noção de luto, no sentido proposto por Sigmund Freud. O criador da psicanálise via o luto como a reação a uma perda que pode ter ligação com uma pessoa querida, mas também com uma abstração que esteja no lugar dela (FREUD, 2011, p.47). Na lembrança analisada o luto está relacionado à perda do projeto de ser proprietário.

Em muitos momentos da história do século XX compositores e compositoras da música brasileira realizaram obras onde os dramas da vida dos trabalhadores tiveram centralidade. É o caso do compositor e cantor maranhense João do Vale. Em seu disco de estreia “O poeta do povo”, lançado em 1965, o artista fez aspectos do modo de vida dos trabalhadores aparecerem em suas músicas, como ocorre em “A lavadeira e o lavrador”, “O jangadeiro” e “Fogo na Paraná”. Esta última, realizada em parceria com Helena Gonzaga, me motivou a trazer a obra de João do Vale para esta discussão. A semelhança entre a experiência do trabalhador anteriormente analisada e a experiência figurada na canção “Fogo no Paraná” é impressionante:

Seu Zé Paraíba, seu “Zé das Criança”
foi pro Paraná, cheio de esperança
levou a “muié”, e seis barriguidinhos
Pedro, Joca e Mané,
Severina, Zefa e Toinho.

No Norte do Paraná
todo serviço enfrentou
batendo enchada no chão
mostrou que tinha valor
dois anos de bom trabalho
até cavalo comprou.

A meninada crescia
robusta e muito animada
a “muié” sempre dizia
ninguém tá com pança inchada
tudo igualzinho a sulista
de buchechinha rosada.

Se nordestino é pesado
 é do outro vício o cavaco
 é como diz o ditado
 porta só quebra no fraco
 Deus quando dá a farinha
 o diabo vem e rouba o saco.

Aquele fogo maldito
 que o Paraná quase engole
 José lutava com ele
 acompanhado da prole
 vósmeê fiquem sabendo
 que José nunca foi mole.

Depois de tudo perdido
 José voltou pro ranchinho
 foi conferir os meninos
 tava faltando Toinho
 voltou em cima do rastro
 gritando pelo caminho .

Cadê Toinho?
 Cadê Toinho?
 Responde Toinho... (VALE; GONZAGA, 1965).

As duas narrativas têm por protagonistas migrantes nordestinos que se deslocaram com suas famílias até o norte do Paraná para tentar uma nova vida como trabalhadores rurais. A semelhança entre as situações é reforçada pela temporalidade que envolve a melhora na vida dos dois trabalhadores, pois ambos levam dois anos para se estabelecerem, adquirindo posses. O reconhecimento pelo esforço no trabalho também está presente nas duas narrativas, assim como o revés decorrente de um fenômeno natural de grandes proporções.

Os dois narradores estão situados em posições distintas em relação ao material relatado. Cada um deles lança mão de estratégias diferenciadas no intuito de dar sentido a desmesura do acontecimento que inviabiliza os projetos. Como vimos, no relato colhido por Antonio Possidonio Sampaio o trabalhador fala de seu próprio passado, e se vale da noção de destino para abordar o fenômeno que trouxe sua ruína. Já o narrador de “Fogo no Paraná” não participa da ação, característica que faz o envolvimento com o revés narrado ser mais distanciado. Esse narrador se vale de um ditado popular para abordar o grande incêndio que tem consequências graves. A música se encerra no momento em que Zé Paraíba está buscando o filho Toinho, que se perdeu na luta para apagar o incêndio. O tema da perda do filho estreita a proximidade das trajetórias desses trabalhadores, pois, como foi dito acima, o trabalhador que rememora sua trajetória social perdeu os dois filhos. É esta perda o acontecimento que

motiva a rememoração do período em que viveu com a segunda esposa e com os filhos na cidade de Marília, no interior de São Paulo.

Em Marília os filhos são agenciados por um “gato” para trabalhar como bóias-frias nos arredores da cidade. O mesmo agenciador que arranja trabalho para os filhos apresenta uma pessoa que aluga um cômodo com quarto e cozinha nos fundos do quintal da própria casa, a uns quinze minutos do centro da cidade. Uma vez arranjados a casa e o trabalho para os filhos, é possível um recomeço:

E recomeçamos a vida, seu moço, todas as manhãs os meninos embarcando no caminhão bóia-fria que levava o pessoal pro eito a uma hora e tanto de Marília. De noite, eles voltavam cansados e se queixando das dificuldades, mas um dinheirinho mixuruco começou a entrar e eu até já estava me esquecendo daquela desgraça lá do Paraná. Entences eu também já tava pensando em trabalhar por intermédio de Seu Norberto, porque outra coisa não se encontrava na cidade, quando aconteceu nova desgraça, seu moço. Num caminhão, apinhado de gente, faltou breque. O efe cinco foi descendo a ladeira desembestado, quando chegou lá embaixo, na curva, tombou e os dois meninos foram pro reino do céu.

Quando seu Norberto chegou lá em casa avisando, botei as mãos na cabeça, fiquei um tempão com aquela dor no peito e veja, moço, só consegui alevantar as vistas e mandar Seu Norberto sentar quando desceram aquelas lágrimas quentes, coisa que eu nunca tinha experimentado na vida. E logo chegou a velha e com aquelas boas palavras mansas que ela sempre tem nessas horas de dificuldades, conseguiu me aliviar: coisa do destino, num sabe!” (SAMPAIO, 1979, p.46).

A ideia de recomeço presente no depoimento indica nova tentativa do narrador em se estabelecer com a família. Fica patente na passagem citada o rebaixamento da qualidade de vida em relação à situação vivenciada no Paraná. Lá, o pai inicia sua trajetória como trabalhador rural na condição de meeiro, perspectiva que possibilita à pessoa se fixar na terra onde trabalha. Na cidade de Marília os filhos são inseridos no mundo do trabalho em uma condição bastante precarizada, ocupando a posição de trabalhadores bóias-frias.

Os estudos realizados por Maria Aparecida de Moraes Silva (1998) e Maria Conceição D’Incao e Mello (1976) demonstram como a miséria perpassa todas as esferas do cotidiano desses trabalhadores. Essa miséria, inclusive, motivou as alcunhas criadas para designar essa forma de trabalho, termos com “bóia-fria” e “volante”. O primeiro diz respeito à forma como esses trabalhadores realizam seu almoço. Saem de casa muito cedo levando a refeição em uma marmita e, quando vão almoçar, a comida já está fria. Já o termo volante diz respeito à sua condição de “trabalhador livre no seu estilo mais puro” (SILVA, 1998, p.83). Volante é aquele que voa, ou que pode voar. Maria Aparecida de Moraes Silva recupera alguns dos sentidos da palavra volante, entre eles o de flutuante. A palavra volante também é utilizada para nomear aquilo que pode ser facilmente mudado, o que é errante, passageiro, transitório

(SILVA, 1998). O trabalhador bóia-fria não tem local de trabalho e nem patrão fixos, é mobilizado de acordo com as demandas por trabalho existentes³⁵.

As más condições de vida geradas pelo trabalho rural intenso têm presença na rememoração, quando é mencionado que os filhos retornavam cansados, reclamando das dificuldades no trabalho. No entanto, o pequeno pagamento recebido, chamado pelo narrador de “dinheirinho mixuruco”, permite uma frágil estabilidade. O narrador, que já estava superando o revés enfrentado no Paraná, pensava em começar a trabalhar por intermédio do mesmo sujeito que agenciava os filhos, o único trabalho por ele encontrado. A notícia da morte dos filhos acaba com as expectativas projetadas e insere o narrador em outra crise.

O tipo de acidente que vitimou Antônio e Gildásio foi muito recorrente durante as décadas de 1960 e 1970. Na época, era comum os trabalhadores serem transportados em caminhões com a carroceria coberta por uma estrutura de ferro bastante frágil e rudimentar, envolvida por uma lona ou encerado, e que não ofereciam nenhuma segurança. Tais estruturas visavam evitar que os trabalhadores viajassem a céu aberto. Às vezes estruturas semelhantes a bancos eram adaptadas nessas carrocerias para que os trabalhadores se sentassem. Nos casos mais precários não havia nenhuma adaptação, condição que obrigava os trabalhadores a viajarem junto de sacos de adubo, ferramentas e de outros materiais de trabalho. Esse meio de transporte inseguro era conhecido como caminhão de turma³⁶. O trecho do relato que denuncia as más condições do caminhão que transportava os filhos do narrador enfatiza o excesso de trabalhadores transportados e o descaso com a manutenção do veículo. O tombamento do caminhão ocorreu por um problema nos freios.

Alfredo Moffatt afirma em “Terapia de crise: teoria temporal do psiquismo” que as crises traumáticas são consequência de um acidente ou acontecimento não esperado, logo espantoso, de grande impacto. A pessoa é tomada pela crise graças ao caráter imprevisto, não conhecido, da situação que é obrigada a vivenciar. A nova circunstância trazida pela notícia de um acidente coloca a pessoa dentro de uma personagem que não tinha sido antecipada

³⁵ Retomo aqui alguns dos argumentos expostos no capítulo 1: O surgimento desse tipo de trabalhador está relacionado com o processo histórico de concentração da terra e formação de latifúndios que é marcante nas relações de produção no campo brasileiro, e que teve como grave consequência a expulsão dos trabalhadores. O fenômeno da expulsão se agrava a partir do ano de 1963 com a criação do “Estatuto do Trabalhador Rural”. Este estatuto visava estender aos trabalhadores rurais os mesmos direitos adquiridos pelos operários urbanos, como salário mínimo, registro profissional, 13º salário, assistência médica, entre outros. No intuito de não pagar os direitos aos trabalhadores, os proprietários de terras os expulsam, passando a contratá-los de maneira precarizada. Os trabalhadores passam a ser pagos de acordo com a produtividade, e estão sujeitos ao roubo, à violência e à humilhação dos indivíduos contratados para intermediar a relação entre o fazendeiro e o trabalhador.

(MOFFATT, 1983b, p.13-14). Exemplos são as situações de orfandade e de viuvez. A morte de um parente redimensiona as expectativas de vida da pessoa, pois violenta um dos quadros de referência mais importantes na construção da própria identidade, o parentesco.

O parentesco é uma forma que a imaginação simbólica, ou simplesmente o simbólico, tem de estabelecer diferenças ou criar discriminações que permitam aos sujeitos se diferenciarem sincrônica e diacronicamente, no tempo e no espaço. É uma das maneiras que o sujeito tem de estabilizar a experiência da ipseidade, sua e dos outros, das coisas e dos estados de coisas, em meio à variação constante da realidade ou de suas aparências (COSTA, 1989, p.24).

Através das mediações possibilitadas pelo parentesco a pessoa encontra um suporte para conhecer a si mesma e se diferenciar dos outros. O lugar ocupado no parentesco ancora a pessoa na realidade, permitindo uma compreensão inteligível da passagem do tempo e da posição que as coisas e os seres ocupam no espaço. Essa ancoragem cria uma explicação para a origem individual e instaura uma história pessoal. Assim, a pessoa adquire um passado compartilhado, familiar. Além disso, ela cria expectativas compartilhadas de futuro, fazendo projetos que envolvem ela mesma e seus entes queridos. Todos esses aspectos fortalecem a identidade pessoal e criam sentido para a existência, ou, se quisermos, fortalecem a trama cultural de continuidade do eu no tempo. A súbita notícia da morte dos filhos arrebatava esse quadro de referências, atirando o trabalhador em uma nova e desconhecida situação.

Em certos casos, a desorganização da identidade trazida pela crise tem consequências orgânicas, formas de perturbação e de angústia que são corporalmente sentidas. Os exemplos dados por Moffatt são as perturbações cárdio-respiratórias, a opressão, a sensação de ter nós no estômago e garganta, e um estado geral de hipercontração muscular (MOFFATT, 1983b, p. 14). Eis a descrição da expressão orgânica da crise no relato: “botei as mãos na cabeça, fiquei um tempão com aquela dor no peito e veja, moço, só consegui alevantar as vistas e mandar Seu Norberto sentar quando desceram aquelas lágrimas quentes, coisa que eu nunca tinha experimentado na vida” (SAMPAIO, 1979, p.46). A reação é marcada pelo gesto patético de colocar as mãos na cabeça e pela dor no peito que, na lembrança do trabalhador, demorou a passar. A demora sentida decorre da intensidade do sofrimento causado pela situação de crise. Neste tipo de situação o tempo parece paralisado e o sujeito tem a sensação de estar preso no momento presente, ficando desesperado. Para Moffatt, essa palavra sintetiza os aspectos da expressão orgânica da crise. Aquele que está “(des-esperado)” (MOFFATT, 1983b, p.14) já

³⁶ Retomando argumentos do capítulo1: a turma era o grupo de trabalhadores que era levado ao eito no caminhão, e o turmeiro o sujeito que contratava a turma. O turmeiro era responsável pela vigilância e pelo pagamento dos trabalhadores.

não espera nada, pois o futuro à sua frente se mostra vazio. Somente com o choro, reação catártica e inédita na vida do trabalhador, e que se relaciona com o ineditismo da circunstância vivenciada, ele sai da dor e da paralisia subjetiva gerada pela ruptura da trama cultural de sustentação do eu. A esposa, visando auxiliar seu companheiro, se vale da mesma tática por ele utilizada em outros momentos. Argumenta que o acidente é coisa do destino.

Julgo necessário realizar algumas considerações acerca dos usos e sentidos da palavra destino nesse relato. Em sua primeira aparição, conforme já dito, ela funciona como um sintoma, e aponta para a existência de afetos não resolvidos decorrentes das crises e momentos adversos enfrentados no passado. Tais afetos trazem mal-estar e se fazem presentes logo no início da rememoração. As outras vezes em que a palavra é utilizada indicam que essa foi a maneira encontrada pelo trabalhador para entender e explicar a si mesmo as situações que excederam sua compreensão. Nomear como destino é uma maneira de enfrentar aquelas situações. Trata-se de um enlace subjetivo, uma tentativa de criar um limite simbólico para elas. Assim, a geada que queimou seu cafezal, o acidente com o caminhão que matou seus filhos e a condição de aposentado por invalidez são, para ele, responsabilidade do destino. O que os três exemplos citados, e também as outras situações nomeadas como destino têm em comum é a dificuldade de serem incorporadas na própria experiência de maneira causal, a partir de uma explicação lógica, onde um acontecimento é consequência do outro. A gravidade das vivências problematiza a incorporação. Esse procedimento encontrado pelo trabalhador para lidar com as vivências do passado, no entanto, tem um perverso “custo social” (FERNANDES, 1991, p.139) e ideológico. A percepção dos acontecimentos como consequência de um destino ao qual não há como escapar nega qualquer possibilidade de inscrição da trajetória social nos termos da exploração e exclusão geradas pelo sistema capitalista. Essa saída escamoteia o caráter coletivo e de classe das adversidades vivenciadas, impossibilitando uma reflexão que leve até a compreensão da origem social e histórica dos problemas.

A chegada do narrador na cidade de São Bernardo do Campo apresenta aspectos semelhantes à sua chegada em Marília. Nos dois casos, fica patente o caráter desenraizante desses espaços. Isso ocorre porque a cidade é o espaço da ubiquidade do dinheiro (GONÇALVES FILHO, 1998). Nela, ele é necessário para tudo. Isso faz com que as relações sociais sejam despersonalizadas, “refreando a solidariedade para o âmbito privado da família” (GONÇAVES FILHO, 1998, p.20). O bilheteiro e sua esposa serão vítimas desse processo em São Bernardo do Campo. A ausência de vínculos e as dificuldades em arranjar um local para ficar levaram o casal a experimentar grande privação material, tendo de passar a noite na rua.

No início do amanhecer são abordados por Seu Antonio, um migrante pernambucano que se estabeleceu em São Bernardo do Campo, tornando-se militante do Sindicato dos Metalúrgicos. Esse encontro é um exemplo de solidariedade de classe, vínculo social que se coloca na contramão das relações impessoais e frias que caracterizam a grande cidade. Os trabalhadores se reconhecem entre si e criam redes de relações em que se ajudam mutuamente. É o que faz Seu Antônio: dá palavras de incentivo, paga um café da manhã para o casal e sugere que o trabalhador tente se empregar na produtora de carros Volkswagen.

Pois é, ele foi quem me disse: Olha, a Volks tá pegando. Pois entonces, fui até lá na Via Ancheita. Dois dias depois estava trabalhando, não na Volks, porque eles tavam pegando com facilidade era gente para construir aqueles pavilhões que hoje eles estão neles. Apois. Trabalhei como servente, mas não tive a mesma sorte dos outros que mais tarde entraram na Volks tiveram. Um dia, carregando uma lata de massa, pisei em falso, despenquei lá de cima do andaime e quando dei por mim foi três dias depois, todo entevado. Fiquei um ano no seguro. Quando me deram alta, os trocados que recebi como indenização dei de entrada no terreninho que construí este barracão que o senhor tá me dando a honra de entrar nele. E me encostei na Caixa” (SAMPAIO, 1979, p.47).

A queda do andaime, diferentemente dos outros acontecimentos graves que foram rememorados no relato, interferiu na capacidade de trabalho desse homem, afetando de maneira grave sua identidade. O acontecimento inesperado, e por isso traumático, inseriu o trabalhador em um modo de vida limitado pela sequela corporal. A importância desse acontecimento pode ser percebida através da retomada do argumento que estava presente no início do relato. “Se fosse viver do que tiro na Caixa já teria morrido de fome. E os homens já teriam tomado o terreno que ainda tô pagando em prestações” (SAMPAIO, 1979, p.47). Trata-se de um marco material e simbólico em sua vida, que instaurou uma mudança profunda, criando um antes e um depois. Com a queda o trabalhador conheceu a própria morte de perto, como que a atravessou. Sendo um sobrevivente, passou a ter a necessidade de falar sobre sua experiência radical, de dar seu testemunho. Ao colher o relato desse trabalhador, Antonio Possidonio Sampaio propiciou uma situação onde aquele sujeito pode, através da rememoração, realizar uma elaboração da própria experiência.

No fim do relato, o bilheteiro demonstra uma mudança na visão que tem sobre sua própria situação, havendo um crescimento de consciência. Vendo que as fábricas só contratavam sujeitos jovens, ele, com mais de quarenta anos, sente-se velho. A velhice aqui é resultado de aspectos de origem social, havendo um descompasso entre a idade corporal e a percepção subjetiva do próprio corpo. A sensação de velhice, tendo sido imposta por um acontecimento grave e não desejado, está próxima da ideia do “envelhecer”, um estágio da

vida que é considerado desprezível em nossa sociedade (BERLINK, 2000, p.196). Tal situação advém da percepção da disparidade de disposição para o trabalho existente entre os homens jovens e ele, que teve o corpo fragilizado pelo acidente. O acidentado, tal como ocorre com o velho, é obrigado a lidar com “o fantasma da decadência do corpo” (BERLINK, 2000, p.193). Em uma sociedade que se reproduz a partir da exploração do trabalho manual, o velho e o acidentado são estigmatizados como inválidos. A sensação de estar velho, no entanto, não é apontada como responsabilidade do destino. Os donos das fábricas são responsabilizados pela imposição dos estigmas da velhice e da invalidez vivenciados por ele e por muitos outros trabalhadores.

3.2 – A história de J. Alves

O relato de J. Alves traz semelhanças com o relato do bilheteiro. Inicialmente, o trabalhador de 42 anos nascido em Barra da Estiva, no estado da Bahia, relata os deslocamentos espaciais realizados até sua chegada à cidade de São Paulo. No bairro do Brás, após trabalhar e se estabelecer, traz o pai e os nove irmãos para viverem juntos. Com o falecimento do pai, resolve se casar. A narração de suas experiências de viagem por estados e cidades é interrompida por uma reflexão sobre sua situação atual:

Até pouco tempo atrás eu tinha orgulho de ter sido um dos pioneiros da indústria automobilística. O que me resta agora é um desgosto deste tamanho de ter deixado a minha terra. Há mais de um ano ando me batendo por aí, atrás de emprego, inválido e sem saber o que fazer com minha vida, a mulher e três filhos (SAMPAIO, 1979, p.50).

A passagem é marcada por uma ruptura na identidade desse trabalhador. Se um dia ele teve orgulho de trabalhar na indústria automobilística, agora, vivenciando a condição de desempregado e de inválido, se arrepende de toda a trajetória que viveu. Alfredo Moffatt diz que o desemprego interrompe o projeto de futuro (MOFFATT, 2007). A ausência de inserção laboral leva à perda do dinheiro e faz com que o trabalhador veja seu papel social frente à família e amigos ser drasticamente transformado. O desempregado passa por um “processo de dessocialização progressivo” e sofre (DEJOURS, 2007, p.21). Em sua investigação sobre os acidentes de trabalho Amélia Cohn, Ursula Karsch, Sedi Hirano e Ademar Kato perceberam que a ruptura brusca da trajetória de vida causada pelo acidente impõe ao trabalhador uma situação de indefinição social (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.56). O acidentado passa a se perceber e a ser percebido como um pária. Tendo sido expulso da

situação que dava sustentação para sua identidade, e sem ter condições para a reprodução material de sua família, J. Alves não sabe o que fazer de sua vida.

Depois da breve consideração sobre a situação atual, relata sua trajetória na indústria automobilística. A vida nas fábricas é a instância instauradora de sentido no período da trajetória social anterior ao acidente. Aqui, os elementos constitutivos da memória se voltaram para a evocação da vida cotidiana nas fábricas por onde passou, havendo ênfase nos acontecimentos e lugares. Nessa experiência de mais de 15 anos como operário de fábrica as dificuldades vivenciadas têm destaque. As poucas datas que aparecem na disposição causal e cronológica dos acontecimentos servem para situar as adversidades. J. Alves não conta o ano em que começou a trabalhar na Willys Overland, fábrica que se transformaria posteriormente na Ford. No entanto, menciona que no ano de 1961 é mandado embora, para um tempo depois ser readmitido. Menciona também sua resistência em participar da implantação do Fundo de Garantia em 1967, cuja insistência fez com que fosse dispensado em 1968.

A última empresa em que trabalhou foi a Volkswagen. Na época, havia decidido não mais trabalhar em indústrias automobilísticas. Empregou-se nessa fábrica em 1971 por extrema precisão de trabalho. Lá, trabalhou de 13 de abril de 1971 a 14 de junho de 1976, quando foi despedido. O acidente no trabalho, percebido por J. Alves como um acontecimento que acabou mudando a sua vida, foi o motivo que desencadeou o itinerário que culminou em dispensa. Na forma como o período próximo ao acidente é apresentada, é possível notar a imposição de uma organização do trabalho que colocava os trabalhadores em risco. Eles enfrentavam o revezamento quinzenal de turno, no qual trabalhavam 15 jornadas diárias no período diurno e outras 15 à noite. A instituição dos turnos de trabalho “fazia com que o conjunto da vida do trabalhador, mesmo o tempo passado fora da fábrica, fosse organizado (ou desorganizado) em função dos horários impostos pela empresa” (ABRAMO, 1999, p.63). A reordenação da temporalidade da vida, juntamente com a quebra na delimitação natural entre dia e noite gerada pelo escalonamento de turnos de trabalho afetavam a fisiologia do trabalhador, gerando sofrimento. A difícil situação enfrentada era agravada pelas numerosas horas extras:

Naquela época, os homens tavam com uma fome de produção que a peãozada não tinha tempo nem de ir ao banheiro. Os chefes só ali em volta da gente exigindo produção, a linha sem parar um minuto; líder, feitor, mestre supervisor, todo mundo louco querendo mais e mais produção e a gente se enlouquecendo sem tempo pra nada, só produzindo sem tempo pra pensar. Foi assim que um dia, naquela loucura, me abaixei pra pegar uma peça que pesava umas quatro arrobas, sofri um estalo na coluna e não fui homem pra mais nada (SAMPAIO, 1979, p.51).

A lembrança da situação em que o acidente ocorreu é marcada pelo ritmo de trabalho intenso e ininterrupto. Toda a hierarquia de funcionários responsáveis pelo controle do trabalho operário estava presente, cobrando uma produtividade cada vez maior. Eram como loucos e, em sua cobrança incessante, enlouqueciam os operários. A palavra loucura é utilizada para caracterizar a situação em que se machuca. A situação é louca porque impossibilita o trabalhador de pensar, de agir na temporalidade necessária para que a realização do trabalho não lhe traga riscos. Essa situação remete àquilo que Octavio Ianni (1981) designou como jornada de trabalho ao mesmo tempo intensa e extensa, condição que foi constante no período da ditadura civil-militar. Nesse contexto de superexploração do trabalho, no qual o trabalhador é desvalorizado em relação à produção que nunca pode ser interrompida, o acidente de trabalho se torna recorrente.

Concordo com Amélia Cohn, Ursula Karsch, Sedi Hirano e Ademar Sato quando dizem que o acidente de trabalho é uma forma de violência. A brutalidade não se resume ao acidente em si e nem às circunstâncias em que ele ocorre. Para os autores e autoras, essa violência “se estende ao longo do processo de tratamento e à trajetória institucional que o acidentado é obrigado a percorrer” (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.52). Essa trajetória é marcada pela negação de sua cidadania, negação que decorre não apenas do mau trato das instituições, mas que se enlaça a um fenômeno mais grave: “o de seu não-reconhecimento pela própria sociedade” (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.52-53). No caso de J. Alves, o não reconhecimento da gravidade de sua situação se inicia na fábrica.

Me queixei ao líder. Nem deu bola. Reclamei ao capa amarela, também não ligou. Sorte que logo veio a hora do almoço, se não eu não sei o que seria de mim. Lá, o médico me receitou umas pílulas e me mandou pro INPS, onde fiquei trinta dias. Na volta me fizeram uma entrevista, o médico mandou tirar umas chapas e me enviou pra recolocação. Ah, ia me esquecendo de contar meu padecer depois do acidente. Meu supervisor, um ignorantão, de nome Celso, até me ofendeu: Deixa de ser frouxo, rapaz! [...] Pois é, o tal de Celso depois de me dizer aquele desaforo, foi em frente e quando um capa azul disse que eu estava mal, veja a resposta dele: Não quero nem saber. E depois do almoço me encaminhou para a segurança” (SAMPAIO, 1979, p.51-52).

Estamos diante do relato de alguém de que foi maltratado por outras pessoas. Os funcionários responsáveis pelo controle do trabalho operário que foram mencionados, quase sem exceção, ignoraram a queixa de J. Alves. Essa postura vai ao encontro das reflexões da socióloga Laís Abramo. Em sua investigação sobre a vida nas fábricas demonstrou como em algumas das grandes montadoras de automóveis na cidade de São Bernardo do Campo a maioria dos chefes e supervisores era formada por trabalhadores antigos nas empresas, “que

havia ascendido a esses postos por causa de sua adesão às normas disciplinares e organizacionais” (ABRAMO, 1999, p.107). A função das chefias era “manter a disciplina e velar pelo cumprimento das metas de produção” (ABRAMO, 1999, p.106). Visando cumprir a função, os chefes oprimiam os trabalhadores de maneira intensa. Os direitos básicos eram desrespeitados, havendo violência contra a saúde física e psicológica. Exemplar nesse sentido foi a atitude do supervisor Celso, que se valeu do discurso da virilidade para atacar o trabalhador machucado.

Em suas reflexões sobre a questão, Christophe Dejours afirma que a virilidade é medida pela “violência que se é capaz de cometer contra alguém, especialmente contra os que são dominados” (DEJOURS, 2007, p.81). Ainda segundo o autor, o homem viril “é aquele que não hesita em infligir sofrimento ou dor a outrem, em nome do exercício, da demonstração ou do reestabelecimento do domínio e do poder sobre o outro, inclusive pela força” (DEJOURS, 2007, p.81). A postura viril apresenta afinidades com o comportamento dos chefes nas fábricas automobilísticas brasileiras na década de 1970. A opressão ao trabalhador por parte dos chefes era a maneira encontrada para negar a posição anteriormente ocupada. O ato de oprimir não só fortalecia a identidade social do chefe, como era uma recusa à possibilidade de retornar à condição de subordinado. Esse ato também pode ser entendido como uma maneira de descontar nos trabalhadores o esforço despendido na própria trajetória ascensional (ABRAMO, 1999, p.107). No caso em questão, o discurso viril tem um caráter ambivalente. Ao chamar J. Alves de frouxo, Celso visa demonstrar seu próprio poder como supervisor, coagindo o trabalhador a não abandonar a produção. Por outro lado, a expressão utilizada por Celso visa rebaixar o trabalhador ao colocar em dúvida sua identidade como homem. Isso ocorre porque nas sociedades capitalistas a virilidade é tida como um atributo sexual. Assim, a condição de ser homem está imbricada às noções de força, poder, e coragem. Nessa lógica, o sujeito frouxo é o sujeito pouco viril, covarde, medroso. Faz parte do grupo daqueles que não dão conta do trabalho pesado.

A postura do supervisor Celso exemplifica um perverso efeito gerado pela divisão social do trabalho no capitalismo. A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual gerou um grupo formado por aqueles que mandam e outro formado por aqueles que obedecem. Para Gonçalves Filho (1998), aqueles que fazem parte do primeiro grupo, por terem deixado de lado as mãos, agem como se não houvessem obstáculos a vencer. Não hesitam em reduzir “outros homens a uma coisa inerte, sem limites, sem resistência, sem presença. Quem manda, arrasta. E arrasta porque é arrastado pela embriaguez de um poder ilimitado que imagina possuir” (GONÇALVES FILHO, 1998, p.59). A divisão social do trabalho no capitalismo

forma homens viris e perversos. A atitude de Celso traz consigo outro aspecto recorrente nas relações entre chefia e trabalhador existentes nas fábricas de São Bernardo do Campo naquele período: as “chefias costumavam acionar imediatamente a segurança na ocorrência de qualquer conflito com os trabalhadores” (ABRAMO, 1999, p.110). É o que acontece. Após ser mandado para segurança, J. Alves passará por uma trajetória que, em suas palavras, não lhe sai da memória.

Nos três dias seguintes, fui à segurança e eles lá me deixando de castigo. Após o ponto, eu ia direto pra lá e junto com outros companheiros ficava ali de castigo, esperando, esperando... Lá pelas tantas, aparecia um sujeito e perguntava: O que o senhor está fazendo aqui? E desaparecia. Depois vinha outro, mais outro, mais outro e sempre a mesma pergunta. E nós ali feito bobos, torcendo de dor. No terceiro dia, me disseram: O seu caso não é com a segurança. E me encaminharam ao advogado, que ficou me enrolando mais três dias. Um tal de Dr. Artur que me mandou para um tal de Dr. Firmino, o ortopedista, que me deitou numa cama e queria que eu levantasse os pés de qualquer jeito. E com aquelas dores horríveis só tive que recusar. E o doutor se queimou e me mandou de volta pro setor, o 1055, alegando que eu não tinha nada e por cima ainda havia recusado a fazer o exame: E ainda disse prum de branco que estava estagiando com ele: Simulação. Pura simulação. E lá fui eu pro setor. Quando soube da informação do médico, o chefe tornou a repetir: Não quero nem saber. E me mandou de novo pra segurança, que me enrolou por mais uma semana e finalmente me mandaram tirar várias chapas no Hospital Bartira. Depois de toda essa encheção de saco, foi que resolveram me por na Caixa. E quando voltei, sem estar curado, me puseram no olho da rua (SAMPAIO, 1979, p.52).

A saúde do trabalhador depende da organização do trabalho, instância sobre a qual o operário não tem nenhum controle (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.75). Como vimos, a condição de trabalho na qual J. Alves se acidentou era pautada pela superexploração. Esse tipo de organização coloca a produção em primeiro plano, expondo os trabalhadores ao risco. Os acontecimentos relatados na passagem citada vão ao encontro de uma característica recorrente em casos de acidente de trabalho: a perda da individualidade e do controle do próprio destino (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.118). Essa característica é facilmente percebida pela quantidade de vezes em que J. Alves é deslocado de um lugar para outro após ser mandado para a segurança.

O início da trajetória desastrosa após o acidente acontece dentro da própria fábrica, na maneira pela qual é tratado por seus chefes. O tratamento recebido por J. Alves pode ser lido como uma figuração da luta de classes no universo das microrrelações. A atitude do supervisor Celso em não querer saber do problema do trabalhador acidentado remete àquilo que Edmundo Fernandes Dias chamou de “Discurso do Poder” (DIAS, 2012, p.9). Quem exerce esse tipo de fala são aqueles que detêm o comando. Trata-se, para o autor, “de um

discurso oficial, institucional” (DIAS, 2012, p.9). Esse tipo de ação exemplifica a forma privilegiada da política exercida pelos dominantes: o silenciamento do subalterno. O que ocorreu com J. Alves no setor de segurança vai além do silenciamento, deve ser entendido como uma forma de tortura. Georges Canguilhem afirma que a tortura é o sofrimento infligido para obter revelação (2005, p.33). No caso da tortura infligida a J. Alves, o sofrimento teve a função de o deslegitimar, negando sua voz e sua queixa sobre o acidente. A pergunta que lhe foi repetidamente feita visava sua desqualificação como pessoa portadora de uma história e de saberes acerca do próprio corpo. Esse tipo de situação era recorrente com operários mandados para a segurança em fábricas na cidade de São Bernardo do Campo nos anos 1970. Uma vez mandado para lá, o trabalhador não tinha direito a voz. Estava ali para ser acusado, passava a ser vítima de um processo semelhante a um inquérito policial.

Era feito um “boletim de ocorrência”, e a “apuração” do caso demorava, às vezes, uma semana, dez dias, durante os quais o trabalhador não podia marcar o cartão de ponto e tinha que ficar o dia inteiro sentado naquele local, sendo interrogado e esperando a “sentença” final (ABRAMO, 1999, p.110).

Um dos operários entrevistados por Laís Abramo se referiu a esse processo como uma forma de tortura psicológica, demonstrando como a militarização da sociedade no período da ditadura civil-militar afetava as relações sociais nas fábricas.

A situação de acidentado transformou J. Alves em um estorvo para a organização da produção. Era como uma peça com defeito, fora dos padrões e das normas da fábrica. Ele estava sendo castigado por ter reclamado. Como nos mostra Edmundo Fernandes Dias, a norma é uma convenção, não um fato de natureza (DIAS, 2012, p.42). O indivíduo ou o grupo que detêm o poder fazem a norma e a normalidade, determinando assim o que é certo e o que é errado através de uma racionalidade imposta de cima para baixo. A norma é a instância que define as formas de intervenção das classes, dos indivíduos e das organizações no real (DIAS, 2012, p.44). “As instituições, *locus* privilegiado das lutas de classe, criam uma série de mediações e de gestores para dar sentido e direção à racionalidade dos dominantes, visto ser impossível (mesmo sob as ditaduras) o domínio como pura coerção” (DIAS, 2012, p.44, grifos do autor). O supervisor Celso e os outros sujeitos que torturaram J. Alves fazem parte desse grupo de gestores. Eles são os primeiros a definir J. Alves como um sujeito desviante. Sendo assim considerado, será enlaçado nas malhas de poder das duas outras instâncias que visam a manutenção da norma: o direito e a medicina. “Entre nós, o *desviante*, aquele que se encontra fora ou no limite da norma, é mantido no interior ou da ideologia médica ou da judiciária que conseguem contê-lo, explicá-lo e controlá-lo” (BASAGLIA apud DIAS, 2012, p.44, grifos do autor). O advogado Artur e o ortopedista Firmino ocupam a função de

técnicos, figuras intermediárias responsáveis pela manutenção da norma. Para o psiquiatra Franco Basaglia a tarefa dessas figuras intermediárias é mistificar, mediante o tecnicismo, a violência institucional. Assim, através de sua prática, visam fazer com que “o objeto da violência se adapte à violência de que é objeto” (BASAGLIA apud DIAS, 2012, p.47). O jogo de forças existente entre a pessoa enquadrada como desviante e a figura intermediária está presente no encontro de J. Alves com o médico Firmino.

O acidente de trabalho atinge em cheio o projeto de vida dos trabalhadores. Embora o trabalhador acidentado seja tratado como um ônus para a sociedade é sobre ele que recai o ônus do acidente (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.121). J. Alves se vê impossibilitado de trabalhar, e ainda por cima sente dor. O filósofo e médico Georges Canguilhem afirma que o sofrimento, a redução de uma atividade habitual escolhida ou obrigada e o enfraquecimento orgânico são constitutivos de um estado de mal (GANGUILHEM, 2005, p.25). A lesão na coluna, mesmo não sendo uma doença propriamente dita, leva o sujeito a se sentir mal, fraco, doente. Isso ocorre porque ela afeta a saúde do sujeito. A lesão é subjetivamente vivenciada por J. Alves como uma doença, na maneira pensada por Canguilhem (2005, p.63): indo além da limitação do poder físico da pessoa, a doença é também um drama de sua história.

Quando um sujeito acidentado tem a possibilidade de ser atendido por um médico, ele passa por uma mudança em seu estado subjetivo. Ocorre a passagem do tempo da desesperança para o tempo da “esperança clínica” (COHN; HIRANO; KARSCH; SATO, 1985, p.121). A pessoa que procura os serviços de um médico espera ser auxiliada, quer receber a cura para seu problema. A etimologia da palavra cura vai ao encontro das expectativas daqueles que procuram o médico: “curar é proteger, defender, munir, quase militarmente, contra uma agressão ou uma sedição. A imagem do organismo aqui presente é a de uma cidade ameaçada por um inimigo exterior ou interior” (GANGUILHEM, 2005, p.52). A noção de cura também se relaciona com o sentido de conservação e abrigo.

No entanto, a relação entre médico e paciente pode configurar uma forma de dominação. “Na produção de “diagnósticos”, o médico – “detentor de uma norma da qual o enfermo, a priori, resulta o infrator”, atua (consciente ou inconscientemente) na construção do ocultamento das contradições sociais” (DIAS, 2012, p.45). É o que acontece na relação estabelecida entre o médico Firmino e J. Alves. Mediante o amparo da institucionalidade de sua condição de médico, Firmino lança mão da norma para submeter J. Alves a um procedimento inadequado e violento. Inicialmente, o trabalhador é negado enquanto sujeito capaz de expressar (CANGUILHEM apud JODELET, 2009, p.703) as características de seu

problema de saúde e de sua dor. Assim, a narrativa dos acontecimentos que levaram ao acidente e a compreensão que J. Alves elaborou sobre a lesão sofrida são desdenhadas. Além disso, o descaso se mostra no procedimento analítico escolhido pelo médico para examinar seu paciente. Frente à incapacidade do trabalhador em realizar o procedimento, o problema de saúde é dado como inexistente. J. Alves é desqualificado e acusado de mentiroso.

A forma pela qual o supervisor, o advogado e o médico trataram J. Alves apresenta características comuns. Nas três situações o trabalhador foi excluído do “âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra” (GONÇALVES FILHO, 1998, p.15), sendo impedido de se manifestar. Esse tipo de circunstância caracteriza uma situação de humilhação social, levando o sujeito a sentir o valor próprio rebaixado. Na trajetória institucional vivenciada por J. Alves fica evidente como profissionais de diferentes áreas, portadores de saberes distintos, podem se articular para a criação de uma malha normativa que deslegitima o trabalhador. Após ser despedido do emprego, usará o dinheiro dos direitos trabalhistas no pagamento de dívidas e na finalização da casa construída em regime de mutirão.

Aos trabalhadores, que são sujeitos que não detém posses, resta apenas vender sua força corporal como mercadoria. Essa posição imposta pela sociedade de classes faz com que a saúde seja vista como uma virtude fundamental e de grande impacto na subjetividade. Em outras palavras, a segurança psicossocial dos trabalhadores anda junto com a saúde do corpo (FILHO, 1998, p.26). A perda da força corporal fez de J. Alves um sujeito aflito, humilhado e coisificado. O resultado negativo das outras tentativas de se aposentar por invalidez reforçaram o mal-estar. Sua preocupação afeta a forma do relato, já que por três vezes a falta de perspectivas decorrente da condição de desempregado e inválido é mencionada. Essa repetição demonstra como a perda da capacidade de trabalhar atira o sujeito em uma situação inesperada, com a qual tem dificuldades de lidar. Não podendo planejar, o sujeito fica desorientado, à deriva. Não sabe o que fazer da vida.

3.3 – A história de Zózimo

Neste momento a investigação se volta para a última parte do livro “A capital do automóvel: na voz dos operários”, de Antônio Possidonio Sampaio, nomeada pelo autor como “A voz dos novos”. É uma parte diferente das outras por se tratar do registro de um encontro de trabalhadores. O trabalhador que relata a mudança de vida trazida pelo acidente de trabalho não é amparado apenas pela presença de Antônio Possidonio Sampaio, mas pelas presenças e intervenções de outros trabalhadores que ouvem e comentam sua narrativa. Há uma

modificação no uso do testemunho aqui, pois a elaboração da experiência acontece de forma coletiva. O encontro de trabalhadores propicia um espaço de troca de experiências.

Meu objetivo ao investigar o encontro é discorrer sobre os aspectos terapêuticos e de formação presentes na atividade. A conversa entre os trabalhadores permite que diferentes aspectos da vida cotidiana sejam expostos e debatidos, em um espaço onde todos os presentes podem falar, sugerir e discordar. Cada um deles contribui para a formação do outro, aumentando o próprio repertório de saberes sobre a condição operária e também sua consciência de classe. A meu ver, a situação apresenta o esforço desses homens e mulheres em se fazer como classe operária, é um exemplo de autoatividade da classe. Esta, na visão de Edward Palmer Thompson, “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2004, p.10). O historiador inglês enfatiza o sentido de partilha de experiência e de interesses que permite a formação da classe operária. São pessoas que fazem parte de uma mesma “comunidade de destino”, (BOSI, 2004), pois experimentaram em seus corpos, subjetividades e em seu cotidiano o mal-estar e a violência trazidos pela posição que ocupam no sistema capitalista. Ao falarem entre si sobre esse universo comum conhecem mais, imaginam maneiras de ir além daquilo que está dado. Antônio Possidonio Sampaio dá mostras de ter percebido as potencialidades do encontro de trabalhadores ao usar como epígrafe para “A voz dos novos” os últimos oito versos do poema “O operário em construção”, de Vinícius de Moraes.

Uma esperança sincera
 cresceu no seu coração
 e dentro da tarde mansa
 agigantou-se a razão
 de um homem pobre e esquecido,
 razão porém que fizera
 em operário construído
 o operário em construção (MORAES, 1962, p.92).

O poema de Vinícius de Moraes é uma das mais bem realizadas figurações da luta de classes na literatura brasileira. A oposição de interesses entre burguesia e proletariado é representada através das visões de mundo do patrão e do “operário em construção”, que é o protagonista do poema. O patrão apresenta uma visão de mundo engessada, autocentrada, típica daqueles que querem perpetuar a ordem vigente e se manter no poder. Já o operário porta uma visão de mundo dinâmica, aberta, voltada para a construção de novas relações sociais e novas formas de sociabilidade. Ambos percebem o mundo como algo que lhes

pertence. O patrão vê os objetos da realidade como produtos prontos, que a ele foram dados. A necessidade de afirmar seu modo de vida o faz negar o trabalho, faz com que não veja esta atividade como a relação entre homem e natureza responsável por transformar a realidade e gerar a riqueza da qual se apropria. Em oposição ao patrão, o operário percebe o mundo que o cerca como fruto de seu trabalho e do trabalho daqueles que, como ele, também usaram as mãos para transformar a realidade. Assim sendo, o que existe não lhe foi dado, mas conquistado por seu esforço.

De certa forma os versos de Vinícius de Moraes ecoam as considerações de Edward Palmer Thompson acerca da classe operária. Como a classe que está se fazendo, que está em formação, o operário está em construção. Ele anseia por um mundo melhor e medita sobre maneiras de alcançar esse mundo, de forma que indivíduo e classe estejam aptos a modificarem a realidade e modificarem a si mesmos. Os versos citados por Antonio Possidonio Sampaio captam o aspecto dinâmico da vida do trabalhador e de sua classe. A questão da mudança é fundamental para entender o relato do prensista acidentado Zózimo.

– Trabalho desde os dezesseis anos mas só agora que perdi este braço comecei a pensar na vida. Antes não me sobrava nem tempo de parar para pensar. Saía cedo de casa pra pegar às sete em São Bernardo. Largava às dezessete, mas quando comecei a fazer planos pra me casar, tive que trabalhar três horas extras por dia. Já ia ficar noivo quando numa boca de noite minha ilusão foi pro brejo. A prensa esmigalhou meu braço direito e tive vontade de sumir de casa, da frente da mina que namorava e dos conhecidos... Depois da alta, me deram este aparelho, mas foi duro, muito duro recuperar a vontade de viver. Ao retornar ao trabalho, entreguei uma carta do seguro ao departamento de pessoal, mas a recomendação pra me colocar num serviço compatível os homens não acataram não. E fui pra rua e até hoje não consegui o tal emprego compatível não. Lá no sindicato me disseram que nada podiam fazer contra os homens porque a lei não proíbe que o patrão mande o empregado acidentado embora. E agora to aí recebendo essa mixaria de auxílio-acidente, correspondente a 40 por cento do salário que ganhava no dia do acidente. Com os traçados que recebi do Fundo de Garantia, ainda pensei em comprar as coisas que eu precisava pra me casar, mas logo comecei a sentir que a mina já não era a mesma. Bem, também mudei bastante, nego não. E a vontade foi diminuindo, diminuindo, até que chegou um dia em que eu mesmo tomei a iniciativa: Olha, nega, é melhor a gente pegar umas férias... Você fica livre que eu vou cuidar de mim. Ela sentiu muito, chorou, mas seis meses depois tava namorando com um cara lá da vila e até parece que vão se casar logo! (SAMPAIO, 1979, p.83-84).

Como nos outros relatos investigados, o acidente de trabalho interrompe o desenrolar da vida, instaurando um marco material e simbólico. No caso de Zózimo, o acidente gerou uma desautomatização na apreensão do cotidiano, trazendo a possibilidade de reflexão sobre a relação com o trabalho. Antes do acontecimento inesperado a organização social da existência

estava marcada pela temporalidade imposta pela fábrica. Até o projeto de se casar, que deveria significar a abertura para novas experiências, teve como consequência o mergulho em uma relação mais estreita com a temporalidade regida pelo trabalho. Para levantar o capital necessário ao casamento, Zózimo passou a fazer três horas extras por dia. O aumento das horas em atividade leva os trabalhadores a não conseguirem descansar o suficiente para enfrentarem as jornadas extensas e repetitivas, condição que impossibilita a atenção necessária para a lida com a máquina e leva ao acidente. Nesse sentido, é plausível pensar que o aumento da jornada de trabalho diária foi um dos fatores que contribuiu para que o prensista se ferisse na máquina.

Com as horas extras Zózimo experimentou o processo de “aceleração” (KEHL, 2009, p.18) de seu modo de vida, fenômeno que tornou sua relação com o tempo ainda mais brutalizada. Para Maria Rita Kehl a atual velocidade dos acontecimentos da vida é um grande problema, pois traz perigo físico e empobrece a vida psíquica dos sujeitos. A psicanalista diz que mal nos damos conta dela, “a banal velocidade da vida, até que algum mau encontro venha revelar a sua face mortífera. Mortífera não apenas contra a vida do corpo, em casos extremos, mas também contra a delicadeza inegociável da vida psíquica” (KEHL, 2009, p.17-18). Os aspectos negativos da velocidade dos acontecimentos da vida estão presentes no relato de Zózimo. Inicialmente o trabalhador se queixa que em sua rotina anterior ao acidente não lhe sobrava tempo de parar para pensar. É como se a vida psíquica de Zózimo estivesse sempre voltada para o desempenho necessário ao cumprimento de sua jornada como prensista. A falta de tempo para pensar sinaliza uma vida psíquica pobre, na qual o modo subjetivo que tem maior presença é a atenção. O trabalho com a máquina é o exemplo por excelência da relação da pessoa com a velocidade dos acontecimentos nas sociedades capitalistas. O trabalhador é obrigado a realizar os movimentos cobrados pela máquina na temporalidade inumana por ela ditada. Caso falhe, o castigo é imediato e doloroso. O mau encontro que revela a face mortífera da velocidade da vida chegou ao prensista na forma do acidente.

Zózimo não menciona a dor física em seu relato, a ênfase recai nos aspectos psicológicos. Após ter o braço “esmigalhado” sua vontade foi desaparecer, não mais ser visto pelos familiares, conhecidos e namorada. A grande dificuldade do rapaz de 22 anos foi recuperar a vontade de viver. Anteriormente defendi que a capacidade de trabalho é um dos principais alicerces da identidade do trabalhador. O acidente rouba subitamente essa característica e coloca a vítima em uma nova e desconhecida posição. A situação é traumática pela força do choque que invade o sistema perceptivo e traz grande dano ao corpo, e é traumática também pelo fato de inserir o trabalhador em um papel não previsto. Não sabendo

como agir após o mau encontro, sentiu vontade de fugir. A reação de Zózimo tem semelhanças com a reação do bilheteiro ao se deparar com o cafezal destruído, pois ambos sentiram necessidade de ir embora.

O acidente na prensa tem uma especificidade em relação aos acidentes anteriormente discutidos. Ele alterou a imagem corporal de Zózimo, que foi obrigado a utilizar uma prótese para substituir o braço ofendido. O psicólogo Alfredo Moffatt (1983b) diferencia o corpo da consciência. Esta, como vimos, é pontual e descontínua. É uma construção cultural imaginária, diferente a cada instante em que se sucede. Já o corpo é nossa dimensão no espaço, sua característica é a continuidade. Os psicólogos Enrique Pichon-Rivière e Ana Quiroga sustentam que o corpo é o lugar do sujeito, aquilo que lhe é mais próprio, menos alheio e menos antagônico (PICHON-RIVIÈRE; QUIROGA, 1998, p.25). É através de nosso corpo que somos olhados pelas outras pessoas. Com o ferimento, o prensista passou a estranhar o próprio corpo, tendo de reestruturar a autopercepção corporal. Além disso, tornou-se portador de um estigma, um signo estranho que destoa do restante de seu corpo e remete à situação que o feriu. Ele foi inserido no grupo dos sujeitos que sofrem o efeito do fenômeno que Alfredo Moffatt denominou de transparência ou visibilidade social, ou seja, o grupo daqueles que podem ser identificados por seu aspecto físico exterior (MOFFATT, 1983a, p.80). O estigma trazido pelo acidente contribuiu para o processo de dessocialização do trabalhador, que se viu impossibilitado de manter os marcos sociais que ancoravam o sentido de sua vida.

O processo de dessocialização se enlaça a questões materiais e afetivas, atirando o trabalhador em uma situação de desamparo: a fábrica o descartou qual uma peça quebrada que não tem mais serventia; a lei que deveria garantir a realocação em um serviço compatível com seus problemas se mostrou ilusória; enfrentou o empobrecimento material trazido pela baixa remuneração do auxílio-acidente; sentiu-se incapaz de continuar o relacionamento amoroso. A perda dos vínculos abala sua identidade de trabalhador, impondo uma espécie de outridade e o obrigando a rever seus projetos. A situação de Zózimo é recorrente no campo de estudos do testemunho. Pessoas que passaram por uma experiência traumática como o acidente de trabalho sentem necessidade de falar, pois o exercício de dispor a lembrança do acontecimento de grandes proporções em um relato é uma maneira de organizá-lo, de criar para ele uma forma que o limite simbolicamente. Para que isso ocorra, é fundamental que a pessoa que está enfrentando o trauma encontre alguém disposto a ouvir a narrativa do infortúnio vivido. O contato entre narrador e ouvinte cria um espaço intersubjetivo que fortalece a pessoa oprimida, sendo instaurada uma situação de acolhimento.

O encontro de trabalhadores potencializa a “dimensão terapêutica” (FERNANDES, 2001) presente na narrativa de testemunho por permitir ao narrador da experiência traumática ser ouvido por várias pessoas simultaneamente. Assim, a configuração criada pelo encontro de trabalhadores viabiliza a elaboração coletiva da experiência excessiva. Outro aspecto que reforça as possibilidades terapêuticas do encontro de trabalhadores é a horizontalidade da situação. Essa maneira de se comunicar está na contramão da relação vertical entre patrão e empregado que ocorre na fábrica, onde o primeiro manda e o outro obedece. Zózimo está com seus pares, sujeitos que conhecem a condição operária e são “detentores dos mesmos códigos de fala” (COSTA, 1989, p.41). Trata-se de uma situação que propicia o acolhimento, como pode ser percebido nas intervenções dos companheiros Amadeu e Marina. Diz o primeiro: “– Também tive vontade de sumir quando fui acidentado...” (SAMPAIO, 1979, p.84). Já Marina pergunta: “–E como você se sente?” (SAMPAIO, 1979, p.84). Amadeu se reconhece no depoimento de Zózimo, e propicia a este trabalhador um apoio para lidar com a sensação de outridade gerada pelo acidente. Na relação entre Zózimo e Amadeu o aspecto terapêutico da narrativa afeta narrador e ouvinte, pois ambos se reconhecem como vítimas da mesma forma de opressão. Quanto à indagação de Marina, ela ampara Zózimo em sua necessidade de narrar, pois a operária se interessa pela história, quer saber como o pensista entende a nova situação imposta pelo acidente.

As intervenções dos outros trabalhadores envolvem Zózimo em um “sentimento de pertença” (PICHON-RIVIÈRE; QUIROGA, 1998, p.41) à classe trabalhadora, a partir de um trabalho realizado a várias vozes e cuja forma remete ao mutirão. O efeito terapêutico do encontro de trabalhadores é reconhecido pelo pensista:

– Depois que desmanchei o namoro, senti bastante as coisas mudando. Mas quando comecei a frequentar o sindicato e a discutir com outros acidentados problemas que desconhecia antes, percebi que os velhos, meus irmãozinhos, minha irmã e os colegas não estavam contra mim não, como cheguei a pensar... (SAMPAIO, 1979, p.87).

Os encontros com outros trabalhadores aparecem no relato como uma prática que barra o processo de dessocialização e reinsere Zózimo na vida social. Ao conversar com outros acidentados o pensista toma contato com novas questões e compreende melhor sua própria condição. Enrique Pichon-Rivière e Ana Quiroga veem como efeitos do sentimento de pertença a um grupo a obtenção de uma identidade e a superação da solidão e do desamparo (PICHON-RIVIÈRE; QUIROGA, 1998, p.41). A superação mencionada pelos psicólogos pode ser percebida no momento em que Zózimo conta ter reavaliado as relações estranhadas que havia vivenciado com a família depois do acidente. O que está em jogo aqui é a

reformulação de sua identidade. O escritor Eduardo Galeano escreveu que a identidade não é uma peça de museu quietinha na vitrine, “mas a assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia” (GALEANO, 2005, p.123). Nesse sentido, a identidade é uma instância aberta ao movimento e à mudança, é a síntese dos aspectos antagônicos que perpassam a vida das pessoas, está sempre em construção. Com a troca de experiências vivenciada nos encontros Zózimo consegue elaborar sua situação e transformar a própria identidade. Esta, agora, também é orientada por seu pertencimento ao coletivo da classe trabalhadora. Os companheiros de classe amparam o processo de construção de novos vínculos de sustentação do sentido da existência de Zózimo, possibilitando a este trabalhador enfrentar a situação traumática e retomar a própria vida.

Consideração finais

Enquanto realizava leituras para a escrita desta pesquisa me deparei com um artigo noticiando que na Argentina pelo menos 12 julgamentos de militares por crimes cometidos durante a ditadura militar naquele país, que ocorreu entre 1976 e 1983 estavam em andamento. O artigo me fez pensar em como a sociedade brasileira ainda engatinha na necessária investigação de seu passado autoritário e das formas de violência que ocorreram durante a ditadura civil-militar brasileira.

No Brasil, a Lei da Anistia imposta pelo governo militar ainda vigora, protegendo militares, policiais e membros da sociedade civil que participaram direta ou indiretamente de atos de violência grave como sequestros, torturas, estupros, além das várias formas de homicídio. Não bastasse esta situação, os setores da sociedade civil que tentam investigar os arquivos que contém documentos sobre os acontecimentos do período ditatorial se deparam com a resistência das forças militares e das agências estatais em abrir os arquivos, ou mesmo em permitir o acesso a arquivos já abertos. Frente a esse contexto, as narrativas realizadas por trabalhadores e por escritores a eles solidários se mostraram como fontes imprescindíveis para o conhecimento das condições de vida da classe trabalhadora naquele período. Os casos trabalhados nesta pesquisa devem ser entendidos como uma mostra de um campo de estudos ainda pouco explorado, e que muitas contribuições pode trazer para o conhecimento e compreensão de nosso passado recente.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade no ano de 2012 foi uma importante iniciativa do Estado brasileiro, mas ainda bastante tímida tendo em vista a gravidade dos acontecimentos relacionados ao governo militar. Apesar dos impedimentos encontrados pela Comissão Nacional da Verdade, o trabalho realizado até aqui revela o caráter classista do sistema de poder militar que se instaurou no Brasil em 1964. Além da repressão violenta direta aos trabalhadores e trabalhadoras, havia

um quadro mais amplo em que constavam intervenções nos sindicatos, prisões de lideranças sindicais, proibição de greves, ríspida contenção salarial, superexploração da força de trabalho para além das condições conhecidas e penetração bárbara do capital internacional no Brasil (QUEIROZ, 2013).

O quadro apresentado por Fábio José C. de Queiroz sugere que eram muitas as formas de repressão à organização e às condições de existência da classe trabalhadora. Esta enfrentava uma política salarial estatal extremamente opressora que, sob a justificativa de combater a inflação, “na prática consolidou-se como uma política de crescente exploração dos

assalariados, principalmente operários” (IANNI, 1981, p.62). Por meio da política salarial, o Estado autoritário impedia os trabalhadores de influenciarem ou alterarem os níveis salariais. A política salarial e a superexploração do trabalho tinham consequências diretas na saúde do trabalhador. “Ao lado do excesso de trabalho, e da baixa remuneração, surgem o cansaço, o esgotamento de energias, a doença” (IANNI, 1981, p.81). Ainda segundo Octavio Ianni, na base das condições de existência da classe trabalhadora estava a jornada de trabalho muito intensa, muito extensa, ou, como ocorria muitas vezes, uma jornada de trabalho simultaneamente extensa e intensa. Esta situação fez com que milhões de trabalhadores sofressem acidentes de trabalho.

A repressão no interior das fábricas, somada à intervenção dos sindicatos e à Lei antigreve, que praticamente fazia qualquer tipo de manifestação ser ilegal, transformavam as formas de resistência operária em atividades difíceis de serem realizadas e bastante arriscadas. Mesmo assim, os trabalhadores conseguiram realizar greves de grande porte durante o período da ditadura civil-militar, além de apresentarem outras formas de resistência. A repressão e a violência também marcaram o cotidiano dos trabalhadores rurais, com o agravante de que as ações criminosas realizadas por forças militares, policiais e sujeitos contratados por donos de terras para controlar e disciplinar o trabalho no campo eram mais facilmente acobertadas. Como disse no ano de 2013 a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, “a história dos trabalhadores rurais é um relato que incomoda e, por causa disso, não está bem representada nos museus existentes no estado de São Paulo” (2013). Extrapolando um pouco a afirmação da autora, podemos dizer que o mesmo ocorre com a história da violência contra a classe trabalhadora e contra as populações indígenas no Brasil. É uma história que incomoda e por isso gera resistência por parte dos setores civis e militares que se beneficiam do esquecimento e do silêncio.

A condição de pesquisador possibilitou a mobilização de minha atenção e de minhas palavras para dar voz e visibilidade a sujeitos que foram vitimados em decorrência de sua condição de classe. Tentei agir de maneira semelhante aos intelectuais solidários que investiguei. Como Murilo Carvalho, Roniwalter Jatobá e Antonio Possidonio Sampaio, me coloquei na posição de interlocutor dos trabalhadores. As teorias utilizadas viabilizaram o tratamento interpretativo das narrativas. Estas foram enlaçadas em uma forma simbólica possibilitada pelo trabalho investigativo e, mediante este trabalho de pesquisa, passadas adiante. Ainda em relação a questões de método e também em relação ao meu posicionamento político ao realizar a pesquisa, devo salientar que foram questões do presente que me levaram a investigar o passado recente.

A violência originária da ditadura mantém-se atualmente, seja nos atos de tortura ainda praticados nas delegacias, seja na suspensão dos atos de justiça contida no simbolismo da anistia, aceita pelas instituições do Estado como recíproca, como se agindo em favor das vítimas e dos opositores, bem como dos torturadores. A memória dos anos de repressão, por ter sido silenciada nos debates de transição, delimita um lugar inaugural de determinada política. Cria valores e práticas herdadas na democracia e que permanecem, de modo objetivo e subjetivo, subtraídos dos cálculos da razão política. Se alguns países latino-americanos dedicam-se hoje à criação de novos investimentos em direitos humanos, o Brasil mantém-se como modelo de impunidade e mal começa a seguir a política da verdade histórica (TELES, 2013, p.29-30).

O caso Amarildo pode ser tomado como um exemplo da permanência da violência originária da ditadura civil-militar. Ele, um trabalhador pobre e morador da favela da Rocinha foi ilegalmente preso e torturado. Seu corpo ainda não foi encontrado. O jornalista Giuliander Carpes levantou dados alarmantes. Amarildo foi o único desaparecido “a ganhar visibilidade entre os 6.034 desaparecimentos contabilizados entre novembro de 2012 e outubro de 2013, pelo Instituto de Segurança Pública (ISP)” (CARPES, 2014). O mesmo Instituto de Segurança Pública destaca a existência de quase 40 mil desaparecidos no estado do Rio de Janeiro desde o primeiro ano do governo de Sérgio Cabral. As Unidades de Polícia Pacificadora têm sido repetidamente acusadas de desrespeito aos direitos humanos. O policiamento ostensivo e violento que caracteriza essas unidades está presente em outras polícias, sendo largamente utilizado na contenção de manifestações e na criminalização de ações de movimentos sociais. Para a jornalista Tatiana Merlino a opção do Supremo Tribunal Federal em não rever a Lei da Anistia, indo contra, inclusive, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, tem graves consequências. Tal posicionamento

alimenta a violência policial praticada nos dias de hoje, tanto nos distritos policiais e penitenciárias como nas cidades, onde o alvo preferencial são as camadas pobres da sociedade. A punição aos torturadores da ditadura, além de fazer justiça aos familiares, ex-presos, torturados e vítimas da ditadura, teria um caráter pedagógico para os atuais agentes do Estado” (MERLINO, 2013, p.37).

Ainda segundo Merlino, o Brasil é o único país latino-americano em que os casos de tortura aumentaram em relação ao período da ditadura. Para ampliarmos o caráter pedagógico da punição de torturadores, e também de outros sujeitos que colaboraram com a ditadura civil-militar, é necessário ouvir as vítimas e identificar os algozes. Penso aqui nas considerações de Tzvetan Todorov acerca dos usos da memória e de seus abusos. Para o ensaísta, a relação com o passado traumático deve ser exemplar. Nesse sentido, a busca pelo passado visa o presente.

Trata-se de aproveitar as lições das injustiças sofridas para lutar contra as injustiças de hoje (TODOROV, 2000).

As obras de Murilo Carvalho, Roniwalter Jatobá e Antonio Possidonio Sampaio demonstram como a classe trabalhadora e os intelectuais a ela solidários foram capazes de criar um espaço discursivo que se coloca na contramão da narrativa oficial sobre as condições de vida da classe trabalhadora na ditadura civil-militar. Esses escritores, e também organizações de militantes como a “Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo”, ao colherem e repassarem as narrativas dos trabalhadores interrompem uma tendência perversa existente nas sociedades burguesas: a liquidação da memória, do tempo e da lembrança (ADORNO, 2006, p.33). A racionalização progressiva que caracteriza as sociedades capitalistas expulsa essas instâncias como se elas fossem uma espécie de “resto irracional” a ser eliminado. Assim, trabalhadores e intelectuais se uniram e contribuíram para a realização da necessária “pedagogia democrática” (ADORNO, 2006, p.45) que visa o trabalho de elaboração do passado. Tal atitude se contrapõe ao esquecimento e intenta a criação de um presente livre da violência de classe e que impeça que a barbárie se repita.

Referências

Obras literárias, filmes, discos e reportagens

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. São Paulo, Record, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de campo: a antropologia como alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUM, Eliane. Onde está Amarildo? *Revista Época*. 5/8/2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/columnas-e-blogs/eliane-brum/noticia/2013/08/onde-esta-bamarildob.html>> Acesso em: 7/8/2013.

BENVENUTTI, Patrícia. Resistência nos canteiros de obras dos megaprojetos. *Brasil de Fato*. 18/05/2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/9598>> Acesso em: 7/08/2013.

CALIARI, Tânia. Quem era Amarildo? *Retrato do Brasil*. 12/11/2013a. Disponível em: <<http://www.blogdaretrato.com.br/2013/11/parte-i-quem-era-amarildo.html>> Acesso em: 13/11/2013.

_____. A detenção de Amarildo. *Retrato do Brasil*. 14/11/2013b. Disponível em: <<http://www.blogdaretrato.com.br/2013/11/amarildoparteII.html#more>> Acesso em: 15/11/2013.

CAMPOS, Claudia de A.; FREDERICO, Enid Y., GALVÃO, Walnice N.; REIS, Zenir C. (orgs.). *Voices da ficção: narrativas do mundo do trabalho*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

CARPES, Giuliander. Desaparecidos e esquecidos. *Pública: Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*. Disponível em: <http://www.apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/> Acesso em: 28/02/2014.

CARVALHO, Igor. Após quatro meses, o corpo de Amarildo continua desaparecido. *Revista Fórum*. 14/11/2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/11/so-postar-amanha-apos-quatro-meses-o-corpo-de-amarildo-continua-desaparecido/>> Acesso em: 15/11/2013.

CARVALHO, Murilo. Volantes. In: _____. *Movimento*. Ed.17, São Paulo, 1975, p.12-13.

_____. *Estórias de Trabalhador*. São Paulo: Brasiliense, 1976. (Cena Brasileira).

_____. *Raízes da morte*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. *A cara engraçada do medo*. São Paulo, Hucitec, 1978.

CYRÍACO, Rômulo. *Eu, um Amarildo*. Disponível em: <<https://vimeo.com/72932647>> Acesso em: 28/10/2013.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre, L&PM, 2005.

JATOBÁ, Roniwalter. *Ciriaco Martins e outras histórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

_____. *Crônicas da vida operária*. São Paulo: Global/Versus, 1978.

_____. *Sabor de química: crônicas nordestinas*. São Paulo: Global, 1981. p.53-56.

_____. *Sabor de Química*. 3ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

_____. *Filhos do medo: um romance suburbano*. São Paulo: Global, 1979.

KEHL, M. R. Os crimes de estado se repetem como farsa. *Folha de São Paulo*. 24/03/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1250962-os-crimes-do-estado-se-repetem-como-farsa.shtml>> Acesso em: 1/04/2013.

PAULA, Mário Lúcio. Operários se rebelam e incendiam obra do PAC. *A nova democracia*. 2ª quinzena de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-104/4535-operarios-se-rebelam-e-incendiam-obra-do-pac> Acesso em: 7/08/2013

QUEIROZ, F. J. C. de . A classe trabalhadora foi a maior vítima da ditadura militar. In: *Partido socialista dos trabalhadores unificado*, fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.pstu.org.br/nacional_materia.asp?id=14917&ida=88. Acesso em 20.03.2013.

SAMPAIO, Antonio Possidonio. *A capital do automóvel* (na voz dos operários). São Paulo: Edições Populares, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Para especialista, história de bóias-frias não é bem representada. *Folha de São Paulo*. 8/09/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/09/1338606-para-especialista-historia-de-boias-frias-nao-e-bem-representada.shtml> Acesso em: 5/01/2014

TELES, L. Ministério Público aponta que Amarildo foi torturado por policiais. *GI.Globo*. 23/10/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/10/ministerio-publico-aponta-que-amarildo-foi-torturado-por-policiais.html>> Acesso em: 1/11/2013.

VALE, João; GONZAGA, Helena. Fogo no Paraná. In: VALE, João do. *O poeta do povo*. Philips, 1965.

Ciências sociais e teoria literária

AB'SÁBER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, Edson; SAFATLE, Wladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.187-202.

ABRAMO, Laís Wendel. Os acidentes de trabalho. In: *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Unicamp. p.117-119.

ADOUE, Silvia Beatriz. A trilogia da investigação. Jornalismo, testemunho e militância. In: _____. *Rodolfo Walsh, o criptógrafo: relações entre escrita e ação política na obra de Rodolfo Walsh*. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Hispano – Americana)

– Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 53-61.

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. In: _____. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p.29-49.

AGAMBEN, Giorgio. A testemunha. In: _____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo, Boitempo, 2008a. p. 25-48

_____. A vergonha, ou do sujeito. In: _____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008b. p. 93-138.

ALMEIDA, Maurício Soares. Prefácio. In: SAMPAIO, Antonio Possidonio. *A capital do automóvel (na voz dos operários)*. São Paulo: Edições Populares, 1979.

AMÉRY, J. A tortura. In: *Além do crime e castigo: tentativas de superação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. p. 59-77.

BATISTONI, Maria Rosângela. *O confronto operário: a oposição metalúrgica de São Paulo nas greves e comissões de fábrica (1978-1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-150.

_____. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGER, Peter. Excurso: Alternação e Biografia (Ou: Como Adquirir um Passado Pré-Fabricado). In: *Perspectivas sociológicas. Uma visão humanística*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

BERLINK, Manoel Tosta. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.

BETTELHEIM, Bruno. Comportamento em situações extremas: coerção. In: _____. *O coração informado: autonomia na era da massificação*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 89-141.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BOSI, Alfredo. A interpretação da obra literária. In: _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988, p. 274-287.

_____. Cultura como tradição. In: *Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funart, 1987.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Narrativa e resistência. In: _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.118-135.

_____. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2ed., Cotia: Ateliê Editorial, 2004, p. 195-208.

_____. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Objetos biográficos e objetos de status. In: _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2ed., Cotia: Ateliê Editorial, 2004, p. 25-31.

BRECHT, Bertolt. Tesis para la literatura operaria. In: *El compromiso en literatura y arte*. 2 ed. Barcelona: Península, 1984.

BUENO, Luiz. Uma história do romance de 30. Campinas: Edusp/Unicamp, 2006.

CANGUILHEM, Georges. *Escritos sobre medicina*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CANETTI, E. Força e poder. In: *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das letras, 1995a. p. 281-282.

_____. Pergunta e resposta. In: *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das letras, p. 285-290.

CEVASCO, Maria Elisa. Para ler Raymond Williams. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COHN, Amélia; KARSCH, Ursula; HIRANO, Sedi; KATO, Ademar. *Acidentes de trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. Psicoterapia e Doença dos Nervos. In: _____. *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. p.17-39.

COSTA, Marcia Regina da. *As vítimas do capital: os acidentados do trabalho*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p.19.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 1964 no romance brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

DAMATTA, R. Teoria e prática do “Sabe quem está falando?”. In: *Carnavais, malandros e outros heróis*. 6 ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.187-206.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n.37, p.9-41, julho-dezembro de 2011.

DE MARCO, Valéria De. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. In: *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ENDO, Paulo. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FANINI, Angela Maria Rubel; SANTOS, Adriana Cabral dos. Trabalho artesanal e trabalho industrial como elementos de sociabilidade, subjetividade e tragédia em “A mão esquerda”, de Roniwalter Jatobá. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n. 42, p. 197-208, julho/dezembro de 2013.

FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Edusp, 1999.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Violência e modos de vida: “os Justiceiros”. In: *Revista crítica de ciências sociais*. São Paulo, n.33, p.135-144, outubro de 1991.

FERNANDES, Marco. Luta, que cura! (1ª parte). In: *Passa Palavra*. 22/05/2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2011/05/40157> Acesso em: 10/07/2013

FICO, Carlos. O estado da arte. In: *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.15-67.

FONTES, Paulo. Migração Nordestina e Experiências Operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, 2004. p. 363-402.

_____. *Um nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FRANCO, Renato. Itinerário político do romance pós-64: A festa. São Paulo: Unesp, 1998.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. São Paulo: Cosac Naify, 2011

FROMM, Erich. *A revolução da esperança*. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HONNETH, Axel. *A luta por reconhecimento*. 2 ed. São Paulo: 34, 2009.

GAGBEBIN, Jeanne, Marie. Memória, história, testemunho. In: _____. *Lembrar, esquecer, escrever*. 2ed., São Paulo: 34, 2009. p.49-57.

GINZBURG, Jaime: Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: *Conexão Letras*, v. 3. Pouso Alegre: UFGRS, p. 63, 2008.

GOLDMAN, Frank Perry; GOLDMAN, Demarisse Machado. *Alguns aspectos sobre o processo de envelhecer*. Piracicaba: Editora Franciscana, 1977.

GONÇALVES FILHO, José Moura Gonçalves. Humilhação social: um problema político em psicologia. *Revista Usp*, São Paulo, v.9, p.11-67, 1998.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. O migrante. In: *Capitalismo, violência, terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 93-101.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, v. 24, nº 3, p.679-712, 2009.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Unicamp, 2011.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)*, 10ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. *Vanguarda, História e Ideologia da Literatura*. São Paulo: Ícone, 1985.

MACEDO, Mônica Medeiros Kother; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Trauma, dor e ato: o olhar da psicanálise sobre uma tentativa de suicídio. In: *Ágora*, v.10, n.1, p. 89-106, 2007.

MARTINEZ-ALLIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKI, Jaime (org.). *Capital e trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1977. p. 69-100.

MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000a.

_____. A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In: *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000b.

_____. Odores, sons e cores: mediações culturais do cotidiano operário. In: _____. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: 34, 2008, p.63-140.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. Em _____. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 423-579.

MELLO, Maria Conceição D'incao e. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MERLINO, Tatiana. O difícil caminho da memória, da verdade e da justiça no Brasil. In: Margem Esquerda, São Paulo, n.19, p. 35-38.

MOFFATT, Alfredo. A cultura popular. In: _____. *Psicoterapia do oprimido*. São Paulo: Cortez, 1983a. p.71-94.

_____. *Terapia de crise: teoria temporal do psiquismo*. São Paulo: Cortez, 1983b.

_____. Entrevista. In: ADOUE, Silvia Beatriz; FERNANDES, Marco. *Revista Sem Terra*, São Paulo, n.39, maio/junho, 2007, p.44-48.

MORAES, Vinícius. O operário em construção. In: *Violão de Rua*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p.86-92

MORAIS, Fernando. Introdução: JATOBÁ, Roniwalter. *Crônicas da vida operária*. São Paulo: Global/Versus, 1978. p.15-17.

MORAÑA, Mabel. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX. In: Ana Pizarro (org.). *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura*, Volume 3, Vanguarda e Modernidade. Campinas: Unicamp, 1995, p.479-515.

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas Vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos: EDUFSCar – Mercado de Letras, 1996.

_____. *A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea*. Campinas, Mercado de Letras, 1999.

_____. Regiões, margens e fronteiras: Graciliano Ramos e Milton Hatoum. In: *Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2008.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PICHÓN-RIVIÈRE, Enrique; QUIROGA, Ana Pampliega de. *Psicologia da vida cotidiana*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. *Revista Usp*, São Paulo, n.9, p. 45-56, 1991.

PINHEIRO, Maria Teresa; QUINTELLA, Rogerio Robbe; VERZTMAN, Julio Sergio. Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. *Revista Psicologia Clínica*, v.22, n.7, p. 147-168, 2010.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992. p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana. In: *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010a.

_____. O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador. In: *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante tradicional e a percepção do espaço. In: *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RANDALL, Margareth. ¿Qué es y cómo se hace un testimonio? In: *Revista de crítica literária latinoamericana*. Lima, año XVIII, 2º semestre de 1992. p. 21-45.

REIS, Zenir Campos. O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 2000. p.42-57.

RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões Públicas, Emoções Privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 7-12.

ROSA, Miriam Debieux; POLI, Maria Cristina. Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.21, p.5-12. 2009.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4.ed. São Paulo: Paz e terra, 1988.

SCHWARZ, Roberto. (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; _____. (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

_____. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2006a. p.45-58.

_____. O testemunho: Entre a ficção e o “real”. In: _____. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2006b. p.371-386.

_____. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 65-82. 2008.

SENNETT, Richard (2008). A mão. In: _____. *O artífice*. Rio de Janeiro: Editora Record. p.169-199.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres bóias-frias a caminho do eito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p.147-168.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De colona a bóia-fria. In: PRIORE, Mary Del (org.) *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp/Contexto, 2002. p. 554-577.

TELES, Edson. A tensão entre governos e movimentos sociais na luta pela verdade. In: *Margem Esquerda*, São Paulo, n.19, 2013, p. 29-34.

_____.; SAFATLE, Vladimir. Apresentação. In: *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOBÓN, Natalia. La realidad y la ficción del testimonio. In: *Tácticas y estrategias para contar*. FRANCO, Natalia; NIETO, Patricia; RINCÓN, Omar (Org). Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para America Latina, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

TUAN, Yi-Fu. Introdução. In: _____. *Paisagens do medo*. São Paulo, Unesp, 2005a. p. 7-18.

_____. Violência e medo no campo. In: _____. *Paisagens do medo*. São Paulo, Unesp, 2005b. p. 207-230.

VELHO, Gilberto. Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p.27-55.

_____. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. Destino e violência. In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: Edusc, 2001.

Medina, Ettore Dias
Vozes de trabalhadores na ditadura civil-militar:
ensaios sobre literatura, memória e testemunho /
Ettore Dias Medina - 2015
141 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Eliana Maria de Melo Souza

1. ditadura civil-militar. 2. trabalho de elaboração
do passado. 3. classe trabalhadora. 4. literatura de
testemunho. 5. memória. I. Título.